

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

CRISTIANA COSTA DA ROCHA

MEMÓRIA MIGRANTE:

A experiência do trabalho escravo no tempo presente

(Barras, Piauí)

FORTALEZA, CE

2010

CRISTIANA COSTA DA ROCHA

MEMÓRIA MIGRANTE:

A experiência do trabalho escravo no tempo presente

(Barras, Piauí)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para exame de qualificação sob orientação do Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

FORTALEZA, CE

2010

R572m Rocha, Cristiana Costa da.

Memória migrante: a experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras, Piauí). / Cristiana Costa da Rocha. – Fortaleza, 2010.

184f.; il. 31 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social, Fortaleza (CE), 2010.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

1- BARRAS (PI) – HÍSTÓRIA. 2-TRABALHADOR MIGRANTE – BARRAS (PI). 3-TRABALHO ESCRAVO – BARRAS (PI). 4 MEMORIA COLETIVA – BARRAS (PI). I - Ramos, Francisco Régis Lopes (Orient.). II - Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social. III- Título.

CDD: 981.22

CRISTIANA COSTA DA ROCHA

MEMÓRIA MIGRANTE:

A experiência do trabalho escravo no tempo presente

(Barras, Piauí)

Esta
dissertação foi julgada em sua forma final,
no dia 13/04/2010 pelo orientador e
membros da banca examinadora
composta pelos professores:

Data da aprovação: 13/04/2010

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos – UFC (Orientador)

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes – UFC (membro)

Prof. Dr. Edilberto Cavalcante Reis – UECE (membro)

Prof. Dra. Kênia de Sousa Rios – UFC (suplente)

FORTALEZA, CE

2010

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que contribuíram para a conclusão deste trabalho. Quero agradecer aos trabalhadores migrantes de Barras, Piauí, que se permitiram rememorar fragmentos de suas vidas, compartilhando-as comigo. Em particular, agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras, Cáritas Brasileira, regional Piauí, Delegacia Regional do Trabalho, Comissão Pastoral da Terra e Serviço Pastoral do Migrante. O apoio das pessoas que estão por trás destes órgãos foi fundamental na minha aproximação com os entrevistados.

Ao Régis, meu orientador. Obrigada pelo apoio, interesse renovado e orientação, fundamentais para a conclusão deste trabalho. A convivência com ele me proporcionou reflexão e aprendizagem sobre a difícil tarefa da escrita da história.

Ao professor Eurípedes Funes pelos comentários e sugestões valiosos, durante o percurso da pesquisa e escrita. Agradeço ainda, aos professores Frederico Neves, Kênia Rios e Adelaide Gonçalves, que me forneceram fontes e informações importantes.

Sou muito grata ao Gino Negro, professor Antonio Luigi Negro – UFBA, pelas sugestões, apoio e estímulo. Sua participação foi fundamental, sobretudo quando este trabalho começava a ganhar corpo.

Meus agradecimentos à Fapepi, que me garantiu uma bolsa durante um ano. Em particular, agradeço aos colegas do Centro de Ciência Humanas e

Letras da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, por terem aprovado a minha liberação para cursar o Mestrado.

Aos meus colegas na UFC, Jorge, João Paulo, Walter e Elza, pelos momentos agradáveis e divertidos.

A minha amiga Cecília, que foi uma grande interlocutora no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Cláudio, Salânia, Ana Cristina e Sérgio, meus amigos e colegas de trabalho, obrigada pelo convívio e apoio. Também agradeço aos meus ex-alunos do curso de História da UESPI, em particular, à Eliza, Filho e Felipe, que muito me apoiaram.

Agradeço especialmente a minha mãe, Maria da Conceição, e ao meu irmão, Marcos, pelo apoio de sempre.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre os trabalhadores de Barras, Piauí, que se deslocam repetidas vezes para os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás e vivenciam formas de trabalho análogo à escravidão. Através das memórias destes homens obstinados na busca de trabalho para a superação da pobreza, analiso as condições históricas em que se apresentam estas migrações, as imagens criadas em torno dos lugares de destino, suas experiências como trabalhadores escravizados e suas possibilidades de trabalho e sobrevivência ao retornarem à terra natal. Comumente, os laços de parentela estabelecidos entre o “gato” e os trabalhadores no lugar de origem, atuam como importante meio de arregimentação, coerção e controle destes últimos, essenciais para configuração das novas formas de trabalho escravo.

Palavras-chaves: Memória, migração e trabalho escravo.

RESUMÉ

Cette dissertation présente une étude sur les ouvriers de Barras, Piauí, qui se décalent plusieurs fois pour les États du Pará, Mato Grosso et Goiás et font des travaux analogues à l'esclavage. À travers des mémoires de ces hommes obstinés dans la recherche de travail pour la surélévation de la pauvreté, j'analyse les conditions historiques à qui se présentent ces migrations, les images créées au tour des lieux de destins, ses expériences comme ouvriers esclavisés et ses possibilités de travail et surveillance lorsqu'ils retournent à leur communauté d'origine. Pas rarement, ces liaisons de parenté établies entre le "chat" et les ouvriers dans le lieu d'origine, agissent comme un important moyen de régimentation, et contrôle de ces derniers, essentiels à la configuration des nouvelles formes de travail esclave.

Mot-clés: Mémoire, migration et travail esclave

LISTA DE SIGLAS

BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CONATRAE: Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.

CPT: Comissão Pastoral da Terra.

DRT: Diretoria Regional do Trabalho.

FAREPI: Federação das Associações dos Trabalhadores Rurais do Piauí.

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária.

INTERPI: Instituto de Terras do Piauí.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST: Movimento dos Sem-Terra.

MIRAD: Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário.

MPT: Ministério Público do Trabalho.

MTE: Ministério do Trabalho e do Emprego.

OEA: Organização dos Estados Americanos.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária.

PT: Partido dos Trabalhadores.

SUPRA: Superintendência de Reforma Agrária.

SPM: Serviço Pastoral do Migrante.

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado.

UDR: União Democrática Ruralista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1: TERRA TRABALHO E DESLOCAMENTO

1.1 O campesinato no Piauí	25
1.2 Barras, Piauí: conflitos e migrações	38

CAPÍTULO 2: A VIDA DA LEI E A LEI DA VIDA

2.1 Trabalho análogo à de escravo: a lei e o crime	51
2.2 A experiência, a <i>surpresa</i> e o medo	69
2.3 Práticas de sobrevivência: <i>ou come ou morre</i>	84
2.4 Resistências individuais e coletivas	103

CAPÍTULO 3: OS RETORNADOS

3.1 Condições de Sobrevivência Familiar	120
3.2 A Conquista dos Sobreviventes	137
3.3 Um “gato” como parente	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
-----------------------------------	------------

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
--	------------

INTRODUÇÃO

Em parte das minhas vivências em Barras, circulei por espaços em que os trabalhadores rurais do município costumam frequentar, para fazer compras ou resolver outras questões. Em ruas, feiras e quitandas, homens e mulheres se encontram e fazem rodas de conversas sobre suas migrações, o ir e vir de parentes e amigos, as perspectivas de trabalho fora. Trocam informações acerca dos lugares de destino, sobre os empreiteiros, ou “gatos”, tanto os de fora, quanto os que residem no município.

Em 2001, realizei o estudo monográfico acerca do fenômeno da seca no Piauí, nos fins da década de 70 até o início da década de 80, do séc. XX. Tal pesquisa possibilitou-me perceber o aumento do fluxo migratório de trabalhadores rurais do Estado para outras regiões do País, especialmente para a região da Amazônia, bem como o cotidiano sob condição análoga à de escravo.

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo da história social de trabalhadores rurais que migram do município de Barras, Piauí, para os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás e vivenciam formas de trabalho análogo à condição de escravo no tempo presente. Em linhas gerais, pretendo abordar o universo de experiências, de sonhos e de expectativas destes sujeitos.

A migração para outras regiões do País, em especial para a região da Amazônia, tem se apresentado como uma prática transmitida a gerações sucessivas, presente também na vida de inúmeros nordestinos. É interessante

ressaltar que a migração das diversas regiões do País para a Amazônia tem variações no que diz respeito aos objetivos, a intensidade do fluxo e aos alvos de ocupação, como ressalta Joanoni Neto:

O Brasil é, do ponto de vista do estudo das migrações, um imenso organismo vivo com deslocamentos freqüentes e multidirecionados. Há um fluxo que denominaremos alternativo e outro dirigido. Nenhum deles pode ser visto como espontâneo, a diferença entre ambos é que o primeiro é motivado pela pressão na origem, enquanto o segundo soma a essa, uma orientação quanto ao destino. (JOANONI NETO, 2007, p.2).

No caso da migração do Nordeste para a Amazônia, Joanoni (2007) comenta que a única coisa clara é a necessidade imperiosa de sair. A imagem metafórica da diáspora nordestina foi, em particular, evidenciada pela literatura. Por outro lado, a vinculação direta entre seca e migração associada à defesa da existência de populações tradicionalmente nômades acaba ocultando peculiaridades locais dos movimentos migratórios nordestinos.

No caso aqui em estudo, trato de migrações de retorno, caracterizadas por movimentos itinerantes de trabalhadores rurais que transitam entre os lugares de origem e destino, e são submetidos a formas de trabalho análogo à condição de escravo. Neste caso predomina a busca imperiosa de trabalho, vinculada à manutenção de pequenas propriedades no local de origem. Aqui, trato, em específico, dos trabalhadores rurais de Barras que migraram ou ainda migram para os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás, sobretudo no contexto da conjuntura política que se configura após o período de 1964.

Nas relações de trabalho definidas, inseridas no contexto de expansão do agronegócio de cultivo monocultor, com destaque para a produção de cana-

de-açúcar, extensivas e de exportação, é possível verificar a reprodução de exercícios da violência.

A categoria trabalho análogo à condição de escravo, existente desde 1940 no artigo 149 do Código Penal brasileiro, passou a ser veiculada no Brasil com novos significados, associada à exploração no meio rural, após o governo ditatorial. Essa categoria atingiu largo poder de alcance social apoiado num progressivo avanço no campo jurídico-político, com o novo contexto político iniciado com a Constituição de 1988. Isso se deve a uma política do governo para a criação de uma nova imagem para o Estado brasileiro, além de atender a uma forte pressão da OIT. É interessante dizer que as denúncias de exploração do trabalhador no meio rural dizem respeito, no primeiro momento, à Amazônia Legal, e remetem à década de 70.

A partir dessa conjuntura política, seria necessário criar categorias para designar as novas formas de exploração no campo e mecanismos de fiscalização e combate. Conforme Figueira:

Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral o termo veio acrescido de alguma complementação: “semi”, “branca”, “contemporânea”, “por dívida”, ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo “análoga”, como é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação (FIGUEIRA, 2004, p.35).

Segundo dados divulgados pela CPT Nacional, o Piauí é um dos Estados que possuem o maior número de trabalhadores rurais aliciados para a escravidão. Atualmente, o município de Barras tem sido destacado como um

dos principais centros de arregimentação para o trabalho escravo nos estados do Mato Grosso, Pará e Goiás. A esse respeito, em 2005, o Diagnóstico do Trabalho Escravo do Piauí¹, identificou quarenta municípios envolvidos e sete municípios que necessitam de uma ação especial, entre eles Barras. Ainda segundo este Diagnóstico, os trabalhos são desenvolvidos, em sua maioria, na área rural, 83,9%, sendo que o corte de cana é o principal tipo, com 64%, o qual ocorre especialmente nos estados do Mato Grosso e Goiás. A derrubada de juquirá² é a segunda atividade mais exercida pelos trabalhadores, que ocorre principalmente no estado do Pará, seguida de outras atividades agrícolas e do garimpo.

O Diagnóstico apresenta também, o perfil do trabalhador rural migrante do Piauí. A maioria é analfabeta e do sexo masculino, sendo 93%; 65,3% se distribuem nas faixas etárias entre 18 e 35 anos; 83,9% trabalham na área rural, especialmente no trabalho de corte, plantio e corte da cana, 91% migram temporariamente, a maioria, 57%, migrara de duas a cinco vezes nos cinco anos que antecederam a realização do Diagnóstico. No que diz respeito à renda familiar, 71,9 % possuem renda no local de origem inferior a um salário mínimo, sendo famílias compostas por oito, dez ou mais membros. Desse modo, predomina a necessidade de superação da pobreza.

Assim, entendo a necessidade de uma reflexão acerca das possibilidades de permanência destes trabalhadores em seus locais de origem.

¹ O Diagnóstico do Trabalho Escravo do Piauí foi realizado em 2005, pela CPT/PI, FETAG/PI, Pastoral do Migrante e DRT/PI. Para este Diagnóstico, foram entrevistadas 367 famílias de trabalhadores que saem para trabalhar outros Estados, nos municípios considerados como sendo os que possuem os maiores índices de trabalhadores migrantes: Miguel Alves, Barras, União, Esperantina, Uruçuí, Corrente e São Raimundo Nonato.

² É a limpeza do mato denso que cresce em área anteriormente derrubada e formada em pasto. Utiliza-se como instrumento de trabalho a foice.

Que alternativas de sobrevivência e superação da pobreza estes sujeitos podem lançar mão permanecendo em Barras?

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA³, atualmente Barras é município que tem o maior número de assentamentos por reforma agrária no País, e, no entanto, tem sido um dos principais polos de arregimentação de trabalhadores para o trabalho análogo à de escravo fora do Estado. Parte dos migrantes deste município possui pequenos pedaços de terra, ou vivem em terras de familiares, mas não têm condição de investir na agricultura, como é o caso dos entrevistados Francisco Arcanjo e Francisco Rodrigues. Outros vivem em terras de familiares, têm posse legal das terras, entre eles, Reginaldo Pereira, Francisco Filho, Raimundo Ramos e Bruno. Já outros foram assentados recentemente pelo programa de reforma agrária do governo federal. Todos eles vivem em precárias condições de vida e trabalho. Cabe considerar que a aquisição de terras por parte das famílias dos sujeitos entrevistados se fez através de desapropriação de áreas de conflito por terra, onde viviam sob condição de morada.

Estes trabalhadores são contratados por empreiteiros; são coordenados e vigiados por eles e pelos fiscais e podem exercer variadas atividades na unidade de produção: limpeza de pasto, roçagem e derrubada de mata, feitura de cerca e aceiros, corte de cana, etc.

Em linhas gerais, o fenômeno da escravidão contemporânea vem ocupando significativo espaço, nacional e internacionalmente, nos campos das

³ Em 2005, o MDA lançou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que começou pelo Piauí, no município de Barras. O Plano tem dois eixos, a prevenção da irregularidade e a reinserção dos trabalhadores resgatados à sociedade, qualificando os assentamentos nos meios rurais. Para tanto, o Plano envolve linhas de crédito fundiários para os trabalhadores resgatados, investimento em capacitação e assistência técnica e aumento de desapropriação para reforma agrária, nas regiões de origem dos trabalhadores. IN: BRASIL, Para a Erradicação do Trabalho Escravo (Plano MDA/INCRA). **Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA**. Brasília-DF, maio de 2005.

Ciências Sociais, do Direito, dentre outros. Na área de História, ressalto a necessidade de estudos acerca dessa forma de trabalho compulsório, como sendo uma nova questão da história social do trabalho. Para tanto, Gomes orienta que:

[...] embora se saiba que formas de trabalho compulsório sempre existiram através do tempo e do espaço, elas nem sempre existiram com as mesmas características específicas, nem foram reconhecidas e interpretadas por seus contemporâneos da mesma maneira. A historicidade dessas formas, combinando linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo e do espaço, deve nos advertir tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos (GOMES, 2007, p.1).

Para além das causas comumente apontadas para as migrações dos nordestinos (seca, fome, falta de terra), procuro refletir acerca dos aspectos que favorecem o retorno frequente destes sujeitos à condição de cativo, considerando as singularidades dessa forma de trabalho compulsório no tempo presente.

Assim, selecionei trabalhadores rurais migrantes e alguns membros de suas famílias, no sentido de perceber suas múltiplas vivências e memórias no contexto migratório. Em entrevistas realizadas com estes sujeitos, observei as narrativas de sentimentos sobre suas trajetórias no que diz respeito às suas experiências de trabalho no campo, nas migrações familiares e suas vivências no trabalho na condição de escravo.

As fontes hemerográficas serão utilizadas em algumas circunstâncias para confrontar com outras fontes. Estas fontes apresentam denúncias de migração forçada, conflitos na área rural, apreensão de grupo de migrantes em

situação irregular, dentre outros. O confronto desses jornais com outras fontes visa perceber as ações do homem do campo no contexto em questão. Nesses termos, a memória é um dos suportes essenciais para a compreensão sobre as condições de trabalho aqui discutidas.

A interpretação sobre as vivências dos trabalhadores sujeitos deve levar em consideração que em suas narrativas eles se inventam, transformam idéias e imagens, construindo diferentes passados, atendendo às necessidades do presente. Tomando as palavras de Jelin (2002, p.17), “Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también lucros y fracturas”.

A esse respeito, o caráter subjetivo das fontes não é aqui entendido como um entrave para análise, na medida em que me permite perceber uma pluralidade de versões sobre o passado. No que diz respeito ao valor subjetivo de uma análise das fontes orais, Fentress (1992) adverte que importa considerar a natureza social da memória e o seu significado para os sujeitos em estudo.

Segundo Bosi (2003), para compreender a cultura dos pobres, é necessário associarmos a existência com a sobrevivência, e aponta, como primeiro problema, o das fontes. Para tanto, sugere buscá-las nos próprios sujeitos-viventes através dos depoimentos. Acerca da expressão “observador-participante”, Bosi (2003, p.152) comenta que, “não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes”.

Isso não significa mudar-se para o *locus* da pesquisa, mas se expressa na compreensão dos depoimentos, a partir de certos cuidados que o pesquisador deve ter, como de passar para a escrita a fala popular, acompanhado de um processo de desvendamento das expressões desta substância narrativa, que acompanha o gesto e o olhar do sujeito. Assim, conforme Portelli:

A entrevista de campo, por conseguinte não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede isto. A entrevista levanta em ambas as partes uma consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações. Do mesmo modo que a hierarquia desigual de poder na sociedade cria barreiras entre pesquisadores e o conhecimento que buscam, o poder será uma questão central levantada, implícita ou implicitamente, em cada encontro entre o pesquisador e o informante (PORTELLI, 1997 p.10).

Para que haja diálogo entre dois mundos até então sem comunicação, o entrevistador e o entrevistado, é necessário que sejam estabelecidas condições de troca, com objetivos de igualdade. Para tanto, Portelli (1997) comenta a que a igualdade que deve fundamentar os objetivos do pesquisador, não depende de sua boa vontade, mas de condições sociais.

Desse modo, o clima de discussões sobre o combate ao trabalho escravo, através da atuação de instituições governamentais e não-governamentais, foi um dos aspectos que me possibilitaram a realização das entrevistas. No contexto histórico atual, estes entrevistados se sentem mais à vontade para falar de seus itinerários de trabalho e vida. Em alguns casos, as entrevistas aparecem para eles como uma denúncia de seus problemas. Como

orienta Portelli (1997, p. 12), isso se faz diante da natureza historicamente condicionada do trabalho de campo.

O primeiro capítulo, intitulado *Terra, trabalho e deslocamento*, tem como objetivo historicizar a problemática do campesinato com ênfase nos conflitos agrários locais. Problematizar as condições sociais destes trabalhadores no lugar de origem se faz no sentido do perceber o que motiva os deslocamentos das populações em estudo, no contexto em questão.

Trato aqui de populações em que os processos migratórios são centrais, para tanto entendo que tais populações não são fechadas e estáticas, pois são sujeitos que atuam dentro de um contexto sócio-histórico definido. Ao me referir a trajetórias de migrantes, tenho que me reportar ao marco de influência social de instituições tradicionais que podem determinar suas ações e perspectivas.

Nesse sentido, é importante considerar que para alguns estudiosos, como Martins (2002), a escravidão na sociedade contemporânea integra uma modernização incompleta do processo de produção no Brasil, tendo em vista a significativa dependência de trabalho humano e de trabalho compulsório, entendido como a forma mais atrasada de utilização da força de trabalho, em momentos específicos do processo de produção, como a colheita do café ou o corte de cana. Nesse entremeio, houve uma desagregação do sistema de colonato nas fazendas de café e da moradia nas fazendas de cana. Assim, a extinção do trabalhador residente e o surgimento do emprego sazonal, ou como o autor define, do desempregado sazonal, evidenciam a disseminação das migrações temporárias, a atuação dos “gatos” especialmente em regiões de agricultura familiar em crise, dentre outros.

Nesse contexto é importante considerar o constante ir e vir destes sujeitos, sustentados pela perspectiva de conseguir recurso para comprar um pequeno pedaço de terra, ou investir em suas terras ou mesmo de sustentar as suas famílias. A sujeição destes trabalhadores à condição de trabalho análoga à escravidão está associada à realização de sonhos e desejos e à necessidade de sobrevivência.

As entrevistas foram realizadas no sentido de perceber a interpretação que os migrantes fazem deste tipo de trabalho, as justificativas dadas para suas saídas de Barras e as imagens criadas em torno dos lugares de origem e destino.

No segundo capítulo, *A vida da lei e a lei da vida*, reflito acerca das experiências destes sujeitos no mundo do trabalho rural reconhecido no tempo presente como trabalho análogo à condição de escravo, o medo de morrer distante da terra natal, os limites entre o vivido e o que está por vir, bem como suas múltiplas formas de sobrevivência e resistência. A análise implica a compreensão de novas relações de trabalho no Brasil na contemporaneidade.

Importa-me perceber as narrativas de sentimentos dos sujeitos em condição de cativos. Assim, serão analisadas algumas expressões linguísticas que caracterizam o cotidiano de exploração recorrentes na fala dos entrevistados. Em linhas gerais, pretendo abordar aspectos relacionados ao universo de sonhos e expectativas de migrantes itinerantes, que saem e retornam após o cumprimento de um contrato de trabalho, o qual pode durar, por exemplo, conforme o tempo da safra da cana-de-açúcar, ou do trabalho no desmatamento de juquirá.

É importante ressaltar o tom de denúncia que assume a narrativa de parte dos entrevistados e o medo que atravessa suas trajetórias de vida no trabalho escravo, especialmente o medo de morrer longe dos *seus*, e, por conseguinte, ser sepultado em um lugar qualquer.

Para estes homens pobres, a migração aparece como uma necessidade de superação da pobreza que assola suas condições de vida no lugar de origem. Assim, o indivíduo inserido na pobreza do campo muitas vezes deseja superar-se e se aventurar pelo mundo. Para sobreviver fora da terra natal, o migrante tenta recriar uma rede relações sociais, a qual muitas vezes se dá de forma teatralizada, tanto pelo migrante quanto pela classe que os exploram. Em linhas gerais, o que predomina é uma inadaptação aos locais de destino migratório. O estranhamento é sentido durante toda a estada do trabalhador fora de seu local de origem.

Assim, estes migrantes itinerantes encontram em seus caminhos outros fragmentos de vidas, de culturas, que vão sendo incorporados às suas experiências. E, nesse ir e vir, estes sujeitos mudam a rotina dos lugares de origem e destino.

Longe da terra natal, os valores destes sujeitos oscilam entre o passado que insiste em não deixar para trás, trazendo-o sempre à tona pela memória, e o presente que invade o corpo e impõe desafios para a sobrevivência.

As narrativas aqui analisadas apresentam relações de convívio dos trabalhadores com o *outro* que os exploram, e com a turma de trabalho dentro do alojamento, geralmente composto por conterrâneos, amigos, vizinhos e parentes. O contexto das relações dos migrantes com a sua turma de trabalho,

ou com indivíduos de outros grupos, pode gerar tanto tensões quanto zonas de simpatia, de identificação.

A dissimulação, como o silêncio, também aparece nas falas como uma estratégia tanto para conseguir trabalho quanto para permanecer naquele espaço, e lhes permite burlar parte dos códigos e regras que permeiam o contexto das formas de trabalho aqui em questão.

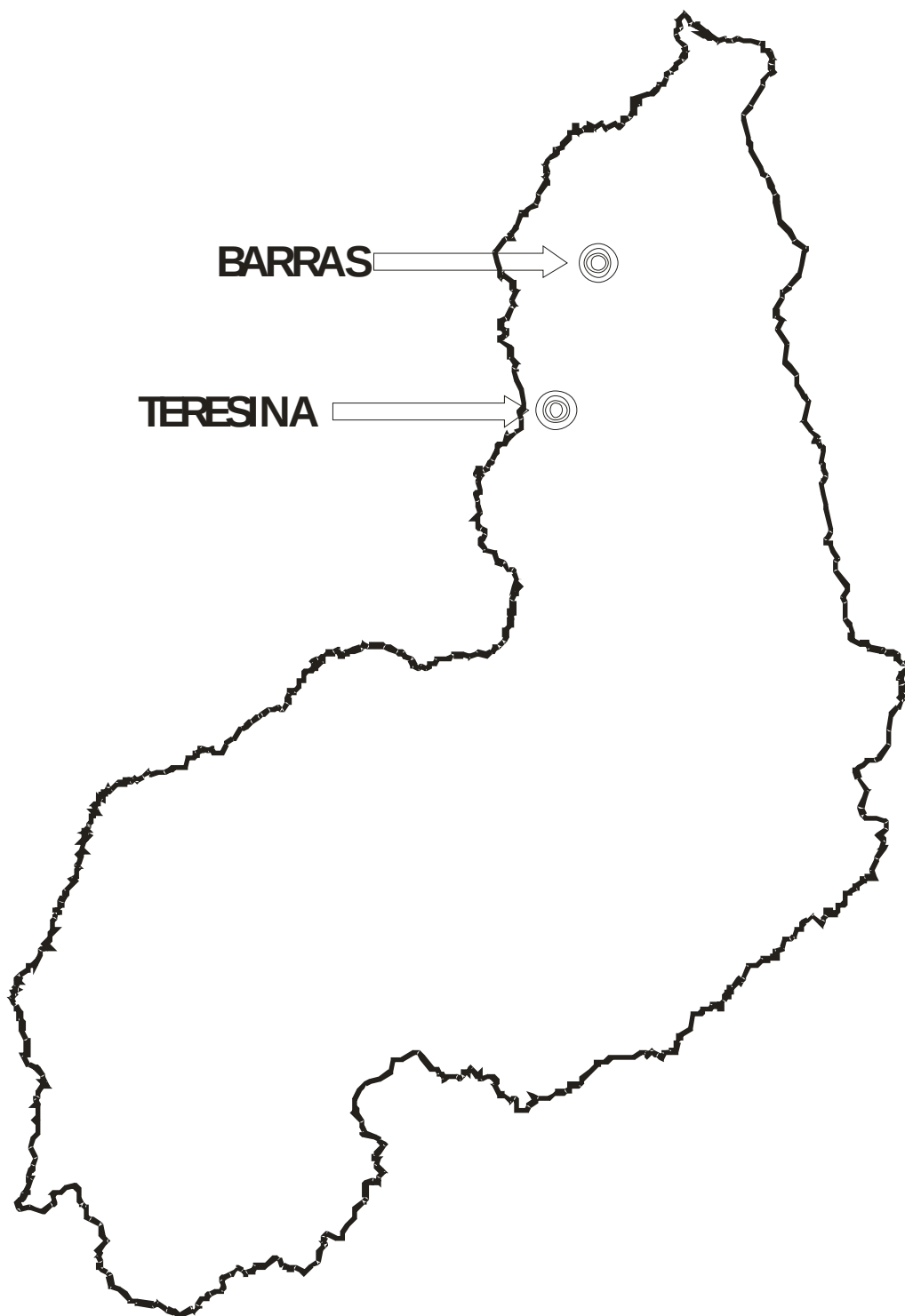
Interessa-me, ainda, analisar as relações de poder e exploração, que permeiam o universo de trabalho rural no contexto referido. A este respeito, é interessante ressaltar que a arregimentação de trabalhadores é realizada em seus municípios de origem pelo “gato” que, na maioria das vezes é um antigo morador da região, que ainda possui ali uma rede de relações de amizade e parentesco. Comumente, o empreiteiro é um ex-trabalhador rural migrante, tido como um *bom* trabalhador, que, com honestidade, sacrifício e muito trabalho, conseguiu ascender socialmente.

A partir de então, este sujeito passa a representar a usina ou a fazenda no município de origem, que recebe a incumbência de agenciar trabalhadores, em outras palavras, um número x de cabeças. Ao chegar à região de origem dos trabalhadores, o “gato” age através de uma rede de informações, desde as conversas em botecos, quitandas e armazéns da região, no sentido de buscar informações sobre aqueles que pagam as contas e os juros sem reclamar, ou mesmo nas conversas com outros migrantes que muitas vezes se encarregam de espalhar a notícia, para obter a confiança do “gato”.

O terceiro capítulo, *Os Retornados*, é dedicado à análise das condições sociais e formas de sobrevivência dos trabalhadores que retornam ao lugar de origem. A esse respeito, é interessante dizer que os lugares de origem e

destino se alternam permanentemente durante todo o período de vida ativa do homem na atividade laboral, em média até os 35 anos de idade, seja na colheita de cana ou no roço de juquirá. Para estes sujeitos, o ato de migrar inclui a perspectiva de retorno dentro de um período previamente projetado, de acordo como a atividade a ser executada.

Pretendo compreender o sentir e o agir de sujeitos aliciados no lugar de origem e, por conseguinte, submetidos a formas de trabalho análogas à escravidão. Não objetivo estabelecer um modelo fechado de migração, atitudes diante da condição de exploração, ações de resistência ou conformismo. Meu objetivo é analisar como estes trabalhadores tratam suas experiências em suas memórias.



Fonte: <http://simbolosnacionais.blogspot.com/2007/07/estado-do-piau.html>

CAPÍTULO 1: TERRA, TRABALHO E DESLOCAMENTO

1.1 O Campesinato no Piauí

Dentre as mudanças iniciadas no período pós-guerra, Linhares (1999) destaca a inversão da relação campo/cidade. Segundo ela:

[...] com a população rural passando de 64% da população total do país, em 1950, para 33%, em 1980, enquanto a população urbana passava em igual período, de 36% para 67% do total. De 1980 até 1991 a população rural foi ainda mais reduzida, caindo para 24% no conjunto da população brasileira, sendo que apenas o estado do Maranhão mantém hoje uma população rural mais elevada do que urbana (LINHARES, 1999. p. 148-149).

A questão agrária brasileira assumiu outro perfil. O País essencialmente agrícola passou a ter megalópoles, como São Paulo, produto de grandes fluxos migratórios. Linhares (1999, p.151) associa tal fluxo aos problemas decorrentes do monopólio da terra, à precariedade da vida no campo e a falta de oportunidades, especialmente de emprego no setor agrícola. A esse contexto, associa-se uma rápida generalização das relações de trabalho de tipo capitalista, sobretudo no que diz respeito ao aumento da população operária.

A partir de então, houve grandes mudanças no campo, com o assalariamento na agricultura brasileira. O processo iniciado na década de 30, não seria mais detido. Conforme Linhares:

De um contingente de 15 milhões de trabalhadores, existentes em 1976, 4,9 milhões eram assalariados, sendo que a maior parte composta de trabalhadores temporários ou bóias-frias, 3,3 milhões. Os demais, 1,6 milhão, eram assalariados permanentes. Enquanto isso, cerca de dez milhões de camponeses dividiam-se entre os minifúndios, quatro milhões; pequenos posseiros, 2,4 milhões; e rendeiros e parceiros, outros quatro milhões de indivíduos (LINHARES, 1999, p.152).

A regulamentação das relações de trabalho no campo partiu de uma mobilização dos trabalhadores por melhores condições de vida a partir da década de 40. Segundo Linhares, a luta política que caracterizava naquele momento o campo brasileiro era resultado do acúmulo de tensões trabalhistas. Os conflitos rurais desse contexto são resultados da divulgação da CLT, considerando a ambiguidade sobre o trabalhador rural, ora lhe trazendo benefícios, ora os excluindo dos benefícios enumerados, e da propaganda varguista sobre o homem do campo. Nesse clima de tensão e debate sobre a extensão dos direitos previdenciários e reforma agrária, foram criados o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, em 1963 e 1964 respectivamente.

O Estatuto do Trabalhador Rural, inspirado na CLT, foi parte do projeto de reformas de base que pretendia a participação política e melhoria do padrão de vida, apresentando reivindicações dos grupos de esquerda e dos movimentos sociais, no período que antecede o Golpe de 1964. Este Estatuto

definia a jornada máxima de 8 horas de trabalho, aviso prévio, estabilidade, repouso semanal, férias remuneradas, pagamento nunca inferior ao salário mínimo, dentre outros. No entanto, a Lei nº 5.889/73 denominou como empregado todo aquele que prestasse serviço de natureza não eventual, excluindo, nesse sentido, os trabalhadores rurais, o bóia-fria, o volante e o clandestino. Em outras palavras, esta Lei excluiu a maioria dos trabalhadores do campo de qualquer direito trabalhista e foi um dos fatores associados à modernização da agricultura na década de 70, que provocaram uma intensificação da adesão de trabalhadores a formas temporárias de relações de trabalho (MOTTA, 2005, p.200-202).

Houve então o desenvolvimento de uma população agrícola composta por trabalhadores sem terra e bóias-frias. O trabalho assalariado avançou no campo, no entanto o mesmo não aconteceu com relação aos direitos trabalhistas.

Já o Estatuto da Terra representou uma resposta legal às pressões de diversos setores da sociedade por reforma agrária. No entanto, a perspectiva de mudança da estrutura fundiária do País, por meio institucional, foi inviabilizada pelo predomínio de interesses dos grandes proprietários de terras detentores de uma larga representação no Congresso (MOTTA, 2005, p.198-200).

Nesse período, o País vivenciou um avanço do movimento democrático, popular e sindical. Ao discutir os movimentos sociais no Piauí, Medeiros (1995, p.159-184) comenta que a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado foi iniciada com um movimento de reconhecimento como tal, da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Parnaíba e da

Associação dos Trabalhadores Rurais de Teresina, em 1947 e 1951, respectivamente.

Em 1951, foi criada a FAREPI, que era composta por pequenos proprietários, lavradores, técnicos da área de agronomia e pecuária. Até o final dos anos cinquenta, 82% dos 71 municípios piauienses tinham sua Associação. No dizer de Medeiros (1995, p.172), estas associações defendiam interesses específicos dos grandes proprietários junto aos órgãos federais da agricultura e prestavam uma política assistencialista aos lavradores rurais através do Serviço Social Rural.

No entanto, é importante dizer que o contexto definido, a partir dos anos 60 favoreceu uma nova roupagem ao movimento de trabalhadores rurais do Estado, assim como do Brasil, ganhou maior expressividade e mobilidade, como um movimento sindical e reformista que se radicaliza.

De 1961 até 1964, foram organizados e disputavam reconhecimento 45 sindicatos em 29 municípios piauienses, alguns orientados pela Igreja outros pela esquerda. Entre os anos de 1965 a 1980, foram criados mais 131 novos sindicatos – 46 patronais e 85 de trabalhadores. A esse respeito, Medeiros (1995) ressalta que, dos patronais, quarenta eram sindicatos rurais, e setenta dos sindicatos de trabalhadores eram de Trabalhadores Rurais que não tinham ligação com o movimento em favor da reforma agrária. Tal contexto se dá em função do alargamento de uma política de controle e assistencialismo do governo federal no campo. No ano de 1967, a CONTAG, criada em 1963, instala uma delegacia no Piauí que passa a atuar sob rígido controle do Estado, e posteriormente é instalada a FETAG/PI.

A esse respeito, conforme Medeiros:

A motivação inicial da ação sindical era a luta pela reforma agrária e pelos direitos previdenciários. Ante a ação virulenta dos grandes proprietários, com despejos pelo simples fato dos agregados se sindicalizarem, começou a luta pelo próprio direito de associação e pela permanência na terra. Houve lutas específicas envolvendo o valor da diária, o preço e o peso do babaçu, gado nas roças, etc. Pela primeira vez, grandes proprietários foram chamados à justiça por “caboclos” (MEDEIROS, 1995, p.175).

A organização sindical está relacionada à criação de três federações: Federação dos Trabalhadores na Lavoura, organizada pela delegacia estadual da SUPRA; a Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos, sob orientação da Igreja; e a Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos e Pequenos Proprietários, orientada pela esquerda.

O processo de redemocratização do País, no final dos anos 70 até 85 do século findo, marcou um período de redefinição do sindicalismo rural. Neste contexto, nos anos que circunscrevem a conjuntura política configurada após o regime ditatorial, Medeiros (1995) comenta que há visíveis alcances do sindicalismo no que diz respeito ao seu papel de interlocutor junto ao INCRA e ao governo estadual para questões fundiárias e a atuação conjunta de entidades civis como CPT, FETAG, CUT e CONTAG⁴. No entanto, ainda segundo este autor, esse período também é marcado por dificuldades de firmação do movimento sindical rural, tendo em vista o empobrecimento do trabalhador, a emigração continuada e as resistências de patrões e de chefes políticos locais a um novo padrão de relacionamento entre as classes e grupos sociais.

Nesses termos, segundo o autor:

⁴ Em meados dos anos 90, a FETAG, e em 1995, a CONTAG, se filiaram à CUT.

Nesse campo específico, além de desapropriações dentro de programas como o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor) ou dentro da ação regular do INCRA, têm sido conseguidas desapropriações pela luta direta dos trabalhadores, inclusive com a ocupação de áreas. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem sido um fator relevante no processo. Mais difícil tem sido uma interlocução do movimento na área de política agrícola, seja junto aos órgãos governamentais, seja junto aos bancos. Ultimamente tem avançado a atuação sindical na área da previdência social levadas à decisão do poder judiciário. E permanecem as contendas entre patrões-proprietários e trabalhadores rurais, levadas à decisão do poder judiciário. Cresce a consciência de direitos entre os trabalhadores rurais, mas os resquícios do mandonismo local e a ausência de maiores perspectivas econômicas para a pequena agropecuária são uma ameaça à consolidação do movimento (MEDEIROS, 1995, p. 180).

Medeiros descreve um contexto de transição vivenciado por ele, sobre os movimentos sociais no meio rural piauiense, e evidencia o processo migratório como um dos aspectos que contribuem para sua fragilidade.

Carvalho (1978, p. 102-116), em seu estudo sobre as tendências do campesinato brasileiro, segundo os censos de 1940, 50, 60 e 70, partiu de alguns comentários sobre a penetração do capitalismo no campo, tomando como exemplos os Estados de São Paulo e Piauí. Para tanto, o autor esclarece que a unidade camponesa compreende pequenos arrendatários, pequenos parceiros e ocupantes e, na maioria, são responsáveis por áreas menores de 50 hectares.

A partir da análise das fontes, Carvalho (1978) comenta que, no Piauí, aumentou o número de arrendatários e ocupantes de terras nos anos de 50, 60 e 70 e de terras arrendadas e ocupadas, de 78,0%, em 1950, para 98,7%, em

1970, o que significa uma proliferação de unidades produtivas camponesas. A esse respeito, ele chama a atenção do leitor para o fato de que não ocorreu uma proliferação dos chamados produtos hortifrutigranjeiros no Piauí, como ocorreu em São Paulo, sendo uma produção característica de unidades de pouca extensão em área. No período em estudo, o autor evidencia um aumento na força de trabalho nos dois Estados, e no Piauí houve maior intensidade. Em São Paulo, por exemplo, nessa categoria dos arrendatários e membros não remunerados da família o aumento foi de 436.054, em 1950, para 715.590 indivíduos, em 1970, enquanto no Piauí, o aumento foi de 51.110, em 1950, para 413.275, em 1970. O autor atribui tal fato, especialmente, ao crescimento da força de trabalho nos estabelecimentos de menos de 10 hectares, sabendo que essa força de trabalho é composta principalmente de mão-de-obra familiar.

Em um trabalho recente sobre a análise da estrutura fundiária do Estado, Martins (2002 b) constata, nos anos 60 e 70, um significativo predomínio da participação de grandes latifúndios, que correspondiam áreas com mais de 500 hectares. Segundo ele:

Assim, entre os anos de 1960 e 1970, o tamanho médio dos estabelecimentos com áreas inferiores a 20 hectares decresceu de 4,73% para 2,93 hectares, enquanto os grandes estabelecimentos, com áreas superiores a 500 hectares, tiveram seus tamanhos médios aumentados de 1.521,2 para 1.743,8 hectares (MARTINS, 2002 b, p.106-107).

De forma complementar, Martins (2002b) comenta que em 1970 os estabelecimentos agropecuários no Piauí compreendiam um total de 217.886,

dos quais 100.511 possuíam áreas inferiores a 2 hectares. Esse contexto evidencia um cenário significativo de extrema pobreza do pequeno produtor rural do Estado, assim como os que não possuem terra. Conforme estatísticas citadas por Martins (2002, p.108) em 1977, estimou-se que em 49 municípios, cuja população rural correspondia cerca de 43% em relação ao total do Estado, havia cerca de 69.882 produtores rurais classificados segundo as categorias de proprietários, parceiros e arrendatários, desse total, 54.542 eram classificados como não proprietários. Estes trabalhadores se ligam à terra através de contratos verbais de parceria, cuja produção é caracteristicamente de subsistência. O trabalho assalariado no setor agrícola ainda é insignificante e catalisador de tensões sociais, fome e migrações, dentre outros.

Diante do exposto, pergunto-me: como se configura o campesinato do Piauí na conjuntura política definida após o regime militar?

O governo Sarney, ainda em sua primeira fase, estabeleceu o PNRA, ao tempo que criou o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD em contexto que associava reforma agrária e redemocratização do País. O governo previa o assentamento de um milhão e meio de famílias, “de um total de 4 milhões e 500 mil sem-terra, num conjunto de doze milhões de trabalhadores rurais expropriados” (LINHARES, 1999, p.195).

Paralelo a tais definições de reforma agrária, foi consolidada a UDR, que aliava recursos financeiros abundantes, forte representação parlamentar e apoio dos grandes grupos industriais. Um dos objetivos alcançados era impedir o uso de mecanismos constitucionais de implementação da reforma agrária no País. E após inúmeras façanhas, o projeto de reforma agrária estancou e menos de setenta mil famílias chegaram a ser assentadas. A esse respeito,

Linhares (1999, p. 196) ressalta que desde a criação do INCRA, em 1970, até o limiar dos anos 90, só foram assentadas cento e quarenta e cinco mil famílias.

A reação a tais acontecimentos foi marcada por uma explosão de violência no campo. Em várias regiões do País foram assassinados líderes sindicais, chegando a setenta por ano, sem elucidação e punição. No Piauí, a coordenação nacional do MST confirma a existência de 631 famílias acampadas em sete acampamentos. (LINHARES, 1999, p.199)

Conforme o censo agropecuário, realizado pelo IBGE em 1985, é visível a permanência histórica de grandes latifúndios no Piauí. A esse respeito, mais de 70% dos estabelecimentos, com menos de 10 hectares, representam pouco mais de 3% da área do Estado, os estabelecimentos que possuem de 10 a 100 ha somam apenas 21% da área, enquanto apenas quatro estabelecimentos com mais de 100.000 ha representam uma área superior a 4%. Ainda segundo este censo, 80% da produção agrícola é proveniente da pequena propriedade e 72% dos pequenos produtores rurais não são proprietários de suas terras (MACAMBIRA, 2000).

Nos últimos anos, houve um avanço do agronegócio da sojicultura e pecuária no Piauí, especialmente na região do cerrado, responsável pelo processo de expropriação do campesinato dessa região. Para tanto, alguns pesquisadores, como Silva (s/d, p.7), comentam que, em virtude de tal avanço, ocorreu também uma mudança na cartografia migratória para os canaviais paulistas representada por maranhenses e piauienses. A esse contexto, Silva (s/d, p.7) acrescenta o avanço do setor sucroalcooleiro paulista, demandante de grandes contingentes de força de trabalho. A maioria destes migrantes são proprietários de terras, rendeiros ou vivem nas periferias das cidades.

A implantação recente de grandes empresas agropecuárias no Estado tem origem na formulação e operacionalização de uma política regional de desenvolvimento que foi iniciada com a formação de complexos industriais em centros de polarização.

O sociólogo Bonfim (2003), ao discutir os problemas básicos da sociedade piauiense do início deste século, relata o enfrentamento pela recente conjuntura política de uma realidade social marcada fundamentalmente pela desigualdade, analfabetismo, subsistência e informalidade. Assim, o autor procura traçar um perfil da população do Estado, renda e emprego, e aponta dados que sugerem um redimensionamento da questão das desigualdades regionais do País.

Tomando como referência os dados recentes do IBGE,

O Piauí possui uma população de 2.843.278 habitantes, sendo 49,2% homens e 50,8% de mulheres, ou seja, há 46.698 mulheres mais do que homens. Outro dado refere-se ao fato de que 37,1% desta população ainda vivem na zona rural, enquanto o mesmo índice para o Brasil é de apenas 18,7%. Temos então, relativamente, duas vezes mais população rural do que o Brasil como um todo" (BONFIM, 2003, p.305).

É interessante ressaltar, que entre 1992 e 1999, houve uma melhora dos indicadores estaduais, na distribuição da renda no Piauí, em frente ao que ocorreu no Nordeste e no País, muito embora esta melhora seja resultado de recursos "não produtivos", ou seja, na forma de transferências federais, levados a efeito pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de aumentar os recursos e benefícios para a população mais pobre do País.

O discurso de modernização e viabilidade dos cerrados e da atração de empresas do setor alimentício parece ignorar a situação vivenciada pelos municípios do semiárido, uma área onde se concentra grande parte da população rural e pobre do Estado. Com atividades de exploração caracterizada por sua intensividade tecnológica, tem se apresentado uma progressiva expulsão do homem do campo para as periferias das pequenas cidades locais. Assim, muitos destes sujeitos rumam a outras regiões do País em busca de trabalho e muitas vezes caem nas redes da escravidão por dívida.

A partir dos relatos de experiências de vida nos cativeiros feitos pelos trabalhadores no primeiro Encontro de Trabalhadores Migrantes, de Combate ao Aliciamento e Prevenção do Trabalho Escravo, realizado no ano de 2004 em Teresina, o pesquisador Roberto Novaes (2004) relata que os migrantes não vivem mais no campo, moram nas periferias das cidades interioranas e, sem emprego, foram buscar trabalho em outras regiões do País. Para tanto, considera que se trata de uma realidade onde os sujeitos foram expulsos de suas terras pela chegada de grandes grupos econômicos, que preferem empregar trabalhadores de outras regiões. Comumente, a distância entre o local de origem dos trabalhadores e o lugar de destino e trabalho é um das estratégias utilizadas pelos aliciadores no trabalho compulsório em regiões de fronteira agrícola, situação que favorece a vulnerabilidade e a difusão do medo entre os trabalhadores.

Um dos fatores determinantes da fundação de grandes empresas agropecuárias no Estado foi a disponibilidade de terras a preços reduzidos, inclusive terras públicas do Estado. Atendendo a uma política de setores governamentais locais de aproveitamento de terras do Estado, foram alienadas

a empresários vastas extensões de terras públicas, de 500 a 3.000 hectares, por preços simbólicos, cujo contrato inicial exigia destes um projeto de aproveitamento, com possibilidade de retorno das terras para o patrimônio do Estado no caso de não implantação do projeto em cinco anos. Grande parte dessas terras foi adquirida por empresários de outros estados, que chegaram a obter áreas acima de 3.000 hectares, contrariando determinações do Código Civil.

Diante do exposto, é evidente o contexto de precariedade vivenciada pela grande maioria da população rural do Piauí. É possível dizer que a estrutura fundiária do Estado, seguindo o mesmo curso do Nordeste, não sofreu grandes transformações, caracterizando uma sociedade com pouca mobilidade social, com o predomínio da cultura de subsistência, que atualmente, assim como há um século, pode-se destacar a produção do milho, feijão, arroz e mandioca (MACAMBIRA, 2000).

A permanência de grandes latifúndios, a formação de grandes empresas agropecuárias e as dificuldades de crédito fundiário ao pequeno produtor atuam diretamente na expulsão do homem de seus pequenos pedaços de terra, que encontram na migração uma alternativa de sobrevivência. No entanto, em muitos casos, a opção pela migração de retorno aparece como uma das formas que estes trabalhadores encontram para manterem-se ligados às suas terras, na medida em que migram sozinhos, deixando lá suas famílias.

1.2. Barras, Piauí: conflitos e migrações

Barras, localizada a 122 km da capital do Estado, integra o território dos cocais (ver mapa na pag.38)⁵, que incorpora, em grande medida, a região dos cocais ou mata dos cocais, rica em palmeiras (cocos) como babaçu, carnaúba e buriti, especialmente no Maranhão e no Piauí. O território dos cocais está localizado na macrorregião Meio Norte, configurando-se como zona de transição entre a floresta amazônica, a caatinga e o cerrado (PLANAP, 2006).

Nessa região, a forma de exploração se baseou na mão-de-obra familiar em terras cedidas pelos grandes proprietários a moradores que combinavam as atividades extrativas com a agricultura de subsistência e, por vezes, com a pecuária. A amêndoa do babaçu ou o pó da folha de carnaúba foram o principal alvo de interesses dos grandes proprietários de terra da região. Enquanto esses produtos permaneceram valorizados, a cultura de subsistência funcionou no sentido de manter e ajudar a reprodução da força de trabalho envolvida no extrativismo. A renda da terra cedida aos produtores era obtida através das relações de parceria, meia, terça, dentre outras (ROCHA, 1988).

Com a crise do extrativismo, sobretudo após os anos de 1950, a agricultura de subsistência se tornou o principal meio de sobrevivência das populações rurais do Estado, enquanto as atividades extrativas passaram a

⁵ Para sua execução, o PLANAP, 2006, apresenta os municípios do território dos cocais divididos em quatro aglomerados, representados pela sigla AG.

constituir meio complementar a essa forma de sobrevivência. Estas atividades extrativas são comumente exercidas com maior frequência no período de estiagem, quando cessam as atividades agrícolas. Dessa forma, conforme Rocha (1988, p.34), “[...] a grande propriedade extrativa passaria a ceder cada vez mais terras para a lavoura, cobrando agora uma renda previamente fixada para contrabalançar as perdas nas atividades extrativas”.

Conforme foi comentado no item anterior, a partir dos anos de 1970, as pequenas unidades de produção agrícola constituídas pelos pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, tornaram-se as formas predominantes no sistema de produção agrícola do Estado.

A estrutura fundiária de Barras, assim como a do Piauí em geral, é constituída historicamente pela grande propriedade e por diversas unidades de produção familiar, sendo eles, posseiros meeiros, parceiros e arrendatários, responsáveis pela agricultura de subsistência.

Segundo Figueira (s/d, p.8), com a crise do sistema de moradia, em Barras, muitos jovens tornaram-se potencialmente disponíveis para o trabalho escravo. Isso ocorreu porque a moradia nas fazendas envolvia toda a família, incluindo jovens e crianças, já que o dono da terra precisava do conjunto da mão-de-obra. Assim, diante da pobreza e do despreparo destes jovens para o mercado regular, parte da população masculina migra em busca de subsistência.

A partir de fontes orais e dados divulgados pela CPT Regional⁶, é possível dizer que, a partir dos anos de 1980, o município de Barras passou a

⁶ A Comissão Pastoral da Terra publica anualmente os Conflitos no Campo, editado pela primeira vez em 1985 e em 2002 foi reconhecida como uma publicação científica. A obra apresenta registros de assassinio de pessoas em conflitos pela terra no Brasil, com ênfase nos conflitos trabalhistas. Os números apresentados são baseados nas ações de

vivenciar acentuados conflitos pela terra, em especial na década de 90. Esses conflitos foram acompanhados por um significativo processo de reforma agrária na região.

Desse modo, os Conflitos pela Terra neste município se configuram em ações de resistência e enfrentamentos pelo uso e propriedade da terra e, de acordo com a CPT, ocorrem especificamente em propriedades de caráter particular, reincidindo em lugares e tempos subsequentes.

Assim, segundo dados divulgados em jornal local:

Os municípios onde existem os maiores números de conflitos agrários são: Esperantina, Madeiro, Miguel Alves, União, Assunção do Piauí, Buriti dos Lopes e Barras. Os conflitos surgem, segundo Gregório Borges, coordenador regional da CPT, quando ocorrem despejos de famílias de uma determinada área ou em casos de proibição de plantio com os trabalhadores. “Em Barras, por exemplo, temos um conflito dessa natureza, no qual os trabalhadores sem terra foram proibidos de plantar e entraram em disputa pela terra. No entanto, surgem conflitos constantemente. A concentração de terra no Piauí ainda é muito grande e quebrar essa estrutura fundiária não é fácil”, explicou (JORNAL MEIO NORTE, 21 dez. 2007).

Os municípios citados integram, juntamente com Barras, o Centro-Norte e Norte do Estado. Ainda segundo esta fonte, muitas áreas de grandes incidências de conflitos agrários do Estado foram transformadas em assentamentos, como no caso citado, do município de Barras. A esse respeito é importante dizer que, atualmente, veicula-se nos meios impressos e eletrônicos oficiais que este município possui o maior número de assentamentos, por área, do País.

Estes conflitos agrários se dão especialmente na região da Mata do Município, na qual está localizado o maior número de famílias assentadas. Conforme dados da CPT, no período de 1998 a 1999, por exemplo, os conflitos em Barras se concentraram na fazenda Baixa Fria, envolvendo 100 famílias em uma área de 1.500 hectares. Nos anos de 2001, 2002 e 2003 os conflitos se localizaram na propriedade Canto Fundo Marimbondo, em uma área de 559 hectares, envolvendo 17 famílias.

Em 2003, ocorreram também conflitos na Barra do Taquari, Mundo Novo e Barreira, em uma área de 516 hectares, onde havia 30 famílias. Já em 2004, os conflitos se fizeram novamente nas propriedades Barra do Taquari, Mundo Novo e Barreiras, com 24 famílias envolvidas, cuja área correspondia a 517 hectares e se encontrava em processo de desapropriação, conforme informação da CPT. No ano de 2005, os conflitos se concentraram na fazenda Crioli em dois meses subsequentes, envolvendo no segundo momento 13 famílias, em uma área de 319 hectares. No mesmo ano, ocorreu conflito na propriedade Marrecas, com 580 hectares de terra grilada. Em 2007, os conflitos se deram novamente no Crioli e Marrecas, a primeira propriedade em uma área de 329 hectares envolvendo 13 famílias, e a segunda, em uma área de 901 hectares em que havia 16 famílias. A esse contexto cabe mencionar o registro de ameaças feitas por proprietários de terras a alguns posseiros da região.

Ao comentar o contexto de conflitos no campo descrito acima, Lina G. da Silva, 47 anos, Presidente do STR de Barras desde 2003, afirma que a década de 90 se configurou como sendo um período em que os conflitos pela terra foram intensificados na região:

Aí a partir de 90, veio a reforma agrária. Nesse momento foi tudo conquistado com luta mesmo, teve muita briga entre trabalhadores e proprietários. Os primeiros assentamentos do INCRA foram desapropriados na base da luta. Alguns trabalhadores foram assassinatos. No Barreiro do Otávio, que é um assentamento do INCRA, lá mataram um trabalhador. No Barro Preto, que também é um assentamento, mataram outro trabalhador. Nos Currais Novos, que também é um assentamento do INCRA, houve muito conflito. No São Francisco também teve conflito. Lá [nos Currais Novos] não mataram, mas lá foram anos de luta, os trabalhadores eram expulsos, voltavam, viviam correndo com medo da polícia. Alguns foram baleados, mas não chegou a ter mortes. Aí, de 99 até agora é que melhorou um pouco, porque os proprietários mesmo já passavam a terra para o Sindicato pedir a desapropriação (LINA, 2009).

Lina é ex-moradora do assentamento Boa Água, que fica também na região da Mata, cuja propriedade era de um dos antigos donos de latifúndios do município. Quando entrevistei Lina, ela aguardava tomar posse na Câmara de Vereadores do Município, onde se encontrava até então como suplente pelo PT. Lina coloca em evidência os anos de 1990 como um marco na reforma agrária do município, inclusive com a ocorrência de assassinatos.

Ao falar sobre o processo de desapropriação de terras em Barras, sobretudo nos últimos vinte anos, ela comenta:

Os primeiros assentamentos são do Interpi. Foi naquelas propriedades que os donos não tinham documentos na época, não tinham como vender, aí eles pegavam e vendiam para o Estado, para o Estado distribuir entre as famílias [...]. Eu morava na Boa Água, de propriedade do Dr. José Lages. Ele lutava pra vender, mas como era terra de posseiro, ele não conseguia. Era costume aqui há muito tempo atrás, eu conheço um pouco a história, eles chegavam e varriam a propriedade, botavam as famílias para fora e tomavam de

conta da terra. Mas na hora de vender eles não provavam que tinham a terra. Aí eles vendiam para o Estado como se fosse terra solta. O Estado legalizava e passava para as famílias (LINA, 2009).

O relato acima me possibilita compreender o processo de formação de grandes latifúndios na região, realizado através da expulsão do homem do campo e apropriação de terras por meios ilícitos.

Conforme levantamento de dados realizado por procuradores do INTERPI no Arquivo Público do Piauí, o Piauí é um dos estados brasileiros que possuem o maior índice de terras públicas griladas. Esta realidade é, em grande parte dos casos, fruto da conivência de governantes, que possibilitaram a particulares a matrícula e registro em cartório de enormes áreas rurais (FREITAS, 2006).

Em muitos casos, estas desapropriações favoreceram diretamente os latifundiários da região, tendo em vista que, como no caso citado por Lina, os supostos donos das terras não as tinham de forma legalizada.

Mesmo considerando que a constituição de assentamentos foi realizada através da pressão dos trabalhadores por meio de entidades representativas, o economista Paulo Barquete (2007) ressalta que muitas dessas terras foram adquiridas por meios escusos, favorecendo donos de grandes latifúndios, configurando o que foi denominado como indústria de desapropriação. Este fato pode ser evidenciado no significativo aumento de iniciativas de desapropriação em Barras por parte dos proprietários de terra, como ressalta Lina, sobretudo no final da década de 90. Segundo a Presidente do SRT de Barras:

[...] de 99 até agora é que melhorou um pouco [refere-se à diminuição dos conflitos no campo], porque os proprietários mesmo já passavam as terras para o Sindicato pedir a desapropriação. Porque eles viram que não compensava aquela briga toda. Porque quando o INCRA desapropriava, o que eles recebiam pela terra não dava pra pagar o gasto que eles tinham durante seis ou oito anos. Porque eles tinham que ter os melhores advogados, eles tomavam prejuízos com seus animais, os trabalhadores matavam, destruíam tudo. Aí quando eles viram que a Lei estava do lado dos trabalhadores, que eles não podiam expulsar eles da terra, aí eles decidiram tomar a iniciativa e solicitar a desapropriação. Aí o INCRA desapropriava e passava as terras para os trabalhadores (LINA, 2009).

Cabe considerar que a diminuição dos conflitos no campo fez parte do projeto de reforma agrária implantada no País na segunda metade da década de 90. Desse modo, houve um incentivo à desapropriação no sentido de despolitizar a ação do homem no campesinato brasileiro.

Os primeiros assentamentos do município foram criados pelo INTERPI, no início dos anos de 1990. Atualmente, Barras possui trinta e dois assentamentos, criados pelo INTERPI e INCRA⁷. Lina ressalta ainda a extrema concentração de poder e riqueza, expressa na posse da terra, nas mãos de fazendeiros da região. No que diz respeito às condições estruturantes destes assentamentos, o INTERPI realizou em 2005 o “Diagnóstico Sócio-econômico e Ambiental nos Assentamentos Estaduais” Entre estes foram incluídos dois dos assentamentos criados em Barras em 1995. Segundo este Diagnóstico, os assentamentos não possuem infraestrutura social adequada, como escolas, postos de saúde e telefônicos. A produtividade das culturas plantadas é baixa;

⁷ Disponível em <http://www.incra.gov.br> . Acesso em 12 nov. 2009.

no entanto têm solos apropriados para a produção e força de trabalho disponível.

Conforme estudos realizados por Buainain (2008), a democratização do País acirrou os conflitos no campo:

De um lado, os setores sociais alinhados à proposta de reforma agrária esperavam obter ganhos com o processo de democratização; de outro, os proprietários, associados ao poder local nos estados, acentuaram as ações de ocupação de terras públicas, legitimadas por títulos duvidosos, e assim por diante. De fato, as estatísticas colhidas pela CTP revelam o aumento do número de mortos em conflitos agrários (BUAINAIN, 2008, p.33-34).

Buainain comenta que durante a década de 70, a política de colonização da Amazônia foi priorizada em detrimento da política de reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra. Para tanto ressalta que ambas partiam de um princípio de segurança nacional, pois visavam orientar os fluxos migratórios para a ocupação de espaços vazios e reduzir as tensões sociais em algumas regiões.

Em 1986, como o fim do regime militar, ainda no sentido de conter as tensões sociais, o Governo estabeleceu o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNDR), que retomava medidas de distribuição de terra contidas no Estatuto da Terra, acrescentando apenas a incidência de conflitos pela posse da terra. No entanto, até a metade da década seguinte, poucas famílias foram assentadas, considerando as estimativas estabelecidas pelos governos.

Assim, não é exagero caracterizar a experiência brasileira de reforma agrária até 1994 como uma sucessão de tentativas frustradas, seja por falta de vontade política, seja em virtude das reais dificuldades de natureza política, econômica e institucional. O fracasso da reforma agrária se reflete, de maneira cristalina, nos próprios resultados alcançados pelos vários programas que se sucederam ao longo do tempo (BUAINAIN, 2008, p. 37).

Desse modo, a tese defendida por Buainain (2008, p46), ao afirmar que a reforma agrária no período recente se realiza mediante conflito, é aqui evidenciada na fala de Lina e nas fontes fornecidas pela CPT.

Nos anos de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou o projeto Novo Mundo Rural, dentro de uma perspectiva de os governos promoverem reforma agrária e dar em apoio ao pequeno produtor rural do País. A elaboração da nova política agrária teve como justificativa a revalorização do mundo rural e, como eixo, as virtudes da globalização, para o desenvolvimento socioeconômico territorial (BARQUETE, 2007, p.37-48).

A idéia de Novo Mundo Rural faz uso da noção de desenvolvimento sustentável, redireciona elementos da questão agrária do campo das negociações políticas, onde os trabalhadores têm poder de enfrentamento, para o campo das negociações econômicas, no qual a resistência e o enfrentamento são reduzidos. Uma atitude do Governo, que evidencia esse contexto de retirada do campo da política para o econômico, foi a criação do Banco da Terra, uma política do Banco Mundial, que limitou as negociações políticas às condições oferecidas pelos negócios do mercado.

O Novo Mundo Rural atuou no sentido de inibir os conflitos, fundamentando-se na tese do Governo, segundo a qual, com a implantação de alguns assentamentos rurais, a luta pela terra diminuiria, porque se imaginava,

equivocadamente, que o número de famílias sem-terra era igual ao número de famílias acampadas. Esse quadro evidencia o desconhecimento do Governo, no que diz respeito à espacialização e territorialização da luta pela terra. Assim, quanto mais assentamentos eram implantados mais a luta pela terra crescia e se expandia, estabelecendo um processo de intensificação da questão agrária no campesinato brasileiro (FERNANDES, 2002, p.57).

Em 1996, já no segundo governo do presidente Fernando Henrique, no sentido de dar mais impulso ao Novo Mundo Rural, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário para tratar especificamente de sua ação. Para tanto, foi considerado o conjunto de alterações da população beneficiária na matriz institucional, nas formas de obtenção das terras e no crédito para a reforma agrária. A política de assentamentos virou marca registrada de alguns governos, com uma crescente tendência de elevação em algumas regiões do País, como no Norte e no Nordeste.

A busca intensa de grandes proprietários à negociação de suas terras com o INCRA tem como base, dentre outros aspectos, a crise de financiamentos da agricultura, o fim dos subsídios, as altas taxas de juros aliadas à valorização dos títulos da dívida em favor da criação de assentamentos.

Nesses termos, a política de assentamento se desdobrou em dificuldades para o assentado seja para produzir, para se organizar social e politicamente, seja para se relacionar com agentes externos. A esse respeito, ressalte-se a redução de 28% dos créditos de apoio à instalação, para a construção de moradias, seleção de certos grupos beneficiários para

desenvolvimento de projetos que adotam tecnologia moderna, como irrigação e agroindústria.

Lina atribui, em sua fala, ênfase à luta do STR juntamente com o Governo e entidades civis organizadas para efetivação da reforma agrária em Barras, ao tempo em que evidencia que é dos assentamentos que sai o maior número de migrantes da região rumo ao trabalho escravo em outras regiões do País. No dizer de Lina:

Nós chegamos a desapropriar áreas de 5.000 (cinco mil) hectares de terra aqui em Barras. Sendo cadastradas mais de 200 famílias pela reforma agrária. Hoje nós temos assentamentos no município de Barras quase todo. Aí, como não teve mais grandes propriedades, a gente do movimento sindical, junto com a Fetag, a Contag, o Governo, com o Governo Lula, criamos um novo programa, que foi o Crédito Fundiário [Plano Nacional de Crédito Fundiário], que foi um complemento para as propriedades pequenas que não davam para o INCRA desapropriar (LINA, 2009).

A pobreza que atravessa o cotidiano dos homens e mulheres da zona rural de Barras é um fato, seja ele assentado ou não. Para Lina, os trabalhadores possuem terras, mas não têm condições de nelas produzir, não por falta de investimentos financeiros do Governo, mas, sobretudo, por falta de uma política eficaz de controle na aplicação destes investimentos. Segundo ela:

A gente tem muita terra, recebeu muitos projetos. Mas na época dos primeiros assentamentos, eles não souberam aplicar. Teve muito prejuízo. Por exemplo, o trabalhador não tinha experiência de trabalhar com projetos, criar gado, criar porco, criar bode, e o projeto era exatamente para isso, para eles criar gado, criar porco, criar bode, e trabalhar com área de terra, de irrigação do campo agrícola.

Trabalhador acostumado a vida toda, fazendo a roça, brocando, queimando, tocando fogo, destruindo até [...] no meio de tudo isso eles se perderam (LINA, 2009).

Este fragmento da fala de Lina evidencia a cultura de subsistência reinante na região. Muitos dos financiamentos adquiridos pelos assentados, para serem aplicados nos assentamentos, não foram liquidados pelos mesmos. Neste caso, impossibilitados de demandar novos financiamentos para investir em suas terras, a migração se apresenta para eles como a única saída. No entanto, em muitos assentamentos, especialmente nos que foram criados pelo INTERPI⁸, que constituem quase a metade do total de assentamentos do município, não havia uma política de crédito de apoio aos beneficiários. Esse fato se deu em face do não reconhecimento destas terras como áreas de reforma agrária pelo INCRA.

No dizer de Regina Lurdes, Coordenadora Fundiária do INTERPI:

Antigamente os assentamentos do INTERPI recebiam apenas o Título da Terra. De 2002 pra cá, através de uma portaria do Ministério da Agricultura da época, os assentamentos do Estado também passaram a ter direito a receber os mesmos benefícios que os assentamentos federais como Crédito Apoio, Habitação, Pronaf A e os outros créditos liberados para os clientes da reforma agrária. A partir daí, para que os assentamentos do Estado tenham direito a receber estes benefícios, é necessário que o INCRA reconheça estas áreas como área de reforma agrária (REGINA LURDES, 19 abr. 2007).

Em Barras, a reversão do predomínio dos grandes latifúndios se deu a partir da década de 80, via processo de desapropriação de terras com

⁸ No período de 1993 a 2006 foram criados quatorze assentamentos pelo INTERPI, em Barras.

significativos números de conflitos e não em função do advento de grandes programas para a modernização do setor, como ocorreu em alguns municípios do Estado.

Desse modo, entendo que, embora esteja claro que, durante a década de 90, houve uma intensificação dos conflitos agrários em Barras, fenômeno que também foi evidenciado em nível nacional, os conflitos pela terra em Barras não cessaram no final deste período. A esse respeito, conforme dados apresentados pela CPT, os conflitos na região têm se apresentado de forma contínua e acentuada em algumas regiões do município aqui citado, como nas fazendas Marrecas e Crioli, esta última localizada na região da Mata. Este quadro reafirma as relações violentas que são historicamente estabelecidas no campesinato do País.

O fato de que os trabalhadores de Barras submetidos a formas de trabalho análogo à condição de escravo sejam assentados me leva a refletir sobre a ineficiente política de reforma agrária estabelecida. A formação do assentamento em si ganha um foco maior de atenção e acaba sendo um fim em si mesmo.

À medida que as precariedades das condições de vida tomam força, as insatisfações se acentuam, tanto dos assentados quanto dos integrantes dos Movimentos Sociais. Assim, os assentados migram como meio de superação da pobreza, enquanto suas famílias sobrevivem de pequenas atividades no campo e de políticas compensatórias, em especial do Programa Bolsa Família⁹.

⁹ O Programa Bolsa Família (PBF), integrante da estratégia Fome Zero, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia pessoas em situação de pobreza, com renda mensal de R\$ 70 a R\$ 140, e extrema pobreza, com renda mensal por pessoa de até R\$ 70. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2009.

CAPÍTULO 2: A VIDA DA LEI E A LEI DA VIDA

2.1 Trabalho análogo à de escravo: a lei e o crime

A categoria trabalho análogo à de escravo existe desde 1940, no artigo 149 do Código Penal, que trata como crime a submissão de alguém à condição de escravo, “Reduzir alguém à condição análoga à de escravo: pena-reclusão de dois a oito anos”¹⁰.

Nesse contexto se insere a aprovação de duas Convenções pela OIT sobre o trabalho forçado. A Convenção nº 29, de 1930, que trata da eliminação de todo trabalho forçado ou obrigatório, foi reafirmada em 1957 pela Convenção nº 105, que proíbe o uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou pressão. No dizer do artigo 2º da Convenção (nº 29), a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”. O Brasil assinou estas duas convenções, assumindo a responsabilidade de combater a proliferação do trabalho forçado¹¹.

¹⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 20. set. 2009.

¹¹ Convenções 29 e 105. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 10. out. 2009.

Nesses termos, o trabalho forçado, referia-se às formas de exploração impostas por um estado em época de neocolonialismo, em regiões de pequeno desenvolvimento industrial, portanto algo distinto do que são as novas formas de trabalho compulsório identificadas nas últimas décadas do séc. XX. As primeiras denúncias de trabalho escravo rural no tempo presente foram realizadas pela Igreja Católica no final da década de 70, e dizem respeito à sua existência em fazendas na Amazônia.

A Lei 5.889, de 1973, que institui normas reguladoras do trabalho rural, garante que a jornada de trabalho não pode ultrapassar oito horas diárias ou 44 horas semanais; é obrigatório o descanso de uma hora para repouso ou alimentação em jornada de duração superior a seis horas; o intervalo mínimo entre uma jornada e outra é de 11 horas; o trabalho noturno tem de ser pago com 25% de acréscimo, com horário especificado; o desconto para a ocupação de moradia é de até 20% do salário; na alimentação só pode ser descontado até 25% do salário.

Com o fim do regime ditatorial no País, a terminologia trabalho escravo ganhou abrangência e força política, sendo que dessa vez o responsável pela situação não é mais o setor público, o Estado, são empresas e atores privados, estando diretamente relacionado à exploração no campo ¹².

¹² “[...] tanto em 1930 [Convenção nº 29], como em 1957 [Convenção nº 105], o que a OIT estava considerando sob tal designação [trabalho forçado] eram formas de exploração do trabalhador impostas por um Estado a povos submetidos à sua dominação política e econômica. Algo muito distinto do que, reconhecidamente, são as “novas” formas de trabalho forçado, que só começaram a ser identificadas nas últimas décadas do século XX. Nesse caso, são empresas e atores privados (maiores ou menores, mais ou menos formalizados) os responsáveis pela situação, e não mais o poder público. Por isso, nesse novo contexto, a OIT pressiona os Estados a assumir a responsabilidade de combater sua proliferação, não só aprovando uma legislação específica e punitiva para tais práticas de exploração, como impedindo uma excessiva debilitação ou flexibilização da legislação existente de regulação do mercado de trabalho e dos direitos dos trabalhadores” (GOMES, p.11, 2007).

É preciso considerar que a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais se deu com a Constituição de 1988, há mais de quatro décadas depois de assinada a CLT. A esse respeito, no seu artigo 462, a CLT proíbe o sistema segundo o qual o empregador mantém o empregado no trabalho em servidão por dívida.

Assim, pelos termos da Lei, ao trabalhador rural é garantida a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho assinada, na qual devem estar escritos o valor do salário, a jornada de trabalho e todas as informações sobre o contrato de trabalho, não devendo permanecer por mais de 48 horas nas mãos do empregador. A luta pelo reconhecimento dos direitos é longa e permeada por muitos conflitos.

Em 1995, o Brasil foi denunciado à OEA, como sendo um país escravocrata. Tendo reconhecido diante das autoridades internacionais a existência de trabalho escravo no País, o Governo Federal criou um grupo interministerial para estudar o assunto. Foi formado o Grupo Móvel de Fiscalização, composto por fiscais do trabalho, policiais federais e, por vezes, representantes do Ministério Público, cuja tarefa é regularizar a situação trabalhista, emitir carteiras de trabalho e providenciar pagamentos.

Em 1998, a OIT fez a declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, sendo eles: liberdade de associação e organização sindical; reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório; abolição do trabalho infantil.

Entre os setores da sociedade civil mais envolvidos no enfrentamento deste fenômeno, estão a CPT, ligada à Igreja Católica, e militantes de

entidades não-governamentais. Ligados ao Estado, podemos destacar no Poder Judiciário, os procuradores do MPT e os magistrados da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, e no Poder Executivo, os auditores fiscais do MTE, que atuam diretamente na repressão a esta prática, com a participação da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária.

A medida provisória nº 74, de 23/10/2002, altera a Lei nº 7.998, de 11/01/1990, para assegurar o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão. O auxílio corresponde a parcelas de um salário mínimo durante três meses¹³, a cada doze meses. Através das entrevistas, pude perceber que a garantia deste auxílio motivou muitas denúncias realizadas pelos migrantes ao MTE. Dessa sorte, antes da partida, eles costumam tomar algumas medidas preventivas caso sejam surpreendidos pelo trabalho escravo. Deixam as famílias de sobreaviso, carregam nos bolso telefones para denúncia, dentre outras. Segundo o migrante Reginaldo (2008), “minha esposa já fica sabendo, qualquer coisa ela vai lá no Sindicato [STR]”.

O Governo Federal criou em 2003 o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. O Plano possui 75 medidas. Entre as punições contra empregadores está a proibição do acesso a linhas de crédito e incentivos fiscais da Sudene, Sudam, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, BNDS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. No sentido de monitorar a implantação do Plano, o Governo criou em 2004 a CONATRAE.

Em 2003, o artigo 149 do Código Penal ganhou alteração no sentido de deixar mais clara a definição de trabalho escravo, como sendo toda forma de

¹³ Disponível em <<http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15. fev. 2010.

trabalho degradante que compromete a liberdade do sujeito, cuja pena diz respeito à reclusão de dois a oito anos, e multa, além de pena correspondente à violência. Conforme este artigo:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (CÓDIGO PENAL, 1940).

Com a mesma pena, também é crime impedir o trabalhador de usar meio de transporte, a fim de retê-lo no local de trabalho, manter vigilância ostensiva durante a atividade laboral e nos alojamentos ou se apoderar de documentos ou objetos pessoais do trabalhador com o fim de impedi-lo de sair. O artigo 203 do Código Penal prevê pena de detenção de um a dois anos, multa, além de pena correspondente à violência para os dois casos, obrigar alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, retendo-o em função da dívida; e impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza. E ainda, o artigo 207, alterado pela Lei 9.777 de 1998, estabelece pena de um a três anos e multa para quem alicia trabalhadores com o fim de levá-lo de uma para outra localidade do território nacional.

Em 2005 foi lançado o Segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, no sentido de reafirmar o compromisso com a erradicação do trabalho escravo no país¹⁴.

¹⁴ O Plano apresenta: um perfil do municípios e das vítimas do trabalho escravo; ações desenvolvidas por diversas Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo elas, financiamento da produção agropecuária familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assistência técnica e extensão rural, por meio da Política Nacional de Ater (Pnater), e ações de garantia de renda às famílias

Segundo Gomes (2007), o termo “trabalho análogo à de escravo” deve ser percebido a partir de sua natureza política e cultural. Seu reconhecimento e legitimação, tanto em nível nacional quanto internacional pela OIT, é uma estratégia de combate ao fenômeno, pois faz emergir a memória de um passado vergonhoso e inaceitável. Desse modo, o uso metafórico dessa terminologia se tornou fundamental nas atuais condições históricas, tanto como recurso de poder para demandar ações do Estado, quanto como meio de sensibilizar a opinião pública e, ainda, uma estratégia para suscitar discussões nos campos jurídico, político e acadêmico em torno das formas de trabalho compulsório do mundo contemporâneo. Isso se deve ao grande poder comunicativo dessa linguagem. Esse seria o uso do passado pelo presente. Nas palavras de Gomes (2007, p.18), “uma estratégia política que mobiliza as relações entre história e memória para afirmar direitos, no caso direitos humanos, vinculados ao ato de trabalhar”.

Para além das discussões geradas em torno do uso desta terminologia, ressalte-se que, se há um visível alcance social dessa nova categoria é porque, conforme Gomes (2007, p.9), ela estabelece uma comunidade de sentidos com determinado grupo social, sem ser interpretada como um fenômeno puramente arbitrário.

Para Le Breton (2002, p.19), o trabalho escravo na contemporaneidade, sustenta-se em uma só realidade em todo o mundo, “de um lado a procura por mão-de-obra barata e submissa; do outro, a oferta de pessoas desesperadas e

atingidas pelos efeitos da seca e da estiagem no Nordeste, pelo Garantia-Safra, reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial; e ações de fiscalização cadastral de imóveis flagrados com a exploração de trabalho escravo, pelo INCRA (PLANO MDA/INCRA PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO, p.11, 2005).

famintas”. Define-se, assim, uma nova forma de escravidão, que tem como base o endividamento progressivo do trabalhador.

Esse tipo de escravidão ocorre principalmente em áreas relacionadas ao agronegócio, em regiões de cultivo monocultor, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e de exportação, onde a agricultura está em desenvolvimento. As regiões de destino migratório da maioria dos trabalhadores nordestinos estão no alargamento da fronteira agrícola especialmente no interior da Amazônia.

Em sua obra, Le Breton usa o termo “escravidão branca”. Considero-o bastante limitado por não se tratar de uma população especificamente branca. A autora comenta que o sistema de escravidão por dívida depende de dois fatores: a escassez de trabalho em uma região e a escassez de mão-de-obra em outra. Assim, muitos empreiteiros, ou “gatos”, saem em busca de trabalhadores no Nordeste, região considerada de muita pobreza e pouco emprego (IN: MOTTA, 2005 p.193).

O trabalhador rural escravizado no tempo presente se circunscreve em relações de trabalho, caracterizadas por um conjunto de práticas: violações das leis trabalhistas, a não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, o constrangimento, o cerceamento da liberdade. Muitas vezes, o trabalhador fica preso na fazenda sob a condição de pagamento de dívida contraída no traslado para a região onde a atividade de trabalho será exercida. E em alguns casos, tem sua documentação retida pelos administradores da fazenda ou usina como forma de coação. Há, ainda, os maus tratos, condições precárias de alimentação e moradia, ameaças e assassinatos.

Embora as ações do Governo sejam importantes no combate ao trabalho escravo, é preciso considerar que as dificuldades se apresentam com frequência. A esse respeito, ressalte-se a política conservadora do poder judiciário, que opta por uma postura conivente com os escravizadores. Outro obstáculo é a existência da bancada ruralista no Governo, que impõe manobras de proteção aos grandes latifúndios, além protelar os processos de punição. Soma-se a esse contexto, o desconhecimento dos direitos, percebido na maioria de trabalhadores rurais nos confins do País. Desse modo, muitos não reconhecem as condições espoliadoras da força de trabalho, ou, por estratégia de sobrevivência, resolvem não denunciar.

De um modo geral, os deslocamentos de populações rurais do Nordeste atendem a uma necessidade de trabalho. Trata-se de uma migração essencialmente masculina. Os outros membros da família permanecem na terra natal, mães e esposas, cujas atividades, como o trabalho na roça ou extração e venda da amêndoa do babaçu, destinam-se essencialmente à alimentação da família.

Assim, entendo que o deslocamento exprime uma situação das famílias pobres na sociedade e apresenta um esforço para superá-la. Neste sentido, a migração revela algo além das relações de forças entre regiões, sendo também indicadora de dilemas subjetivos daqueles que se deslocam.

O trabalhador rural escravizado é percebido aqui em suas múltiplas formas de sobrevivência e resistência. As várias idas e vindas não refletem a comodidade destes trabalhadores, antes dizem respeito a relações que se reproduzem em contextos históricos. Em linhas gerais, a análise da nova forma de trabalho compulsório implica perceber novas relações de trabalho no Brasil

no contexto presente, onde os trabalhadores são sujeitos ativos que constroem suas próprias visões de mundo. São sujeitos errantes, que têm os seus cotidianos atravessados por diferentes fluxos sociais, que elaboram projetos de saída e retorno para a terra natal. Eles fazem fugas, escapam das redes da escravidão, mudam de fronteiras. Podem mudar de lugar de trabalho, mas o desejo de voltar para o lugar primeiro é recorrente em suas narrativas. Desse modo, o projeto de migrar inclui a perspectiva de retorno.

Os trabalhadores passam a residir, em alojamentos da região para onde são deslocados. São levados por um “gato”, que geralmente é contratado por uma empresa agropecuária ou por um fazendeiro, no sentido de aliciar trabalhadores. O “gato” serve de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Segundo Prado (2006), o “gato” dá início a um sistema de endividamento progressivo do empreitado: escravidão por dívida, antes mesmo da sua chegada à unidade de produção. Com um pequeno adiantamento em dinheiro, ao ser efetuado o contrato, o trabalhador fica endividado. Assim, a dívida aumenta com a alimentação e o traslado, até chegar à unidade de produção. Deste modo, os trabalhadores ficam sempre devendo ao empreiteiro. Esta nova forma de trabalho compulsório se sustenta, principalmente, pelo endividamento progressivo.

A esse respeito, segundo Figueira (2004, p.236), os funcionários e os empreiteiros de uma fazenda são coordenados pelo próprio fazendeiro, ou por representantes. Segundo os relatos dos entrevistados, em muitos casos, esse representante é o próprio “gato” que, na unidade de produção, passa a ser responsável pelas turmas de trabalho. Para tornar mais eficientes os

mecanismos de dominação, os empreiteiros contam com homens armados e sua influência política. Assim, os fiscais, os empreiteiros e os “gatos” são considerados elementos necessários e imprescindíveis para manutenção do sistema de controle dos trabalhadores.

Muitos desses “gatos” são antigos trabalhadores rurais ou fiscais das fazendas e usinas, que exerciam atividades hierarquicamente inferiores. Mostraram-se *bons* trabalhadores e conseguiram ascender. Alguns são emigrados do município de Barras, onde ainda possuem laços de amizade e parentesco e isto favorece o recrutamento. Outros são também antigos migrantes, que ainda residem no município e possuem pequenos pedaços de terra. É o caso do trabalhador Antônio José, que me relatou que, devido à falta de condição de produzir em suas terras, encontrou como meio de sobrevivência o recrutamento de pequenas turmas de trabalho, composta comumente por parentes e conterrâneos conhecidos. Porém, entre estes aliciadores, existem aqueles que são pequenos e médios proprietários do comércio local.

A arregimentação é muitas vezes realizada por intermédio de moradores da região de origem, que atuam como “gatos” ou “subgatos”, os quais ficam encarregados de propagar a notícia, através de chamadas nas rádios locais ou em redes informais de parentesco e relações de amizade, e selecionar os que serão fichados, como é definida a contratação de trabalhadores. Ao utilizar aqui a expressão “subgatos”, tomo como referência as entrevistas que realizei entre os trabalhadores rurais migrantes, os quais definem alguns aliciadores da região de origem como representantes do “gato”.

Estes “subgatos” agem como intermediários entre o trabalhador e o “gato”, até a efetiva contratação.

A busca de migrantes é facilitada pelas redes de amizade e parentesco, e se dá no sentido de selecionar uma força de trabalho disciplinada e passiva, o que, no entanto, pode favorecer formas de resistência. Os laços de amizade, parentesco e mesmo o sentimento de pertencimento ao lugar de origem comum, criam melhor articulação dentro do grupo, na unidade de produção.

A esse respeito, a linguagem do parentesco é bastante presente no mundo rural, considerando os laços de consanguinidade e aliança, que incluem apadrinhamento e compadrio. Desse modo, as relações de parentesco, enquanto conjunto de relações socialmente definidas e construídas, atuam como matriz da rede de relações sociais necessárias à constituição das formas de trabalho compulsório no contexto em estudo.

Estas famílias integram uma rede de parentela, da qual faz parte a vizinhança, estabelecendo relações de compadrio, que muitas vezes reforçam os laços familiares, configurando laços de obrigação. Assim, padrinhos e madrinhas que os pais escolhem para o batismo de seus filhos, representam o segundo pai e a segunda mãe. Posteriormente, com os filhos já adolescentes, são escolhidos os padrinhos e madrinhas para o sacramento da crisma.

Conforme Menezes (2002a), no seu estudo sobre trabalhadores migrantes na plantation canavieira:

As redes representam, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à *plantation* canavieira e praticam formas de resistência espontânea, individuais ou coletivas (MENEZES 2002a, p. 132).

Tais relações também podem gerar um ambiente de competição entre conterrâneos, parentes, vizinhos e amigos, que também desejam ascender à função de “gato”.

Desse modo, alguns migrantes da região que já ultrapassaram a idade útil para a execução da atividade laboral e garantiram a confiança do patrão durante suas vivências migratórias, passam a montar suas próprias turmas de trabalho para negociar junto a antigos patrões nas regiões de destino migratório.

No sentido de desvelar tal prática, Francisco Arcanjo, 31 anos, comenta que:

Mas tem os cabeçantes assim, né? Eles vão lá, quando chegam lá, já é mais conhecido, já tem muito tempo que trabalham lá, e às vezes eles conseguem assim [...] chega lá, eles dizem: rapaz, eu quero que tu arrume uma turma pra mim, duas, três, como tem cabra que leva até seis turmas aí. Que agora saiu cinco turmas. São pessoas daqui que levam mesmo. Ano passado eu fui assim (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Francisco reconhece os aliciadores como cabeçantes ou chefes de turmas, a estes ele não atribui o conceito de “gato”. Entendo que seu posicionamento diante de tais práticas de aliciamento se dá por considerá-las de pequena dimensão, já que são recrutados pequenos grupos de

trabalhadores. No caso narrado por ele, a migração se deu rumo a uma fazenda de cana-de-açúcar no Mato Grosso.

De forma complementar a esta fala, o Sr. Chagas, 54 anos, que migrou para trabalhar em garimpos no Pará, durante a década de 80, e hoje é um dos diretores do STR de Barras, tio de Francisco Arcanjo, comenta que:

Aquelas pessoas que levam, quando chegam lá eles não trabalham não, eles ficam encarregado lá por aqueles, ajeitando lá as pessoas que eles levam, as reclamações são mais pra eles. Tipo assim, ele vai ganhar em cima daqueles que ele leva, da produção deles. Eu nunca fui, mas eu pude observar que a pessoa que sai com essas carradas grandes, quando chega lá eles ficam entregando serviço, e ganha em cima da produção desses aí. Quando chega o final do mês eles ganham mais do que eles. É como se fosse um gato (FRANCISCO DAS CHAGAS, 2007).

Considero importante comentar que entrevistei Francisco Arcanjo e o Sr. Chagas na mesma ocasião. O Sr. Chagas havia me revelado que possuía parentes migrantes. Demonstrei interesse em entrevistá-los e ele me conduziu até suas casas, na localidade Picada, região da Mata do município. Era mês de maio. Nessa época do ano não é comum encontrar migrantes em Barras. Foi uma roda de conversas que incluiu ainda Antônio Francisco, também trabalhador rural migrante, também sobrinho de Seu Chagas e primo de Francisco.

Desse modo, Seu Chagas se faz notar de forma diferente em relação a seus sobrinhos, pois apresenta elementos que ressaltam seu papel social, o de

representante do STR local. Esses elementos são evidenciados pelo caráter educativo de sua fala.

As duas narrativas acima evidenciam as formas de aliciamento realizadas pelos “gatos” da região, expressas na fala de Francisco Arcanjo como *cabeçantes* ou *cabeças*, que utilizam as redes de parentesco e amizade como estratégia de espoliação e coerção. A expressão “é como se fosse um gato”, ressaltada por Seu Chagas, assim como na fala de Francisco Arcanjo, é atribuída aos “gatos” da região de origem, especialmente referente a situações em que alguns trabalhadores costumam levar parentes e conterrâneos. Eles são distribuídos pelos “gatos” em ônibus interestaduais, no sentido de driblar a fiscalização do Grupo Móvel de Fiscalização do MTE. Chegando na unidade de produção, o responsável pela turma, o “gato”, não trabalha no canavial ou na roçagem da mata, e passa a fiscalizar o trabalho, no sentido de garantir o bom desempenho das atividades.

Reginaldo, 33 anos, migrante da zona rural do município de Barras, desde 1995, comenta o que motivou sua primeira migração:

Eu saí de casa porque a gente tem precisão, né? E eu achei que lá no mundo a gente ganhava dinheiro mais fácil... mais ligeiro... Só que eu pensei uma coisa e deu foi outra. Como, agora mesmo eu fui pro Mato Grosso, quando eu cheguei lá eu me achei assim uma pessoa quase preso porque tinha lá umas cercas e uns seguranças lá na porta, que a gente nem podia sair, né? (REGINALDO, 2007).

Sua narrativa evidencia, dentre outros aspectos, as imagens prósperas que circulam em Barras em torno dos lugares de destino, que se aproximam das fábulas criadas em torno da região da Amazônia ao longo dos tempos,

como lugar de riqueza e fartura. Sendo assim, no cotidiano dos jovens moradores do município existe uma perspectiva motivada pelo discurso de prosperidade no mundo lá fora e pelo desejo de superação da pobreza. Na sua incursão ao mundo que o atraía, veio a decepção por ter descoberto o trabalho como prisão, expresso pela presença de seguranças na porta de entrada do alojamento. Ao me relatar suas vivências, Reginaldo afirma ter conhecido a escravidão e suas amarras de perto. Para ele, a escravidão diz respeito ao cerceamento da liberdade, expresso em sua narrativa pelo sentimento de aprisionamento vivenciado em situação do trabalho acima definido.

Quando realizei a primeira entrevista com Reginaldo, ele estava recentemente de volta à terra natal, por ocasião de uma ação realizada pelo Grupo Móvel de Fiscalização em uma fazenda de cana-de-açúcar, no estado do Mato Grosso, em que foi resgatado por se encontrar em condições de trabalho análogo à escravidão. Ao narrar, ele organizou sua memória, tomando como marco situações em que teve os seus direitos lesados. Seu tom de fala é de denúncia, e pode ser compreendido pelo local da entrevista, a sede regional da ONG Cáritas em Teresina, e também por estar naquele momento integrando um grupo de migrantes trabalhadores que tinham em comum, além da origem, o fato de terem vivenciado formas de trabalho compulsório.

O desejo de Reginaldo é similar ao da grande maioria de trabalhadores do município de Barras: encontrar no trabalho fora condições que permitam a sobrevivência da família no lugar de origem. Para tanto, eles correm risco de ser submetidos à condição de trabalho análoga à de escravo, ou mesmo não retornarem.

Martins (2002) ressalta, no sistema de aliciamento dos trabalhadores, a existência de uma teatralização, que se traduz no autoengano na fase de recrutamento. Esses recrutamentos são favorecidos pelas precárias condições de sobrevivência nas regiões de origem em que vivem estes trabalhadores, que vivenciam uma agricultura familiar em crise. Muitos trabalhadores rurais se sujeitam ao sistema de endividamento progressivo, que começa com a aceitação do adiantamento de pagamento feito pelo “gato”. Tal prática Martins (2002) qualifica como sendo “formas coercitivas de trabalho com base em engajamentos voluntários”:

Diferente do que acontece nas relações “normais” de trabalho assalariado (nas quais o auto-engano se recria cotidianamente e não entra em conflito consciente com a sociabilidade das relações de trabalho), na relação servil moderna o auto-engano é originário, não é cotidiano, não entra na rotina do trabalho, e envolve uma intensa teatralidade na fase do recrutamento do trabalhador.

Mas em seguida, o auto-engano é substituído pela violência física, pelo cerceamento da liberdade e pela negação de tudo que compõe o imaginário contratual das relações de trabalho. Então, a relação de trabalho se torna crua e violenta, sem necessidade de manutenção do disfarce da igualdade jurídica ou da benevolência patronal. O que nos põe em face do que vem a ser a contrapartida da *sociedade do contrato, que é a sociedade do trato* (do costume, da palavra, da tradição, da confiança na palavra empenhada). A servidão moderna, em nossa sociedade, é viabilizada e revigorada pelo poder da tradição e pela função que ela exerce no processo de desenvolvimento do capitalismo entre nós (MARTINS, 2002, p.158).

Embora a maioria dos trabalhadores não se reconheçam como escravos ou escravizados, eles assumem expressões linguísticas que

evidenciam formas de trabalho compulsório. A esse respeito, a condição de *quase preso*, descrita por Reginaldo, ao fazer referência ao que sentiu dentro de um alojamento, fê-lo sentir-se escravizado. A presença de cercas e de jagunços vigiando a entrada e a saída do alojamento predominam em sua fala. Perguntei a Reginaldo se ele sabia da presença dos jagunços e ele me respondeu que não, comentando que não via sentido naquilo.

É preciso reconhecer que o estudo das relações de trabalho atravessa vivências de sujeitos ativos, que criam e recriam estratégias, e, portanto, não podem ser considerados como simples vítimas de uma circunstância histórica. Na narrativa de Reginaldo, o cotidiano do trabalho aparece como parte de uma maratona de quase dez meses longe de sua família, como alternativa ao desemprego da região.

Durante sua fala, o sentimento de vergonha pela humilhação vivenciada no trabalho era superado pela necessidade de denúncia, e por vezes alargava risos para se distrair da vergonha, quando, por exemplo, comentava sobre a alimentação precária servida aos trabalhadores nas fazendas e usinas daqueles confins. A falta de liberdade, a humilhação vivenciada, o isolamento e o medo de morrer perpassam toda a sua narrativa, principalmente o medo de morrer longe dos *seus*.

A terra natal e os lugares de destino destes migrantes se justapõem e se complementam, no sentido de que o ato de migrar em busca de trabalho se apresenta de forma naturalizada nas narrativas dos trabalhadores entrevistados. A referência à terra natal é associada, principalmente, ao espaço familiar, que funciona como núcleo de afetividade. Nesse sentido, ressalto que

a migração é aqui entendida como um projeto familiar, tendo em vista a ação combinada de trabalho entre os que migram e aqueles que ficam.

Entendo que a idéia de cativo aparece na linguagem e nas ações destes sujeitos. Nesse sentido, algumas expressões linguísticas também caracterizam o cotidiano de exploração vivenciado por estes migrantes trabalhadores rurais. Além de cativo, é frequente o uso de termos durante as narrativas como: *fuga, prisão, liberação, resgate, ilegalidade, trabalho irregular*, que evidenciam formas de exploração destes sujeitos em condição de cativos.

2.2 A experiência, a surpresa e o medo

Os relatos de sacrifícios e exploração no trabalho são recorrentes nas falas dos entrevistados, assim como é recorrente a volta deles aos lugares de destino. Comumente os trabalhadores migrantes relatam sucessivas formas de exploração vivenciadas no campo. São memórias de maus tratos, cerceamento da liberdade, greves, fugas, dentre outros, e, no entanto, eles continuam migrando. A esse respeito, o trabalhador rural Francisco Arcanjo comenta que, embora já tenha migrado várias vezes para trabalhar em fazendas e usinas, raramente sabe o que vai encontrar a cada empreitada em que se lança:

[...] cada usina eles trabalham diferente.

Muitas delas, a gente já vai sabendo como é lá, mas a gente encontra muita surpresa [risos] eles falam que vai ser de um jeito, e eles mudam muito de um ano pro outro, porque eles tentam melhorar pra eles e piora pra gente (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Os migrantes de Barras compartilham experiências migratórias de sua geração assim como de gerações passadas, considerando que estes sujeitos pertencem à família de migrantes. Nesse sentido, há uma tendência de estes trabalhadores projetarem o que supostamente irá acontecer numa próxima viagem. Porém, a mobilidade dos acontecimentos contemporâneos tira as

supostas verdades sobre o futuro próximo. E nesse caso, a esperança prevalece, favorecendo novos desafios.

De forma complementar a esse discurso, Francisco Rodrigues, 35 anos, primo de Francisco Arcanjo, ao narrar suas viagens para o trabalho em fazendas no Mato Grosso, comenta:

A gente sai daqui pensando que é uma coisa e chega lá é outra. Às vezes eles dizem: lá vai ser assim, vai ser bom e tal. E quando a gente chega lá, é uma coisa diferente. Com o tempo de trabalho, o cara vai ficando aí o negócio pega [...] aí o cara tem que dá seus pulos, né? Começa a fazer tumulto e conversar com um e outro [...] (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Cada empreitada aparece como uma nova possibilidade de sobrevivência, embora tenham consciência de que, na próxima viagem, eles possam novamente cair em golpe dos “gatos”. Francisco traça modos de pensar e agir diante da exploração na atividade laboral.

Nos relatos dos sujeitos entrevistados, a migração aparece como algo determinado pelo destino. Nesse caso, destino de quem não tem educação formal, de quem não tem emprego, enfim de quem não tem outra alternativa de sobrevivência na terra natal e só lhes resta a migração.

A esse respeito, segundo Francisco Arcanjo (2008): “eu comecei a viajar em 98, porque, você sabe, aqui não é tão fácil. Aqui a gente consegue alguma coisa pra comer e, às vezes, a gente pensa em conseguir alguma coisa melhor, e fica difícil”.

A migração do homem do campo nordestino para outras regiões do País, em busca de trabalho, tem se manifestado como uma permanência. No entanto, tal fato não significa que haja uma continuidade, pois as migrações se definem dentro de contextos e realidades diferentes. Desse modo, tal permanência não diz respeito à imutabilidade das migrações nordestinas, porque estas não se dão de forma naturalizada.

No caso das migrações para a Amazônia, o século XIX assistiu à entrada das primeiras levas de nordestinos, em particular os cearenses, os quais, segundo Funes (2008), tentavam enriquecer nos seringais da região. Na década de 40, a Segunda Guerra Mundial, as periódicas secas que atingiam o Nordeste brasileiro, o programa do governo de Getúlio Vargas de colonização da Amazônia e o sistema de exploração dos seringais eram justificativas para encaminhar os nordestinos para aqueles confins.

Segundo Funes:

As razões pelas quais vão para a Amazônia são as mesmas, seja pela seca de 1942, pela vontade de “enriquecer”, fazer a vida na Amazônia – um paraíso. As condições de trabalho não são diferentes daquelas a que foram submetidos os primeiros nordestinos que ali chegaram (FUNES, 2008, p.21).

É preciso dizer que esses migrantes não devem ser considerados como passivos ou vítimas. Ao relatar a história dos arigós, migrantes que foram para a Amazônia, na Segunda Guerra Mundial, como soldados da borracha, Guillen (2002, p.226) apresenta dois documentos que considera de grande significado para a história social do Brasil. São dois abaixo-assinados dirigidos

a Getúlio Vargas pelos migrantes e por suas mulheres. Esses documentos evidenciam a reivindicação dos direitos estabelecidos, tanto por parte das mulheres residentes no Crato, que pediam providências sobre a suspensão do auxílio que recebiam conforme havia sido combinado, quanto por parte dos migrantes que reivindicavam seus direitos ao tempo em que afirmavam que cumpriam seus deveres.

A migração aqui em estudo se configura como uma migração de retorno, definida dentro de uma realidade histórica de expansão do agronegócio em regiões de fronteira. A esse contexto se insere o reconhecimento de novas formas de trabalho compulsório no País, em particular, após o regime ditatorial de 1964. Este tipo de migração tem se apresentado na vida dos inúmeros moradores do município de Barras, assim como da região Nordeste.

Em linhas gerais, entendo que o deslocamento destes trabalhadores rurais é mobilizado por sua experiência histórica como migrantes, que geram as expectativas movimentadas pelo medo e a esperança. A esse respeito, é interessante ressaltar que o destino itinerante de trabalhadores em direção a outras regiões do País, aqui em estudo, deve ser considerado dentro do universo de possibilidades do migrante no seu lugar primeiro, suas possibilidades de trabalho e sobrevivência, assim como o mundo de expectativas criado em torno do trabalho em outros espaços.

Estes homens estão inseridos em um contexto de miséria que os faz pobres de condições adequadas de vida, de lazer, de liberdade, de prazer no trabalho. Esperar faz parte da trajetória de vida destes trabalhadores. Nesse sentido, para estes sujeitos, saber viver é ter paciência, é saber esperar, uma

espera sem dor, mesmo com muita demora, pois a espera se dilui no tempo, sem pressa para acontecer.

Para o sujeito pobre do campo, o trabalho é motivo de orgulho e não de dor. Mesmo inserido em condições de trabalho compulsório, muitas vezes estes sujeitos não se sentem explorados. Isso porque o trabalho braçal intenso não incomoda a todos, e sendo assim, estes nem sempre se reconhecem como escravizados. Desse modo, o reconhecimento recente da existência de trabalho escravo no Brasil, na conjuntura definida após o regime militar, é um dos aspectos que considero importantes para entender a submissão de homens pobres do mundo rural às formas de trabalho compulsório. É importante considerar as condições históricas vivenciadas pelo homem do campo no tempo presente, seus costumes e particularidades dos lugares onde vivem, bem como: concepção moral de trabalho, acesso limitado a veículos de comunicação, desconhecimento de seus direitos como trabalhadores rurais e de direitos humanos, dentre outros. Considero existir uma sobreposição de temporalidades históricas no mesmo contexto.

Em parte se revela uma realidade de homens pobres, que se submetem aos sistemas de exploração do meio rural, mas, por outro lado, no agir cotidiano estes sujeitos movimentam a história, obstinados nos seus propósitos de melhoria de vida por meio do trabalho. Isso, numa realidade onde tudo parece incerto, só o medo parece autêntico.

O medo é um sentimento comum evidenciado nas narrativas dos trabalhadores. Em parte, tal sentimento se faz dentro de um contexto no qual prevalece um jogo de interesses que envolvem espoliação, constrangimento, subjugação e controle destes sujeitos na atividade laboral. Assim, embora o

temor humano seja múltiplo, o medo de morrer aparece com mais frequência e intensidade. Como comenta Figueira (2004, p.151), o medo “é como uma argamassa do sistema de subjugação e controle, elemento imprescindível para que o trabalho seja executado satisfatoriamente”.

Pode ser um sentimento comum entre estes sujeitos, o medo pode ser gerado por vários motivos: o desconhecimento da geografia local; o distanciamento do trabalhador de sua terra natal; a ausência da família; as relações de exploração-dominação manifestadas nos corpos destes trabalhadores, no ato do trabalho; as ameaças de morte; as doenças e epidemias, dentre outros. Quanto às epidemias e doenças, os trabalhadores queixam-se com frequência que, durante a estada longe de casa, é comum a contaminação de malária, febre amarela, além de moléstias sofridas em decorrência do trabalho árduo, da falta de higiene nos alojamentos e alimentação precária.

Entendo que os aspectos acima mencionados são mecanismos utilizados como tentativa da manutenção e bom andamento do sistema de trabalho compulsório. Logo, uma das táticas dos migrantes para o controle deste sentimento é o estar com os *seus*, por isso migram comumente em turmas compostas por parentes e amigos.

Uma vez formadas as turmas antes da partida, estes trabalhadores tendem a permanecer juntos até o final da empreitada. A turma de trabalho, é utilizada como um mecanismo de proteção e defesa destes sujeitos em relação ao *outro*.

Se o trabalhador está entre os *seus*, ele se sente protegido, principalmente se esse grupo transmite segurança. No entanto, se o grupo ao qual o trabalhador pertence se mostra tão ou mais enfraquecido que ele, o sujeito fica mais amedrontado, e diante disso ele vai buscar formas diferentes de resistir ao medo. Assim, as pessoas recorrem a diferentes formas de resistência (FIGUEIRA, 2004, p.156).

Para Jean Delumeau (1989, p.19), ao analisar a história do medo no Ocidente, “o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte”. Considerando a ambiguidade do medo, Delumeau dá prosseguimento à suas reflexões, comentando diferentes atitudes do homem diante do medo, que pode ser uma mobilização, uma resistência, ou mesmo a paralisação.

Antônio José, ao relatar seu itinerário como trabalhador migrante nos anos 80, evidencia o medo sentido durante sua estada nas terras longínquas do Pará, onde “adoeceu e esteve à beira da morte”.

[...] fiquei com muito medo porque um rapaz, aqui do bairro, Santinho, há poucos dias tinha chegado a falecer lá pertinho, vizinho a mim, e foi sepultado lá mesmo porque não tinha condição de vir pra cá. Os homem lá não deixaram, não vinham deixar porque era tudo irregular e aí não vinham deixar. E aí eu fiquei preocupado, com medo de ser enterrado lá e minha família não me ver mais. Aí no dia que eu fui operado, no dia que eles me deram alta foi a maior alegria que eu tive em minha vida. Aí eu disse: nunca mais eu venho para o Pará, e vim embora, vim embora. Aí cheguei magro, não pesava quarenta quilos, aí me recuperei. Me recuperei, passei uns tempo aí. Aí eu disse: vou novamente, mamãe. Aí ela disse: meu filho, não vá.

Mas, mamãe, aqui não tem sobrevivência, e eu preciso, eu preciso de uma roupa, eu preciso de um calçado, preciso de muita coisa. Então, o papel que eu tenho é esse. Preciso comprar um transporte pra mim, meu sonho é comprar uma moto, e aqui não, mamãe, e você não pode me dar. E ela disse: é, meu filho, vá (ANTONIO JOSÉ, 2007).

Após longo período de vaivém, como trabalhador migrante, Antônio José se tornou um dos “gatos” que residem e atuam no aliciamento de trabalhadores em Barras. Nas duas circunstâncias em que o entrevistei, ele se deteve em períodos nos quais ele esteve em cativeiro, com medo de morrer, dor, saudade da terra natal, dando pouca ênfase ao lugar social que ocupa atualmente, como “gato”. Portelli (1997, p.29) considera que: “apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados”. Antônio José não se define como “gato”, mas como um trabalhador que junta um grupo de homens conhecidos e leva-os para fazendas no Pará.

Na circunstância a que se refere, Antônio José tinha desejo de reencontrar os parentes, seu receio era morrer, ser enterrado em terras tão distantes sem que seus parentes tomassem conhecimento do fato. Desse modo, poderia viajar a vida toda, como um errante nos confins do mundo, cumprindo o seu papel de migrante, como o mesmo se define, mas teria que retornar aos seus antes de partir, no sentido de evitar uma morte solitária e, também, um enterro solitário. O medo muitas vezes motiva os trabalhadores em situação de cativeiro, a criarem estratégias, seja de fuga ou de negociação com o empreiteiro. O retorno a Barras representou naquela circunstância um revigoramento e, embora tenha chegado “à beira da morte”, como o mesmo

salienta, ele resolveu retornar ao Pará na tentativa de realizar seus sonhos, comprar uma moto.

O estudo acerca das formas de morrer bem na Bahia, no século XIX, desenvolvido por Reis (1991, p.89), demonstra que na circunstância da morte, se configura “uma espécie de parêntese existencial a ser ritualmente preenchido pelos vivos”. Segundo ele:

São exemplos de ritos de separação a lavagem e o transporte do cadáver, a queima de objetos pessoais do morto, cerimônias de purificação, de sepultamento, rituais periódicos de expulsão do espírito do morto da casa, da vila, do meio do vivo, enfim do meio dos vivos, o luto e tabus em geral. Ritos de incorporação seriam aqueles dirigidos a propiciar a reunião do morto com aqueles que seguiram antes, como, por exemplo, a comida servida antes da sua viagem, a extrema-unção, o próprio enterro do cadáver (REIS, 1991, p.89).

Para além das diferenças entre os ritos de separação e incorporação que, segundo Reis (1991), muitas vezes se confundem e se superpõem, é interessante ressaltar que os ritos aparecem em muitas sociedades, com fundamental para a separação dos mortos e dos vivos, nas quais a morte não representa um fim em si, mas uma transição. Cuidar bem do morto é uma forma de garantir a sua passagem feliz para o outro mundo, e assim proporcionar tranquilidade no mundo dos vivos. Como descreve Reis (1991, p.110), morria-se antigamente na presença de parentes, amigos, vizinhos e, se possível, também de padres, para a realização do último dos sacramentos, a extrema-unção.

Embora o autor trate de outro contexto social e cultural, assim como de outra temporalidade histórica, entendo que muitas dessas questões atravessam experiências de certos grupos sociais na contemporaneidade.

Assim, o lugar onde o corpo será sepultado é parte da preocupação dos trabalhadores entrevistados. A preocupação com a localização da sepultura é percebida, sobretudo, desde o século XVII, quando os túmulos passam a sinalizar uma presença para além da morte.

É então que a concessão da sepultura se converte numa certa forma de propriedade subtraída ao comércio, mas com uma garantia de perpetuidade. É uma inovação muito importante. Vai-se então visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um familiar ou a uma casa própria cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade [...] (ÁRIES, 1989, p.50).

Para estes homens pobres, a realização de um ritual de passagem pós-morte, é necessário para mantê-los vivos na memória dos seus entes. O despedir-se do morto, através da celebração do seu corpo, pode proporcionar o descanso tanto do morto quanto da sua família.

Embora o medo de morrer se apresente com frequência entre os trabalhadores entrevistados, este medo é em parte superado pela necessidade de vencer a pobreza, o que acaba justificando os riscos inerentes aos atos migratórios aqui em discussão.

Nos relatos dos trabalhadores entrevistados percebi, além do quadro social precário ao qual estão submetidos, uma teia de sentimentos que é possivelmente a mesma de outros trabalhadores rurais em situações similares:

são desejos, sonhos, medo, angústia e saudade da sua terra natal. Ao serem questionados sobre a possibilidade de se mudarem definitivamente para aqueles confins, todos eles afirmaram que não o fariam. Para eles, o ganho obtido fora se destina à melhoria de sua vida no contexto que lhe foi dado a priori, como uma recompensa pelos sofrimentos.

Francisco Filho, 33 anos, trabalhador de Barras, migra continuamente de Barras para trabalhar em fazendas no Pará e Mato Grosso, seja para o trabalho no roço de juquira, seja na colheita de cana. Suas primeiras viagens foram realizadas na companhia de seu pai, o Sr. Francisco Lino, ainda no início dos anos 90, para fazendas do Pará. Iniciar os filhos mais jovens nas migrações dessa natureza é uma prática comum na região.

Por duas vezes, estive na casa de Francisco Filho com o objetivo de entrevistá-lo. A primeira entrevista foi favorecida pela formação de uma roda de conversa entre mim, Francisco Filho, Sônia (sua esposa), seu pai, e dois vizinhos (também migrantes). Naquela circunstância, ele me relatou o dia-a-dia do trabalho nas fazendas, as estratégias, a ida e os contatos. Já, por ocasião da segunda entrevista, Francisco Filho falou pouco, mostrou-se fisicamente abatido e sem ânimo. Então sua esposa me relatou que ele não tinha condição de falar porque estava doente. A doença, a qual Sonia se referiu, foi adquirida por ocasião de sua mais recente migração para uma fazenda no Mato Grosso, realizada naquele mesmo ano. Tratava-se de uma gastrite nervosa.

A esse respeito, Francisco Filho comentou que não aguentou o ritmo de trabalho no corte da cana. Logo no primeiro mês, sentiu indisposição e fortes dores no corpo, o que o impediu de continuar trabalhando. Teve medo de morrer. Perguntei a Francisco Filho se ele teve assistência médica, e ele me

respondeu ligeiramente que sim, explicando que foi encaminhado a um médico funcionário da fazenda, e que este o aconselhou a vir embora.

Francisco Filho diz que sentiu medo diante de novas perspectivas de viagem. Os longos itinerários de trabalho somados a relação de exploração-dominação se apresentam nos corpos destes trabalhadores por meio dos sentimentos de medo, doenças físicas e nervosas.

Ainda em fase de pesquisa exploratória, perguntando a alguns moradores de Barras sobre a localização de trabalhadores migrantes, fui apresentada ao Sr. Francisco Moreira, 53 anos. Na ocasião da entrevista, ele era presidente da associação de moradores da comunidade onde morava, na região da Mata de Barras. Francisco Moreira é visto por alguns moradores como um conhecedor do mundo lá fora, para outros como um contador de histórias fantasiosas. Ele trabalhou em garimpos e fazendas no Pará na década de 80. Ele demonstra, dentre outros aspectos, o medo de morrer:

Mas eu trabalhei nas fazendas também. Nas fazendas quando nós chegamos em oitenta e... com o meu pai e outros lá, daqui do Solidão [comunidade na zona rural de Barras-PI], muitos lá morreram. Nós caminhamos mais de sessenta quilômetros de lá, de uma fazenda, para Xinguara (PA), sessenta quilômetros a pés. Nós chegamos seis horas da tarde na casa de um fazendeiro, com os meus pés inchados, inchados que eu não podia botar nem dentro de uma rede, sem nem um tostão, só com a coragem, eu estava para morrer de fome. Lá na fazenda quando a gente chegava, lá a gente via aquele monte de terra e bota velha de um lado, e eu perguntava: rapaz, isso aqui é gente que eles matam e enterram? Mas será? E a gente encontrava botas no mato, aí eu ficava: rapaz... mas será? E eles lá diziam que era. Eu ficava com medo [...] (Francisco Moreira, 2007).

As imagens de botas velhas, montes de areia semelhantes a túmulos, aparecem de forma persistente. Entendo estas imagens como mecanismos de coerção e controle do grupo em uma espécie de difusão do medo. A idéia de morte prematura atravessa as narrativas dos entrevistados, como se morrer em tal circunstância, longe de casa e dos *seus*, fosse uma morte antecipada que cruza o destino destes trabalhadores por acaso. É uma morte anunciada, o que eles consideram como sendo uma morte injusta porque cada homem tem sua própria forma e hora de morrer.

Tal difusão do medo de morrer se faz acompanhada da possibilidade de abandono dos cadáveres, aqui evidenciado, enterrando-os sem os ritos adequados, o cuidado ritual com o cadáver, a presença dos parentes, enfim o zelo com o morto que o manterá vivo entre os *seus* através das lembranças. Nesse sentido, a dor vivenciada por estes trabalhadores está relacionada à possibilidade de morte, mas também, de ficar morto e assim esquecido.

O filho de dona Francisca Rosa, 45 anos, residente no Jardim Formoso, zona rural de Barras, desapareceu enquanto trabalhava numa usina no estado de São Paulo. Ela conta que todos os seus filhos homens migram em tenra idade e atribui tal fato à falta de educação formal, pois tiveram que se dedicar desde a infância ao trabalho no roçado. Segundo Menezes (2006), é comum entre as famílias camponesas a inserção de jovens desde a tenra idade no trabalho. Assim a família representa uma unidade de produção familiar. Nesse sentido, a migração aparece como uma consequência das limitações da vida no campo.

Dona Francisca pertence a uma família de migrantes, que, além do filho mais jovem, possui outros membros desaparecidos, e cita como exemplo o caso de um primo que migrou para os confins do Pará na década de 80 e não retornou. Sobre o desaparecimento de seu filho, diz ela:

Pra mim, ninguém desaparece porque quer. Pra mim ele nunca vai morrer, ele vai ser sempre o meu menino, ele tem 24 anos, mas vai ser sempre o meu menino, e ninguém tira isso de mim. Carreguei ele durante nove meses na minha barriga, amamenteei, acariciei ele, sempre foi muito bom, muito obediente... Lá em casa todo final de semana é choro, eu vou lá nas fotos dentro do quarto. Quando as meninas chegam... Ninguém nem pergunta mais, porque é que eu estou chorando, todo mundo já sabe o porque. O papai tava morre e não morre, ele nem sabe. A irmã dele engravidou da segunda filha, a criança tem três meses de nascida e ele nem sabe, ele não sabe de nada do que está acontecendo com a gente, se nesse período o pai dele tivesse morrido, ele também nem saberia (FRANCISCA ROSA, 2007).

Dona Francisca afirmou, de forma veemente, que caso o seu filho não volte e que não tenha notícias sua até o final do ano, ela irá recorrer aos órgãos e instituições governamentais, ou não-governamentais, em busca de uma solução.

Ainda não parti pra outra coisa porque ainda estou com uma esperança, esperança do jeito de uma capoeira, esperança ainda não murchou. Tenho esperança, tem momentos que eu ainda fico triste, mas eu tenho fé, eu tenho certeza que o meu Deus não vai me abandonar. Se até o dia 31 de dezembro ele não voltar, ou vou de

novo atrás do Ministério, ou vou na televisão... eu vou atrás de qualquer jeito (FRANCISCA ROSA, 2007).

Ela comenta que sente muito medo. Sua narrativa oscila entre momentos de insegurança e esperança: “eu não procurei mais ninguém, porque eu não acho saída, quer dizer, eu não sei se tem saída. Eu tenho medo de tudo e de todos, você sabe, que nesse mundo, o dinheiro fala mais alto, às vezes você procura uma solução e encontra é o fim”.

A esse respeito, Figueira (2004, p.158) comenta que, entre os que aguardam notícias dos que partiram, há tristeza e alegria, medo e coragem, orgulho e vergonha e, para tanto, explica que:

São pessoas cujos corpos reagem diante das situações, adoecem e entram em “estresses”. As pessoas estão no mundo de sua corporeidade e nele carregam as experiências plurais do cotidiano real e imaginário. São vítimas e autoras de ações e reações; de indiferença e paixão. Ao se confrontar com problemas, o corpo reage de alguma forma, não permanece indiferente [...] (FIGUEIRA, 2004 p.158).

O medo se inscreve num contexto de distanciamento dos trabalhadores e dos parentes. Longe dos *seus*, os sujeitos tornam-se mais vulneráveis a tal sentimento. Nesse caso, a verdadeira miséria é não ter parente, não ter a quem recorrer nas horas difíceis. Sem a família por perto, o sujeito sente-se à mercê do mundo, sem solidariedade, por isso a necessidade de migrar sempre com os *seus*, de manterem-se em um grupo, unidos por lembranças comuns.

2.3 Práticas de sobrevivência: *ou come ou morre*

Na luta pela convivência em realidades distintas, os migrantes costumam permanecer na mesma turma de trabalho e formam um grupo comunitário. É possível dizer que as interações exercidas entre os trabalhadores nesses grupos possibilitam a adaptação temporária a normas e signos impostos em um universo de exploração-dominação e, em muitos casos, garante a sobrevivência de seus membros.

Esses grupos são comumente compostos por membros da mesma família, amigos e conterrâneos, que saem juntos dos lugares de origem e, na unidade de produção, costumam ser alojados dentro de um mesmo espaço. Todo o tempo do migrante, vivenciado nos confins de destino, é dedicado ao trabalho. Isso inclui, na maioria dos casos, todos os dias da semana. Conforme Menezes (2002a), tais laços sociais darão base para a organização social nos alojamentos, onde formam pequenos grupos, ou comunidades, dentro de um grupo maior, baseados em laços da comunidade de origem, em relações estabelecidas na unidade de produção e nos valores dos migrantes. Em linhas gerais, estes sujeitos formam uma irmandade que, além de assumir o papel de ajuda mútua, funciona como delimitador de identidades entre os trabalhadores e seus chefes.

A inserção destes homens pobres no universo da escravidão por dívida não expressa descontinuidade de suas experiências anteriores. A migração é

parte da vida do trabalhador rural de Barras, assim como do Nordeste, permeada pelo constante ir e vir, onde os espaços, unidade de produção e terra natal passam a coexistir, lugares que se alternam e se complementam.

O migrante leva consigo seus costumes, tradições, música, culinária, práticas aprendidas ao longo de sua vida. No alojamento, os trabalhadores tentam construir a vida cotidiana numa espécie de irmandade, formando pequenos grupos a partir do exercício de atividades comuns que praticam na unidade de produção, bem como: a lavagem de suas roupas e a limpeza e arrumação dos dormitórios, o preparo da comida, quando for o caso, dentre outras.

Francisco Arcanjo, que já migrou para os estados do Pará, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, ao rememorar suas vivências em uma usina no estado do Mato Grosso, comenta:

Se a gente precisava sair da fazenda, devido uma confusão ou outra coisa, a gente telefonava para um moto táxi. Porque lá tinha essa vantagem, a gente ficava conhecido e o dono do táxi ou do moto táxi ia buscar a gente lá, se a gente precisasse. E deixava pra pagar no final do mês (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Francisco Arcanjo comenta parte de uma rede de sociabilidades comuns estabelecidas pelo grupo ao saírem de seus espaços. A esse respeito, relata a amizade que o seu grupo fez com um dos fiscais de uma usina onde trabalhou:

Tinha um fiscal de frente lá, ele era legal. Chegou lá na roda dos peão lá com molecagem, aí ele disse: rapaz, aonde anda dinheiro... Nós que não tem dinheiro não consegue nada não, aí rola dinheiro. Aí ele deixou uma dúvida pra nós, se os caras que foram lá dentro foram subornados pelos donos lá (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

O fiscal era considerado pelos trabalhadores como uma pessoa “legal”, porque em algumas circunstâncias se juntava a eles para reclamar dos patrões, colocando-se no mesmo patamar, de condição social e subordinação. O comentário feito pelo fiscal da usina foi após a realização de uma fiscalização de agentes do Ministério do Trabalho, que gerou um descontentamento entre os trabalhadores, porque, embora durante tal fiscalização estes tenham feito reclamações sobre as condições de trabalho dentro da usina, os fiscais não atenderam às suas reivindicações.

Nesse sentido, o alojamento pode ser entendido também como espaço onde estes sujeitos podem se expressar livremente. Pois, para os que vivem em situação de exploração, a sociabilidade estabelecida dentro do alojamento possibilita um alívio e refúgio das tensões diárias no trabalho. Ali, por vezes, o vocabulário que expressa sentimento de raiva e vingança, pode ser liberado, ou o sentimento de insatisfação pode permanecer em pensamento, prática de dissimulação utilizada comumente como estratégia de sobrevivência. Essas estratégias podem ser expressas em algumas atividades cotidianas, seja através fofocas dentro dos alojamentos seja em algumas atividades de recreação, como a realização de partidas de futebol, uma prática comumente utilizada nos momentos de folga.

Os entrevistados ressaltam com frequência as precárias condições de alimentação, acomodação e higiene a que são submetidos dentro dos alojamentos. A esse respeito, Reginaldo comenta sua experiência em uma usina no interior do Mato Grosso, no ano de 2007:

O alojamento lá era quarenta e cinco pessoas num barraco, em uns beliches. Doze banheiros pra mil e quatrocentas pessoas. Quatro horas da manhã era uma fila como daqui acolá. Moço... e a comida? - eu só via era gente reclamar, quase todo mundo viu varejeira na comida, aqueles ovinhos de varejeira, aí nós fomos reclamar e eles disseram que nós é que tinha tirado do tambor de lixo e colocado aquilo na comida. Lá é desumano mesmo, a gente encontra bicho na comida e fecha os olhos pra comer. Só comia mesmo pra não morrer de fome (REGINALDO, 2007).

De forma complementar, Francisco Arcanjo diz, a sorrir do próprio destino, que entre os trabalhadores circula um ditado: *ou come ou morre*.

Segundo ele, cada fazenda ou usina tem suas próprias regras de trabalho e convívio. Na região da Amazônia, especialmente nos estados do Mato Grosso e Pará, a comida é trazida e servida em horário previamente definido pelos administradores, o que não ocorre em São Paulo, onde comumente os trabalhadores são responsáveis pela própria alimentação e, às vezes, pela moradia. A alimentação servida se transforma em dívida no final do mês, no momento em que é descontado do pagamento dos trabalhadores, por um preço, segundo eles, muito elevado, pois a comida é de péssima qualidade e insuficiente para o trabalho a ser desempenhado. Na maioria das vezes, os trabalhadores alegam que costumam ter gastos elevados com lanches, no

sentido de complementar a alimentação servida e suprir sua necessidade alimentar para um melhor desempenho de seus corpos. Assim, gastos elevados com alimentação, somados com a compra de instrumentos que serão usados na atividade laboral, reduzem significativamente o ganho do trabalhador e, muitas vezes, torna-o endividado.

O horário do almoço é geralmente um momento de conflito, marcado por muitas reclamações. Alguns aproveitam o momento, tendo em vista que todos os trabalhadores estão reunidos, para fazer reivindicações por melhores condições de trabalho, alimentação, acomodação, salários e, por vezes, anunciar greves.

No entanto, a adesão a movimentos reivindicatórios nem sempre conta com a participação de todos os trabalhadores, como no caso de Francisco Filho. Ele diz que não costuma reclamar das condições de trabalho, alojamento ou alimentação, não participa de greves e nem gosta de fofocas. Pois, segundo ele, os que costumam *fazer confusão* não conseguem mais ser contratados, sendo incluídos em uma “lista negra”.

Nesse sentido, tal relação de parentesco favorece a sujeição de Francisco Filho diante das imposições do “gato”, por isso, mesmo que sinta necessidade, ele não costuma fazer reivindicações. O tio de Francisco Filho, assim como Antônio José, também foi um trabalhador rural migrante e hoje exerce função de confiança nas fazendas onde trabalhou como “gato”. E garante, com isso, prestígio entre parte dos moradores da zona rural de Barras.

O tipo de deferência exercida pelos trabalhadores pobres em relação ao patrão faz parte de um sistema de disciplina social. Thompson (1998),

evidencia um estilo paternalista de controle e disciplina de trabalhadores pobres no séc. XVIII. Em uma passagem do texto, o autor comenta:

As ocasiões de patronagem de aristocracia e da gentry certamente merecem atenção: esse lubrificante social dos gestos poderia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados a sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal (THOMPSON, 1998, p.49).

O tipo de relação descrito acima pode ser evidenciado nas relações de trabalho aqui em discussão. Entendo que as relações de parentesco e amizade entre os trabalhadores e o “gato” atuam nos processos de controle, submissão e ilegalidade, que fundamentam e sustentam o sistema de trabalho análogo à escravidão, desde o aliciamento até o fim das tarefas na unidade de produção, quando os sujeitos cumprem todo o contrato de trabalho.

Assim como o empreiteiro pode formar a turma de trabalho, os trabalhadores podem formar sua própria turma e procurar o empreiteiro para estabelecer o contrato de trabalho. De outro modo, a turma pode produzir o seu empreiteiro. Nesse último caso, o número elevado de sujeitos da mesma família trabalhando juntos pode favorecer a que um deles se torne o empreiteiro, ou o “gato”, como no exemplo da família de Francisco Filho.

As relações de parentesco atuam como essenciais nesse sistema, tanto para a arregimentação de *bons* trabalhadores, entendidos como sujeitos passivos que não gostam de *confusão* e possuem habilidade para o trabalho

pesado, como para o bom desempenho destes na unidade de produção. Assim, o trabalho do “gato” não se limita ao processo de arregimentação dos trabalhadores, estende-se à formação da turma de trabalho e seu acompanhamento durante a empreitada, passando a fiscalizar o bom desempenho e obediência dos trabalhadores. Ao discutir a turma como núcleo de trabalho cooperativo, Silva comenta que:

A turma de trabalho, como microcosmo da dominação das relações de classe, é sem dúvida alguma, substrato do processo cooperativo do trabalho e da transformação do trabalhador em tempo de trabalho. É também produto das relações de classe de gênero e de parentesco. O processo de formação do trabalho pressupõe a existência de um mercado de trabalho como produto de relações sociais (de conteúdo político, simbólico e valorativo) (SILVA, 1999, p.157).

Como orienta Silva, o ajuntamento de pessoas que pertencem à mesma família em uma turma não se dá no sentido de uma execução do trabalho familiar. Tal ajuntamento é resultado de relações de parentesco que o processo de proletarianização não conseguiu extinguir. Nesse sentido, a migração com parentes, a permanência dos trabalhadores em uma mesma turma, embora exercendo tarefas individuais, podem significar, conforme a autora, uma recusa à própria individualização imposta pelo sistema.

Assim, mesmo que a turma não assuma o sentido de uma unidade de produção familiar, Francisco Lino e Francisco Moreira comentaram que, quando migravam na década de 80, era comum o pai levar os filhos para ajudar na execução das tarefas na fazenda. Com a mais recente estruturação

das usinas e fazendas, dentro de um modelo organizacional de fábrica, esse caráter da unidade de trabalho doméstico foi perdendo espaço, embora eu entenda a permanência da formação da turma de trabalho a partir dos laços de parentesco como uma herança desta unidade de produção familiar.

Obstinados pela superação da pobreza e movidos pelas promessas de ganhar muito dinheiro, alguns se submetem a intensas jornadas de trabalho. A esse respeito, o trabalhador rural Bruno, 18 anos, primo de Francisco Filho, relatou que:

Se o cara for interessado pode trabalhar domingo, aí termina logo e já pega outra empreitada. Lá a gente não sai, vai só pra trabalhar. Eles também exigem que a gente não saia. Pode até sair, mas tem que voltar logo porque se a gente sai e enche a cara de bebida, cai o rendimento no outro dia. Quando é pra voltar logo, aí a gente vai (BRUNO, 2007).

O Sr. Raimundo Batista, 77 anos, avô de Bruno, que migrou no início da década de 80, comentou que:

Aqui o ganho é só de diárias, a gente passa o dia trabalhando e gasta no final do dia tudo que ganhou, lá a gente só vive pra trabalhar. A gente chega, faz um barraco e o tempo que passamos lá é escondido. Eu só fui uma vez e voltei porque meus companheiros não levavam a sério o trabalho. Não é todo mundo que é controlado, aí eu não agüentei e vim embora. Naqueles tempos eu ganhei só quinze contos, mas me serviu (RAIMUNDO, 2007).

A narrativa do Sr. Raimundo Batista evidencia os sonhos de parte dos trabalhadores rurais que embarcaram nessas empreitadas naquele contexto, representado por comida farta e terra para produzir. Perguntei ao Sr. Raimundo, já que migrou uma só vez, se ele voltaria, e ele seguramente respondeu que "sim". E, em seguida, perguntei por que, e ele respondeu em tom de ensinamento: "Eu gosto de ter sempre meu trocado". Ao rememorar, o Sr. Raimundo Batista descreve com ares de sabedoria e valorização do passado, a fartura que diz ter visto no Pará: "lá tem muito leite, muita fruta, é tudo muito verde...". É interessante dizer que essa fartura certamente não tenha sido vivenciada por eles nas condições do trabalho que desenvolvem.

O verde dos confins do Pará exerce certo encantamento entre os migrantes, sobretudo entre aqueles que migraram durante a década de 80, ou seja, os mais velhos. Considerando que, entre meados da década de 70 e início de 80, o Piauí vivenciou um intenso período de estiagem, entendo que as narrativas de fartura nos lugares de destino estão diretamente relacionadas com a realidade da seca vivenciada no lugar de origem. Assim, o Sr. Raimundo constrói uma linguagem de exaltação do lugar de destino migratório, tomando Barras como referência. Então, é comum em sua fala aparecerem frases como: "lá é diferente", "lá tem muito verde", "lá tem trabalho", "lá tem fartura", e assim por diante.

Comumente, o trabalhador rural migrante é submetido a uma rigorosa e excessiva carga horária de trabalho, regulado pela lógica de tempo como dinheiro. Tempo perdido representa dinheiro perdido. Isolado, no meio do mato, o trabalhador entende que não pode desperdiçar seu tempo. Assim, todos os

dias são destinados às atividades, o que afasta o *bom* trabalhador de mulheres e bebidas, mesmo em possíveis dias de folga, comumente, o domingo. Em alguns casos, o domingo é reservado para a família, sendo o dia de telefonar para os familiares que permanecem na terra natal. Quando o homem do campo migra em busca de trabalho, comumente é a mulher quem assume o roçado, além do trabalho doméstico e a educação dos filhos.

A percepção de perda de tempo influenciou a disciplina e trabalho do Sr. Raimundo. A sua narrativa expressa sentimentos de trabalho como dignificantes e, para tanto, é necessário disciplina. Alimentado pelo sonho das terras férteis e muita fartura, o Sr. Raimundo Batista investiu no tempo longe de sua família, como única oportunidade de vencer na vida. Nesse sentido, este trabalhador rural atribui o insucesso de sua viagem para o Pará à turma de trabalho à qual pertencia, e para tanto faz queixas acerca do tempo desperdiçado pelos companheiros, que não tinham disciplina. O trabalho exercido por ele na fazenda em que esteve no estado do Pará se deu numa rotina de intensa disciplina. Enfrentou os perigos da mata desconhecida, não recebeu o correspondente pelas horas de trabalho realizado, não teve a sua carteira de trabalho assinada e, no entanto, ele não se sentiu explorado, porque para ele o trabalho representa dignidade e honra.

Entendo que a obra de Thompson se torna essencial na compreensão da noção de tempo no trabalho aqui debatida. A esse respeito, Thompson (1998) discute as resistências da cultura tradicional, em defesa dos costumes, na Europa Ocidental, no século XVIII e XIX. Assim, comenta o contexto de

modernização das relações de trabalho, como a concepção de disciplina, acerca da notação de tempo pelo povo:

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre tempo do empregador e seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998 p.272).

Nesses termos, as relações produtivas ora estabelecidas passam a ser vivenciadas na vida social e cultural destes sujeitos, repercutindo, conforme Thompson (2001), nos seus valores e idéias e influenciando as suas escolhas, ações e crenças. Assim, Le Breton (2002, p.54), ao discutir a escravidão moderna na Amazônia brasileira, acrescenta que:

Todo mundo veio de algum outro lugar e cada um se construiu para si mesmo uma nova pessoa. Como todos os migrantes, eles também não podem mandar más notícias para casa, como ponto de honra. Então são forçados a ir em frente. Entretanto, por mais que tentem se reinventar, trazem em si mesmos padrões de comportamentos herdados de suas vidas prévias, os quais incorporam as suas novas culturas. Para os migrantes, a Amazônia é a Terra Prometida, terra de oportunidades ilimitadas, povoadas por uma casta de personagens altamente coloridos constantemente criando e recriando suas próprias vidas em um mundo sobre o qual uma vez um papa medieval declarou: “Não existe pecado ao sul do Equador” (LE BRETON, 2002, p.54).

Assim, o Sr. Francisco Lino, ao rememorar seus itinerários migratórios no estado do Pará do Pará, comentou:

Eu fui a primeira vez em 79, fui mais de 20 anos, tá só com cinco anos que deixei de ir. Agora, em 79 eu enfrentei uma barra pesada, tinha onça, tinha todo tipo de cobra, mas eu era novo. Hoje em dia lá é organizado, tem alojamento, antigamente a gente ficava era em barraco de palha. Toda vida eu trabalhei pesado, viajando todo ano, agora quem vai são meus filhos (FRANCISCO LINO, 2007).

A narrativa assume o tom de tarefa concluída. O sofrimento e sacrifício são expressos de forma “naturalizada”. A esse respeito é possível dizer que o sofrimento atravessa a vida destes migrantes e assume certa naturalidade, sendo eles pobres, acostumados com o trabalho árduo na roça, com a fome, com a falta de assistência médica. Em muitos casos, eles não se sentem explorados e não reclamam seus direitos. O Sr. Francisco Lino migrou pela primeira vez em 79, levado por um “gato”, um conhecido comerciante de Barras, que lhe fez promessas de trabalho e muito dinheiro no Pará. Lá chegando, Sr. Francisco, juntamente com cerca de cinquenta homens, todos seus conterrâneos, foi forçado a trabalhar no roço de juquirá. Posteriormente, ele passou a atuar como “gato”, intermediando a contratação de trabalhadores da região com donos de fazendas conhecidas no Pará.

O Sr. Francisco Lino se envaidece de sua coragem ao se deparar com os perigos da desconhecida mata da região do Pará. Ele afirma ter migrado durante vinte anos para a mesma região e, no entanto, pude observar que ainda vive em condições bastante precárias. Sua narrativa tenta organizar as lembranças marcadas por sacrifícios e trabalho árduo. Ao se referir ao

passado, refere-se com ar de nostalgia, supervalorizando-o em relação ao presente. Então é comum aparecer em sua fala expressões como: “no meu tempo...”. O tempo ao qual o Sr. Francisco Lino se reporta diz respeito a um período em que ele ainda tinha condições físicas exercer suas atividades como trabalhador migrante.

Sobre a expressão “meu tempo”, usada pelos que se recordam, Bosi (1987, 344) comenta que há uma apreensão do tempo que depende da ação passada e da presente, diversa em cada pessoa. No caso dos trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogo à escravidão, o tempo de vida, associado ao de trabalho, torna-se mais efêmero. Ao serem dispensados do trabalho, estes trabalhadores se sentem improdutivos, ineficazes e sobreviventes do mundo lá fora.

Francisco Rodrigues teve que retornar antes do tempo planejado das duas últimas fazendas, no Mato Grosso e Pará. Isto aconteceu porque ele passou a sentir dores:

Eu senti uma dor nas costas e dessa dor nas costas... eu cortando cana. Aí passou uns cinco dias com aquela dor, aí passou mais dias, eu tava pra não agüentar de jeito nenhum mais. Aí eu fui embora, porque eu ia para o barraco e voltava para trabalhar, mas só conseguia trabalhar uma hora. Aí de lá eu fui para o Pará, mas só consegui trabalhar três dias e não agüentava (FRANCISCO RODRIGUES, 2008).

O desgaste físico costuma se manifestar muito cedo na atividade laboriosa. Em caso de doença, comumente eles são mandados embora após

recomendação de um médico da fazenda. Essa medida é muitas vezes utilizada pelo patrão como um meio de não pagar-lhes devidamente e de evitar futuras despesas com o trabalhador doente e considerado incapaz de exercer quaisquer atividades na unidade de produção.

Francisco Rodrigues reconhece o parecer médico como uma das estratégias, para induzir o trabalhador a retornar sem reivindicação de seus direitos. De um modo geral, os trabalhadores temem morrer na fazenda e retornam à terra natal, aceitando muitas vezes somente o valor da passagem. Segundo Francisco Arcanjo: “o médico da usina lá no Mato Grosso, ele aconselhava a gente a pedir conta e dizia: rapaz aqui tu não vai ficar bom não”.

Francisco Rodrigues comenta que, quando o trabalhador reclama de dores físicas, sofre acusações de preguiçoso. Sobre sua última viagem para o Mato Grosso, em 2007, diz ele:

Quando o médico chegava lá dizia: rapaz esse pessoal não cura. E mandava despachar a gente. Às vezes eles diziam que eu tava era com preguiça de trabalhar. Mas eu tendo saúde eu não vou me escorar, já que eu saí da minha casa é pra mim ganhar, né? Eu achei que eles tava era achando que eu não trabalhava porque não queria, aí eu me aborreci e vim embora.[...] Do ano passado pra cá, saí já três vezes, nunca mais deu certo pra mim trabalhar. Sinto a dor e não agüento trabalhar. Se adoecer eles não tratam. A gente pede pra ver um médico e eles pensam que a gente não quer é trabalhar. O meu problema é sério, eu nem tô conseguindo trabalhar aqui (FRANCISCO RODRIGUES, 2008).

O médico contratado pela unidade de produção tem como função não apenas providenciar a cura de corpos doentes, atua também no processo de triagem dos trabalhadores antes mesmo da divisão de tarefas. Logo, os corpos

identificados como doentes não são aceitos para o trabalho nas usinas. Nessas condições, alguns homens saem em busca de trabalho em fazendas consideradas de pequeno porte que, além de não possuírem controle médico, exigirem atividades menos exaustantes. Esta é uma forma que o migrante lança mão, para não sentir-se humilhado, por não conseguir trabalho e ter que retornar sem o sustento da família.

Francisco Rodrigues situa sua narrativa no contexto histórico vivenciado por ele. Por ocasião das dores que passou a sentir na última empreitada, não pôde mais migrar e vivencia o desemprego na sua terra natal. Diante disso, faço referência a um comentário do Portelli:

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos (PORTELLI, 1997, p. 31).

Assim como Francisco Rodrigues, Francisco Filho também retornou antes do previsto por motivo de doença. Ele também foi aconselhado pelo médico a retornar. As manifestações de doenças nas condições descritas são desde gripe ou infecções e até as doenças mais graves causadas pela postura do corpo no momento do corte, pelos agrotóxicos. Nesse sentido, há uma reação do corpo diante das condições de vida e trabalho. Segundo Silva (1999):

A incapacidade de reprodução, aliada ao baixo salário, às incertezas de encontrar trabalho, à dominação imposta, provoca 'a doenças dos nervos', as tensões a hipertensão, e muitas vezes, a loucura. [...]. São quase sempre no dizer médico, corpos doentes, todavia, relativamente jovens (SILVA, 1999, p.263).

Na narrativa de Francisco Filho percebi sentimentos de frustração, em parte atribuído ao fato de ter tido que retornar antes do tempo previsto, além do medo da morte diante de cada empreitada. O trabalho incessante associado à forte disciplina consome parte da vida de trabalho destes sujeitos. A esse respeito, o Sr. Francisco Lino comentou que um homem só consegue trabalhar, satisfatoriamente, até os trinta e cinco anos, que para ele “é a metade da vida de um homem”.

No decorrer da narrativa, Francisco Filho calou-se várias vezes, para escutar da sua esposa a notícia de alguém que havia acabado de retornar do Pará. Outras vezes, baixava a cabeça parecendo não saber ou não ter mais o que dizer. Seus projetos migratórios não puderam ser concretizados, e também não estava podendo ajudar sua esposa no trabalho da roça.

Alguns arriscam formas de sobrevivência em lugares múltiplos, migrando de um lugar para o outro como os *peões de trecho*¹⁵. Desse modo, os trabalhadores Francisco Rodrigues e Raimundo Ramos afirmam que estiveram no *trecho*, migrando de uma fazenda à outra, como estratégia de sobrevivência comum entre os trabalhadores no contexto aqui evidenciado. No primeiro caso, de Francisco Rodrigues, sua busca de trabalho em várias fazendas da região

¹⁵ Trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas, atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreitada e outra cria débitos em pensões e cabaré, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo. É também chamado peão rodado. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 18.

de destino migratório se fez necessária tendo em vista suas condições de saúde. Já no segundo caso, Raimundo Ramos se lançou nos confins do Mato Grosso como peão de trecho após sua fuga de uma fazenda onde trabalhava na colheita de cana, no município de Ulianópolis, no Pará.

Ao relatar os destinos dos trabalhadores libertados da fazenda onde trabalhava no Mato Grosso, em 2007, Francisco Arcanjo diz:

Esse pessoal não fica quieto, nesse tempo uns voltaram, outros foram para outras usinas de lá, outros foram para o Goiás, outros foi para Minas Gerais, outros foi pra São Paulo. Porque quando o cabra vai, aí chegando lá, se eles acham que não é do jeito que eles esperavam, aí eles já tiram em outro rumo (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Francisco Arcanjo possui um pequeno pedaço de terra em Barras, que comprou com dinheiro que conseguiu com o trabalho fora, mas diz não ter condição de permanecer, porque não possui recursos para investir em suas terras. Embora reconheça a migração como uma penúria, apresenta a mesma como alternativa para a falta de emprego e de investimento para produzir em sua própria terra. Segundo ele:

Aí quando eu voltei, eu consegui comprar esse pedacinho de terra [tais terras foram adquiridas por sua família através de processo de desapropriação]. Fui pra Teresina só que não deu... aí voltei e fui pro Pará, só que negócio de corte de cana não é fácil, porque primeiro é que dificilmente a gente encontrar um alojamento que preste, as comidas não é o suficiente pro trabalho que a gente trabalha, tem vez que a gente come por que é o jeito. Até os meninos inventaram um dizer: *ou come ou morre* (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

O desejo de possuir terra e condições para produzir é parte da trajetória social dos trabalhadores migrantes como materialização e recompensa pelas vivências no cotidiano de trabalho árduo. A família de Francisco Arcanjo viveu sob sistema de moradia na mesma localidade onde ainda reside. As terras pertenciam a um dos latifundiários da região até o início dos anos 90, quando foram desapropriadas pelo INCRA.

A narrativa de Francisco Arcanjo é marcada por suas idas e vindas. Esta é a sua história de vida, um entrelaçamento constante entre o lugar de origem e o lugar de trabalho. A difícil adaptação ao mundo do trabalho rural nos confins do País é ressaltada na sua fala desde a exagerada carga de trabalho, até as precárias condições dos alojamentos e alimentação.

Para além das justificativas de sobrevivência comumente apontadas para as migrações, estes sujeitos se referem ao trabalho fora como alternativa ao desemprego da região onde nasceram. Justificam o ir-e-vir constante e, em particular, as atividades laboriosas a que são submetidos como sendo algo natural, como comer e dormir.

As narrativas representam memórias individuais, que também são memórias do grupo. A esse respeito, Bosi (1987, p. 333) comenta que, por mais que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda:

As lembranças grupais se apoiam umas às outras, formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso

compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral [...] (BOSI 1987, p.336).

Reginaldo, Raimundo, e os parentes Francisco Arcanjo e Francisco Rodrigues fazem parte de uma mesma leva migratória. Migraram juntos no ano de 2007 para o Mato Grosso. Suas recordações são recordações de um grupo, referem-se aos outros e se posicionam dentro de uma perspectiva coletiva em suas vivências.

2.4 Resistências individuais e coletivas

Comumente, as formas de resistência se manifestam através de greves, fugas, fofocas, conflitos com os administradores das fazendas, denúncias realizadas por grupos de trabalhadores às instituições do Estado e da sociedade civil de combate ao trabalho escravo, dentre outros.

Tomando como referência os estudos desenvolvidos pelo cientista político e antropólogo americano Scott (2002), entendo que as formas de resistência adotadas por estes sujeitos têm estilo “sutil” adequado às suas particularidades. Segundo Scott (2002), este quadro evidencia uma luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que os exploram. Desse modo, o homem do campo passa a se utilizar de meios comuns sem uma coordenação ou planejamento precisos. As ações das classes trabalhadoras, embora muitas vezes individuais, representam o coletivo e estão enraizadas na luta material vivenciada e partilhada por uma classe.

Tais formas de resistência expressas pelos trabalhadores rurais fogem da concepção de que resistência somente há a partir de uma organização formal e pública, tais como sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários.

As mais recentes análises das formas de resistência cotidiana, que não têm uma organização formal, baseadas na cultura do homem do campo, pressupõem um novo olhar na historiografia sobre a luta de classes,

considerando que as pequenas rebeliões foram excluídas da historiografia que predominou entre as décadas de 50 a 80.

A esse respeito, Martins (1995), ao discutir os movimentos políticos do campo brasileiro, refaz o caminho das relações rurais na história do Brasil, definindo, assim, os movimentos que ocorreram antes do surgimento das Ligas Camponesas, na década de 50 como os movimentos chamados pré-políticos, uma vez que não possuíam uma organização formal partidária. Nesse sentido, o autor ficou preso a uma visão simplificadora de passividade dos pobres rurais no passado, pois ele reafirma o imobilismo dos trabalhadores rurais no período que antecede as Ligas.

Nas narrativas de parte dos entrevistados identifico formas sutis de resistência e luta no cotidiano contra o trabalho compulsório. Estas formas de lutas fogem da idéia de submissão.

A esse respeito, Reginaldo comenta que em 1995 fugiu de uma fazenda no estado do Pará em um grupo formado por cinco migrantes. Reginaldo diz que caminharam mais de quinze horas para atravessar uma mata desconhecida até chegarem a uma estrada, na qual pegaram carona até outra fazenda, onde conseguiram outro emprego. Reginaldo narra esta fuga com detalhes e a justifica pelos meses de trabalho que não lhes foram pago.

[...] aí eu disse: rapaz nós vamos escapulir bem aqui. Nós era um grupo de cinco. Aí eu combinei com uns cara lá que nós ia fugir, aí nós saímos foi doze horas do dia, era um dia de sábado. Aí nós inventamos que a gente ia para o barraco, lá para a sede. E fugimos, de doze horas do dia até quatro horas da manhã, a pé andando no mato com medo deles encontrarem a gente. Aí nós pegamos uma

carona com um boiadeiro, num carro que carrega gado, e paramos num lugar lá, aí trabalhamos um mês aí vimos embora (REGINALDO, 2007).

A experiência de Reginaldo é similar a de Raimundo, cuja carteira de trabalho presa pelo dono de uma fazenda no Pará onde trabalhava, o que o impedia de sair. O aprisionamento de documentos é uma das práticas comuns utilizadas pelos “gatos” e gerentes das unidades de produção, no sentido de manter o trabalhador em cativeiro. Após ter cobrado do fazendeiro o pagamento pelo mês de trabalho e ter sido ameaçado de morte, Raimundo Ramos resolveu fugir. Diz ele:

Nós trabalhamos um mês e o dinheiro que nós tiramos foi só cento e quarenta [...] e ainda tinha que pagar botas, chapéu, isso se você não quiser trabalhar descalço. Eles mesmos levavam as mercadorias lá na fazenda para gente comprar. A gente não saía. E era tudo muito mais caro (RAIMUNDO, 2007).

As despesas de alimentação e os instrumentos de trabalho são cobrados aos trabalhadores por valores que os mesmos desconhecem, descontados no valor final de cada empreitada. Foi isso que motivou a fuga de Raimundo Ramos daquela fazenda no estado do Pará, ele não estava sendo pago como havia sido combinado com o “gato”. Após a fuga, Raimundo não retornou para a terra natal. Tendo em vista a possibilidade de conseguir trabalho em outras fazendas, resolveu migrar para o Mato Grosso.

Ao se sentirem enganados e explorados, alguns trabalhadores fogem em busca de trabalho em outros espaços. Entendo que a decisão de Raimundo

de não retornar para casa evidencia um sentimento comum entre os migrantes da região: a vergonha de retornar como alguém que não conseguiu vencer. Por isso, muitos saem como errantes nesses confins em busca de trabalho.

Dessa forma, muitos marcam seus retornos através de algumas aquisições, como: DVD, televisão, aparelhos de som e uma moto, objeto de desejo da maioria. São sonhos travestidos em compras, que aparecem nas narrativas como um dos sentidos dos deslocamentos.

Francisco Arcanjo me mostrou, com entusiasmo, imagens, em fotografias e vídeo, de amigos, parentes e conterrâneos, durante uma partida de futebol em um dia de folga, na última fazenda em que trabalhou no Mato Grosso. As imagens apresentadas têm um valor especial para Francisco Arcanjo, pois foram feitas por ele com uma câmera que conseguiu comprar, fruto, segundo ele, de longas horas de trabalho na colheita da cana. Além da câmera, Francisco Arcanjo também comprou, com o dinheiro que ganhou em sua última viagem, uma televisão e um DVD.

Tomando como referência as experiências vivenciadas como migrantes e seguindo uma orientação do STR e instituições de combate ao trabalho escravo que atuam na região, antes de serem listados, os trabalhadores costumam buscar informações sobre o local para o qual serão recrutados, no sentido de evitar que caiam nas redes do trabalho compulsório. Todos os sujeitos relataram que já foram vítimas de golpes dos “gatos”, no entanto, cada empreitada se apresenta, em suas narrativas, como uma nova possibilidade de fazer a vida e retornar para casa com dinheiro, seja para o sustento da família, seja para comprar uma moto ou investir em suas terras. E, nesse ir-e-vir

constante eles são, com frequência, submetidos a condições de trabalho análogo à escravidão.

Reginaldo comenta que, em seu último itinerário migratório para trabalhar no Mato Grosso em 2007, agiu com certa precaução e procurou saber do “gato” alguns detalhes antes da viagem, como: a disponibilidade de uniformes, instrumentos de trabalho, além do valor pago pela cana cortada. Naquela circunstância, ainda em Barras, foi-lhe dito que empresa contratadora cobriria as despesas pessoais dos trabalhadores, assim como os instrumentos utilizados no trabalho. Mesmo desconfiado, Reginaldo decidiu migrar juntamente com amigos e conterrâneos:

Dessa última vez que fui, aí eu perguntei: rapaz eles dá uniforme? - aí ele respondeu: dá. Aí eu só levei uma muda de roupa. Como eu tava falando que era 12 banheiros pra mil e tantas pessoas, aí quando chegava a noite que o derradeiro ia terminar de lavar sua roupa, ia dar oito dez horas da noite, bem cedo vestia a roupa ainda molhada. Se dissesse que não ia trabalhar aí eles cortavam três dias de gancho, cada dia é descontado trinta reais, porque quando a gente adocece que vai dizer pra eles, eles dizem que a gente tá com preguiça (REGINALDO, 2007).

Ficar de gancho, significa uma suspensão de três dias de trabalho, juntamente com uma espécie de multa pelo tempo em que foi impedido de trabalhar. O *gancho* é um mecanismo disciplinador que funciona como meio de coagir o trabalhador, sob ameaça de ter seu ganho reduzido no final do mês, e/ou ainda ser mandado embora no terceiro *gancho*. No entanto, essas formas de exploração nem sempre atingem o efeito duradouro esperado pelos que as

empregam. Em alguns casos os trabalhadores dissimulam certa submissão às decisões impostas pela empresa para retornar ao trabalho e articular outras formas de resistência com o grupo. Segundo Francisco Rodrigues:

Às vezes eles dão gancho, de dois, três dias. Aí quando o cara baixa a pressão... Para o cara começar a fazer o serviço de novo, tudo bonito do jeito que eles querem. Mas sempre tem uns que não aceitam, depois quando volta para o trabalho, tem outro tumulto. Sempre tem uns caras que são os cabeças (FRANCISCO RODRIGUES, 2008).

No contexto das falas de Reginaldo, Raimundo Ramos e Francisco Rodrigues, evidenciei memórias de revolta e dor, com o predomínio de aspectos relacionados às formas de arregimentação dos trabalhadores, a difícil sobrevivência nos confins de destino migratório, alimentação precária, formas de exploração vivenciadas no trabalho, dentre outros. O retorno precoce aparece em suas narrativas como ruptura de sonhos. Cabe considerar que estes trabalhadores comumente saem fichados, com período determinado para o retorno à terra natal.

Assim, entendo que tais narrativas atendem ao desejo de denúncia. Desse modo, eles descrevem com detalhes o que haviam passado, ao tempo em que se reconhecem, dada as circunstâncias vivenciadas, como trabalhadores escravizados. Reginaldo descreve ainda tentativas de negociações com os gerentes e donos das fazendas e, ou, empresas, e as estratégias de fuga elaboradas pela turma de trabalho, dentro dos alojamentos. Entendo que tais narrativas assumiram um tom de denúncia em função do calor dos acontecimentos que circunscreviam o momento da entrevista. A esse

respeito, ressalto que o meu encontro com Reginaldo e Raimundo Ramos se deu por ocasião de uma reunião entre alguns trabalhadores da região da Mata de Barras e membros da ONG Cáritas Brasileira, que teve como objetivo discutir formas de combate ao trabalho escravo. No caso do Francisco Rodrigues, como foi comentado em linhas anteriores, fui conduzida até ele pelo Sr. Chagas, um dos diretores do STR de Barras e seu tio. Desse modo, as circunstâncias propiciaram um clima no qual as denúncias prevaleceram.

As ações políticas dos sujeitos comuns não necessariamente devem estar associadas a um conhecimento preciso do que se passa com a classe historicamente sua inimiga, os proprietários de terras, ou o Estado. Pois, conforme foi evidenciado pelos entrevistados, estas formas cotidianas de resistência se apresentam como fofocas, fugas de pequenos grupos dentro da turma de trabalho, dissimulação, dentre outros. Muitas vezes os trabalhadores utilizam máscaras para lidar com situações de poder, atendendo a padrões culturais de dominação e subordinação. No dizer de Menezes (2002b):

Mesmo que o subordinado esteja em conflito com o dominante, tende a agir com deferência e consentimento. Trata-se de um 'gerenciamento de aparência', em situações de hierarquia de poder, no qual o subordinado tenta interpretar a expectativa do dominante (MENEZES, 2002b).

Nesse sentido, entendo que em alguns casos há uma teatralização nas relações estabelecidas no cotidiano do trabalho, que funciona através de uma suposta interação social entre os trabalhadores e patrões. Esse relacionamento até certo ponto cordial pode ser utilizado tanto pelos trabalhadores, para driblar parte do controle disciplinar, quanto pelos patrões, para mascarar a violência

do processo de dominação. Em muitos casos, o trabalhador exhibe fragilidade como estratégia de defesa e obtenção da confiança do patrão.

A esse respeito, Antonio José comentou acerca do tratamento dado a ele em uma das fazendas em que trabalhou no Pará:

Eles são pessoas boas, eles são crentes eles lá. Toda vez que a gente ta lá que é dia de culto deles, eles avisam para a gente. E aí, a gente vai em um caminhão. Teve um dia que nós tava lá, foi lá no barraco que nós tava lá, foram fazer um culto lá onde nós tava, foram fazer um culto pra nós, iludindo nós pra gente entra na crença. Eu disse: não, eu não entro não, porque sempre eu fumei aí se eu entrar na crença eu não vou fumar. Mesmo que eu entre aqui na crença quando chegar lá no Piauí eu saio, aí eles vão me pegar fumando aqui, aí não esta certo [diz ele entre uma risada e outra]. Se eu não fumasse, eu tinha entrado porque aí eu vinha embora e quando eu chegasse aqui eu saía, aí no dia que eu chegasse lá eu entrava de novo. Toda festa que tinha lá, que eles faziam, eles tinham que vir buscar nós, lá eles são bom demais pra nós (ANTONIO JOSÉ, 2007).

Neste caso, certas atividades de lazer, como os cultos e as festas, se dão no sentido de garantir ao patrão um relacionamento durável de submissão. Antônio José ressalta o patrão com sendo um homem bom e generoso. A esse respeito, entendo que o posicionamento de Antônio José é coerente com o lugar social que exerce nas condições descritas, como “gato”. Ao se permitirem interagir com os patrões nas circunstâncias descritas acima, os trabalhadores forjam certa cordialidade como mecanismo de resistência.

Estas formas de resistência que caracterizam o cotidiano destes trabalhadores fogem da conotação de uma organização formal de um grupo, conforme foi comentado em linhas anteriores. Eles procuram defender seus

interesses da maneira que melhor lhes convém numa dada circunstância. Comumente as resistências emergem de conversas informais no cotidiano das atividades laboriosas ou nas poucas horas de descanso dentro dos alojamentos (SCOTT, 2002).

No dizer de Menezes (2002b), no seu estudo sobre resistências camponesas cotidianas:

Nas interações sociais mediadas pelo poder, “difícilmente se fala a verdade”. No entanto, elas são orientadas por regras sociais de etiqueta e de boa educação, sendo, na maior parte das vezes, representadas pela troca de amabilidades e sorrisos. Os indivíduos orientam seu comportamento pela posição da pessoa com quem estão se relacionando (MENEZES, 2002b, p.36).

Os administradores e empreiteiros das fazendas são encarregados de controlar os espaços por onde circulam os trabalhadores. Porém, não conseguem impedir a formação de rodas de conversa na hora de cozinhar, de lavar as roupas, de jogar uma partida de futebol, circunstâncias em que são elaboradas estratégias de fuga, de greve, em que os trabalhadores verbalizam os sentimentos de indignação diante das condições de trabalho a que são submetidos. Neste sentido, os alojamentos funcionam como espaço de organização e mobilização.

A esse respeito, Menezes (2002b, p.37) comenta que expressões de aparente submissão, como falar de cabeça baixa, ou o olhar dissimulado diante de grupos dominantes, podem expressar formas utilizadas para serem ouvidos e terem suas reivindicações atendidas.

São comuns nas narrativas os casos de denúncias feitas pelos próprios trabalhadores e por familiares. Reginaldo comenta:

Tem outra vez que eu tava lá [...], isso já no mês de dezembro, os cara tudo doido pra vir embora. Meio mundo de gente. Aí a gente não tava trabalhando na área do corte de cana, era na área da irrigação, aí depois disseram que só iam liberar os que estavam cortando cana porque fizeram a greve. Aí eu liguei pra minha mulher pra ela falar com a Lina [Presidente do STR de Barras] pra ver o que podia fazer por mim né, porque eu tava querendo vir embora e eles não deixavam, queriam mandar só os cortadores de cana. Acho que depois resolveram. Resolveram não, foi lá depois das conversas com os Fiscais [faz referência aos Fiscais do Trabalho] eles liberaram a gente (REGINALDO, 2007).

A fazenda em que Reginaldo trabalhava, na cidade de Ulianópolis (PA), é a mesma para a qual migrou nove vezes de forma sucessiva. A este respeito é interessante dizer que, na circunstância dessa entrevista, Reginaldo comentou que havia sido resgatado naquele mesmo ano pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho. Então, considerando o fragmento de fala acima, pelo menos por mais de uma vez ele foi libertado da unidade de produção.

Muitos trabalhadores costumam levar no bolso números de telefones, tanto do STR local quanto de instituições governamentais e não-governamentais, como o MTE e a CPT, respectivamente, para fazer denúncias, no caso de exploração. Nesse sentido, a ação evidencia também uma orientação tanto do Sindicato quanto de instituições governamentais e não-governamentais, na forma de agir destes sujeitos viventes. Conforme a fala de

Lina, presidente do STR de Barras, essa relação entre os trabalhadores rurais migrantes da região e o Sindicato é recente e nem sempre se deu de forma harmoniosa. Desta sorte, ela relata tensões entre trabalhadores e Sindicato. Sobre um desses conflitos, ocorrido em 2001, diz ela:

Mas, acontece que a gente era mal interpretada. Os trabalhadores pensavam que a gente estava querendo impedir eles de viajar. Teve um dia que nós passamos o maior sufoco, com três carradas que ia viajar. O motorista não tinha carteira [de habilitação], nenhum [migrantes] ia com carteira assinada. Iam os ônibus todos irregular, aí a gente prendeu eles aqui na delegacia. Dra. Leda [promotora de justiça] autorizou a prisão dos ônibus na delegacia, para a gente investigar. Aí o que o delegado fez: agora vão invadir o Sindicato, o Sindicato vai ter que dar comida para vocês, e dar onde dormir a vocês [...]. Aí vieram todos os trabalhadores batendo nas portas, quebrando tudo, isso foi em 2001. Eles ficaram uma semana aqui, o presidente do Sindicato teve que se esconder. Não era eu na época, era o Seu Antônio, ele passou duas semanas sem sair de casa, escondido. Os trabalhadores estavam nas esquinas esperando pegar ele, porque os trabalhadores não viajaram (LINA, 2009).

Naquela circunstância, a ação do STR representou uma ameaça à perspectiva de trabalho. De forma complementar, Lina comenta que, atualmente, antes da viagem, eles costumam ir ao Sindicato buscar informações para saírem legalizados.

A essa mudança de atitude, atribuo o autointeresse e a orientação das instituições, STR, MTE e CPT, que se entrelaçam nas formas de resistência do homem do campo. As ações destes sujeitos muitas vezes não conseguem atingir um grande número de trabalhadores, no entanto o agir em pequenos

grupos pode ser uma estratégia utilizada por eles para não despertar a atenção dos fiscais e gerentes. Menezes (2002a, p.198) comenta que, embora as práticas cotidianas de resistência sejam conduzidas em nível individual, elas podem se expressar com frequência e, nesse sentido, influenciar as relações de trabalho.

Sobre a viagem que realizou em 2007 para trabalhar na colheita de cana no Mato Grosso, Francisco Arcanjo comentou:

Ano passado o cara que levou era legal, mas era assim estressado. Teve um dia que um menino lá começou a provocar ele lá. Porque toda vez a gente botava ele no meio de uma roda lá e fechava de gente e começava a xingar ele. Aí teve um dia que ele se estressou tanto, porque o menino falou que ia denunciar ele, aí ele disse que se ele denunciasse ele, mas ele não vinha embora, que pegava ele antes de chegar na rodoviária. Aí passou, eu sei que esse menino anoiteceu, mas não amanheceu, aí teve gente que viu ele na cidade a noite, aí ele sumiu. Aí ele ficou mantendo contato com os meninos lá dentro. Ele foi para Campo Grande, aí de Campo Grande ele foi para Brasília. Ele ficou uns cinco dias no Ministério em Brasília, aí os fiscais bateram lá na fazenda. Eram dois fiscais, um de Brasília e outro de Campo Grande. Entraram lá dentro. Muita gente já tava ansioso lá, porque ele ficou ligando: rapaz nós estamos chegando aí, dizendo o dia, a hora e tudo. Ficou quase a metade do pessoal ansioso para vir embora, o pessoal que tava mesmo sabendo que eles vinham, porque ele não falava para todo mundo que o Ministério tava chegando lá dentro. Aí, os que tinham certeza mesmo, ficou tudo no alojamento. Não foi nenhum trabalhar. A gente tinha aquela dúvida porque só ouvia aquela conversa de longe, e a gente ficou na expectativa de qualquer hora o Ministério aparecer por lá. Nós tava na roça. Eles chegaram lá, só foram onde os índios que tava trabalhando lá, foram no alojamento só pegaram as coisas do rapaz. Aí os meninos que tava lá fizeram um monte de cobrança, mas eles não disseram nada, só exigiram da usina que melhorassem o

alojamento e o refeitório. Foi só o que eles cobraram, o Ministério. Sobre o tratamento na roça eles não falaram nada (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Francisco Arcanjo evidencia uma fragmentação do movimento, iniciado com xingamentos. Desse modo, a ameaça de morte por parte do “gato” aparece como tentativa de repressão e desmobilização do grupo. No entanto, entendo que a fuga de um dos trabalhadores, a denúncia realizada por este junto ao Ministério do Trabalho, seguida da fragmentação do grupo na unidade de produção, foram estratégias utilizadas por alguns trabalhadores no sentido de surpreender os patrões com uma futura fiscalização de agentes do MTE.

Assim, a narrativa de Francisco Arcanjo revela a mobilidade dos trabalhadores ao se sentirem ameaçados. Insatisfeitos com as condições de trabalho e diante da perspectiva de chegada de um grupo de fiscalização, Francisco Arcanjo viveu dias de espera para ter seus direitos reconhecidos. No entanto, com a fiscalização veio, também, a frustração. Não foram libertados e nem ao menos tiveram suas reivindicações atendidas.

Entendo que essas formas de resistência se fazem a partir da análise dos valores destes trabalhadores enquanto classe, que os distinguem dos grupos. Segundo Thompson (1987), é através das vivências e experiências que se dá o fazer-se classe destes sujeitos, manifesto em suas ações coletivas, na luta por melhores condições de trabalho e de sobrevivência cotidiana. Desse modo, a classe é entendida como um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos aparente divergentes de alguns homens, que unem entre si experiências comuns e reproduzem a partir dessas experiências interesses entre si, os quais contrariam interesses também comuns de outros homens.

Segundo Scott, o que caracteriza a resistência cotidiana é a frequência em que esses atos se fazem e se reproduzem, sem configurar práticas raras e isoladas:

[...] quando um camponês esconde parte de sua colheita para evitar pagar impostos, ele está tanto enchendo seu estômago quanto resistindo ao controle do estado. Quando um soldado camponês deserta do exército porque a comida é ruim e sua safra em casa está plenamente desenvolvida, ele está tanto cuidando de si mesmo e negando o corpo de soldados de guerra do Estado. Quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando eles se tornam uma forma consistente (apesar de que na coordenada, espontânea), nós estamos lidando com resistência (SCOTT, 1996, p.26, apud MENEZES, 2202b, p.41).

Scott percebe ações dos sujeitos orientadas por esquemas de percepção e ação, sem uma organização formal. No entanto, os relatos dos trabalhadores também apresentam formas cotidianas de resistência com participação de líderes, definidos por Francisco Arcanjo como *os cabeças*.

A narrativa evidencia parte dos mecanismos utilizados pelos “gatos”, para arregimentar homens na região. Conforme sua fala, para a arregimentação de *bons* trabalhadores há necessidade de uma seleção cuidadosa entre estes migrantes, que se dá através da busca de boas referências dos mesmos na região de origem e a preferência pelo deslocamento de grupos menores.

O tumulto ao qual Francisco Arcanjo se refere foi encabeçado por uma turma de trabalhadores que se manifestou contra o preço que eles pagavam

para se cortar a cana. Francisco Rodrigues comenta que cada cana tem um preço diferente, “tem umas de dez, outras de quinze centavos, já tem outra acolá que é de vinte e cinco”. A variação do preço da cana cortada é apresentada como um meio comum utilizado pelos gerentes e patrões para aumentar o lucro da usina.

Segundo Francisco Arcanjo, uma parte destes sujeitos resolveram fugir, enquanto a outra parte permaneceu na fazenda e começou a realizar tumultos aleatórios e greves curtas, de dois ou três dias:

Teve um dia... nesse dia foi engraçado. Nós paramos, aí o cara liberou: não, podem ir, podem levar para o barraco. Aí desceram... só entrou no alojamento os primeiros que chegou, quando chegou os cabeças - porque nessas coisas tem os mais fofoqueiro. Aí, quando eles chegaram eles fecharam o portão “não entra mais ninguém”. Nós chegamos, aí a comida chegou logo, era umas dez e meia, aí eles disseram: pode voltar porque ninguém vai pegar comida aqui não, nos vamos almoçar lá dentro do alojamento hoje, ou, lá dentro da usina. Aí a comida voltou e a turma saiu toda atrás, aí os que já tinham entrado no alojamento - porque eles fizeram isso para os outros de dentro do alojamento acompanhar. Aí foi todo mundo lá pra porta da usina. Aí quando chegou lá chamaram a policia, aí quando a policia chegou lá perguntou o que tava acontecendo, aí explicaram. Não, é para isso? aí o problema é de vocês, vocês resolvam, vocês tem que se acertar com os funcionários de vocês. Aí a policia foi embora. Aí eles disseram: não vocês podem ir embora que amanhã tem um preço melhor, a partir de hoje tem um preço melhor. Aí voltou todo mundo... aí logo a comida chegou. Mas também era daqui pra ali, na hora que eles fracassavam o preço um pouquinho, a gente parava todo mundo (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Francisco Arcanjo relata a reação dos trabalhadores diante das estratégias de exploração dos patrões no contexto em questão. O episódio relatado por ele ganha destaque em sua fala que, no meu entender, revela o seu impacto diante da intensidade das manifestações ocorridas. Dessa sorte, ora ele se coloca como participante, e para tanto adota a forma gramatical da primeira pessoa; ora a de observador de algo que descreve como inédito nas suas vivências como migrante.

As mobilizações, com maior expressividade em número de participantes, aparecem como casos raros e isolados. Os trabalhadores rurais são geralmente selecionados para o trabalho nas fazendas a partir da rede de informações, no sentido de não causarem problemas, mas, em outras palavras, de se tornarem submissos. Entretanto, muitas vezes a situação foge do controle dos patrões. No dizer de Francisco Arcanjo:

A viagem mais tumultuada que eu fiz foi essa do ano passado [...]. Ano passado a gente saiu daqui era quase trezentas pessoas. Eram seis ônibus, aí nós chegamos lá parece que foi doze ou treze de março, de dez a treze de março, eu tenho até foto de quando a gente tava voltando. Foi uma viagem tumultuada, assim né, porque nós fomos muita gente, e teve uns meninos que pegaram aqui umas pessoas... aí quem pega a gente, pegam muita gente mesmo. Aí tem gente que chega lá e faz tumulto mesmo (FRANCISCO ARCANJO, 2008).

Segundo Francisco Arcanjo, uma das causas dos tumultos é a arregimentação de grandes quantidades de trabalhadores, que foge do controle dos administradores. As mobilizações são feitas dentro de uma turma de

origem comum. Alguns migrantes aproveitam a grande quantidade de trabalhadores de origem comum para articular greves, tumultos e fugas. As articulações são definidas e concretizadas dentro do grupo. O desfecho desta viagem ao Mato Grosso, em 2007, narrada por Francisco Arcanjo, da qual também participaram Reginaldo, Raimundo Ramos e Francisco Rodrigues, foi o “resgate” de todos eles e os demais trabalhadores e o retorno à terra natal.

É importante perceber que as vulnerabilidades do homem do campo aos deslocamentos constantes, associadas à precarização e desregulamentação no mundo do trabalho contemporâneo, favorecem a continuidade de tais formas de exploração.

A migração se apresenta na fala entrevistados como saída para manutenção da terra enquanto morada, patrimônio, e, principalmente, a conservação dos vínculos familiares. Esses laços de amizade e parentesco impulsionam o desejo de retorno à “terra da gente”, expressão frequente entre os entrevistados, que representa um espaço protetor. Desse modo, voltar antes do tempo programado pode manifestar, em muitos, um sentimento de fracasso. Para o homem pobre da zona rural daquela região, o lugar de origem representa sua casa, lugar onde estão os seus, no qual se sentem seguros, pois existe quem possa lhes socorrer. Sem parentes e fora do lugar de origem, sentem-se como verdadeiros miseráveis.

CAPÍTULO 3: OS RETORNADOS

3.1 Condições de sobrevivência familiar

As narrativas evidenciam um entrelaçamento de fatores que motivam o retorno à terra natal, sendo uma das características que definem o tipo de migração em estudo. Segundo Silva (s/d, p.6), desde a década de 70, vários estudos identificaram um importante grupo que migra repetidas vezes com o objetivo de encontrar meios de sobrevivência.

A categoria de migração de retorno fundamenta-se na idéia de um ponto de origem e um de retorno. Porém, o próprio migrante não identifica sua volta enquanto retorno. O migrante não abandona a origem para se integrar no destino, ao contrário, a migração representa um ponto de contato permanente entre um e outro local (SILVA, s/d, p.6)

Comumente, os lugares de origem e destino se combinam e se alternam durante toda a vida ativa. A esse respeito, em uma segunda entrevista que fiz ao Seu Francisco Lino, ele comentou que: “A vida de um trabalhador nessas condições, é até trinta e cinco anos, passou disso ele não aguenta mais. A

gente tem que aproveitar até os trinta e cinco, passou disso nós não ganha mais nada.”

Seu Francisco Lino refere-se ao árduo trabalho no roço de juquirá ou nas fazendas de cana-de-açúcar. Os movimentos repetidos nas atividades provocam degradação em seus corpos, com visível diminuição do tempo de vida ativa. Dessa sorte, eles tornam-se inativos antes de chegar aos 40 anos. E em estudo realizado sobre mortes nos canaviais paulistas, Silva (2004, p.163) comenta: “na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de cinco a oito toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passou para oito a nove; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas!”. Diante de um trabalho extremamente árduo e estafante, estes homens pobres ficam suscetíveis à carência nutricional, a qual pode favorecer acidentes no trabalho, doenças respiratórias, dores na coluna, tendinites, a perda de potássio, em razão do suor, que pode provocar câibras ou paradas cardiorrespiratórias, doenças nervosas, dentre outras.

Assim, perguntei ao Seu Francisco Lino, que alternativas de sobrevivência teriam os trabalhadores que retornam definitivamente para a terra natal. Ao me responder, ele apontou a roça da família como única alternativa para não passar fome. Para Seu Francisco Lino, o trabalho fora deve ser projetado para além do sustento da família, para comprar terra, casa, moto, dentre outras possibilidades. Segundo ele, “Eles têm que juntar o que ganhou lá fora. Porque aqui não tem muita opção”.

Conforme o Diagnóstico do Trabalho Escravo (2005):

Geralmente os trabalhadores voltam trazendo algum dinheiro para casa (grupo 2)¹⁶ (84,9%) que é constituído basicamente com despesas familiares [...]. Poucos são os que conseguem retornar com quantias suficientes para fazer despesas maiores como construir casa, comprar uma moto e investir na roça com o dinheiro obtido (DIAGNÓSTICO DO TRABALHO ESCRAVO DO PIAUÍ, 2005, p.8).

Assim, como está apresentado neste Diagnóstico, apesar dos pontos negativos ressaltados pelos sujeitos entrevistados, no que diz respeito ao itinerário migratório, eles afirmam que pretendem continuar viajando.

Cada vez mais é perceptível a diminuição das possibilidades de sobrevivência dessas famílias pobres nos seus lugares de origem, de modo que essa população passou a depender cada vez mais do trabalho temporário em outras regiões do País. Ao comentar sobre a saída destes trabalhadores, em particular dos assentados, apontados como a maioria dos migrantes da região, Lina diz: “É difícil manter esses trabalhadores na terra aqui em Barras, porque eles já pegaram uma ansiedade tão grande em viajar, que não tem jeito, embora ele tenha meio de sobreviver aqui”. Diante do exposto, perguntei quais seriam essas possibilidades de sobrevivência, e ela comentou:

Naquela época tinha, agora não tem mais porque eles acabaram com tudo [refere-se ao período em que alguns assentamentos da região foram beneficiados com créditos fundiários]. Ora, um assentamento que recebeu caminhão novo, trator novo, recebeu mais de cem mil reais. Teve assentamento aqui que recebeu mais de cem mil reais para investir na agricultura, [...] em gado, na criação,

¹⁶ Para este Diagnóstico, foram entrevistadas 367 famílias de trabalhadores migrantes, nos municípios considerados como os que possuem os maiores índices, dos quais União, Miguel Alves e Barras (que compõem o grupo 1) e Esperantina, Corrente, São Raimundo Nonato e Uruçuí (o grupo 2).

no campo agrícola, para produzir um alimento diferente. E hoje você chega lá não tem nada, as famílias continuam mais pobres que eram antes. Se eles tivessem trabalhado, eles tinham condição de ficar. Porque eles iam criar, iam plantar, produzir, eram campos irrigados para eles produzirem (LINA, 2009).

Ao referir-se à ansiedade do trabalhador para viajar, Lina aponta para a existência de uma tradição de migrações temporárias em Barras. No segundo momento, a narradora constrói explicações sobre o encolhimento das possibilidades de subsistência na região, atribuindo isto à má utilização dos recursos recebidos ou mesmo à falta de experiência do trabalhador na lida com as atividades agrícolas propostas. O processo de migração temporária em Barras antecede a formação dos assentamentos do INCRA, assim como a disponibilização dos recursos citados por ela, na década de 90.

A alternativa de permanência na terra natal envolve basicamente terra e emprego. A maioria dos trabalhadores rurais alegam que não tem acesso a emprego ou trabalho no local, nem condições para trabalhar na terra.

Nas duas circunstâncias em que fui ao encontro de Seu Francisco Lino, em sua casa, procurei observar suas condições materiais. A construção da casa era recente, pois Seu Francisco Lino não migra desde o início dos anos de 1990. Em seu discurso sobre o trabalho fora, predomina a concepção de aproveitamento do tempo para a aquisição ou acúmulo de bens. No entanto, ele comentou vagamente que, mesmo com mais de uma década de migrações anual para o Pará, só fez duas viagens com um pequeno proveito financeiro. Perguntei, então, como ele construiu a casa onde mora com a família e ele me respondeu que seus filhos a construíram. A casa tem paredes de tijolos e cobertura de telhas. Esse tipo de construção é o sonho de parte dos moradores

da região, que ainda possuem casas feitas com varas fincadas no chão, cujos espaços são preenchidos com barro. A sala da casa abrigava quatro motos à espera de seus donos, cada uma pertencente a um filho.

Segundo ele:

Eles têm uns contatos lá e vão por conta própria. [...] Meus filhos estão viajando, cortando cana, dois no Mato Grosso, um no Mato Grosso do Sul e um em São Paulo. Estou sozinho agora. Agora [refere-se ao período da entressafra], estão trabalhando na construção civil, amassando barro, fazendo uma coisa ou outra. Lá no Mato Grosso. No começo do ano eles voltam para o corte de cana. Eles ligaram ontem, eles estão bem (FRANCISCO LINO, 2008).

Seus filhos só pretendem retornar para Barras no final do ano seguinte, da próxima safra. Enquanto isso, no período de entressafra, eles atuam como peões de trecho, para garantir sua sobrevivência enquanto não começa a safra seguinte.

Seu Francisco Lino foi posseiro das terras onde mora, cuja posse foi reconhecida, segundo ele, ainda na década de 80 através do INCRA. Ao se referir aos demais moradores do local (localidade Angical), comenta que: “o governo é que repassou para nós a posse. Todo mundo aqui é dono de sua terra. Ninguém é mandado por ninguém”. A esse respeito, quando ainda criança e adolescente, ele viveu sob condição de morada com seus pais e irmãos na Fazenda Marimbondo, também localizada na região da Mata do município, a qual, segundo ele, foi desapropriada pelo INCRA na década de 90. A busca do trabalho assalariado em regiões distantes se apresenta, em parte,

como um meio de o trabalhador rural conservar sua propriedade no lugar de origem.

Logo que cheguei à casa do Seu Francisco Lino, ainda na calçada, ele me recebeu com a carteira de trabalho e CPF nas mãos. Perguntei-lhe sobre aquela documentação e ele me respondeu que era para sua aposentadoria. Entendo que, naquela circunstância, aquela documentação estivesse ali para obter de mim alguma informação ou ajuda, ou talvez ele aguardasse a chegada de um dos agentes do Governo que costumam circular pela região para fiscalização ou para prestar algum tipo de assistência comunitária.

Seu Francisco Lino ainda não está aposentado, mas não esconde a ansiedade para realizar tal desejo. Por mais de uma década ele trabalhou fora, mas sua carteira de trabalho nunca foi assinada. Perguntei-lhe se ele era filiado ao STR do município e ele me respondeu que não.

Durante a entrevista, ele demonstrou preocupação com o presente/futuro de seus filhos migrantes, ao prever uma suposta diminuição da oferta de trabalho na colheita de cana. Para tanto, ele comentou o caso de seu irmão, um dos “gatos” que atuam em Barras. Diz ele:

[...] Tenho um irmão que leva. Mas nesse ano ele não levou ninguém. Até porque os donos das firmas dizem que querem trabalhador que saiba ler. Agora os homens botaram máquinas lá. Eles não vão fazer trabalho manual. Uma máquina corta cana por oitenta homens. O dono de uma firma mandou esse meu irmão procurar homens que tenham a 5ª série, que possam pegar nas máquinas. Mas isso é difícil, pegar quarenta e cinco homens que tenha a 5ª série [ensino fundamental], que saiba ler. Aqui quase não tem. Meu filho fez o teste lá na máquina, mas não passou. Aí eles podem fazer um curso lá, nos três meses. Aqui não tem trabalhador rural que saiba ler (FRANCISCO LINO, 2008).

Sua fala se situa nas relações de trabalho do campo, que começam a tomar forma em algumas regiões do País, sobretudo no interior de São Paulo, tendo em vista a tendência, em curso, da mecanização das empresas sucroalcooleiras e, por consequência, a dispensa dos cortadores de cana. Para eficácia dessa mecanização, os gestores do agronegócio têm investido na capacitação de trabalhadores rurais, seguindo uma meta para a extinção do corte de cana manual até o ano de 2015.

Sobre a problemática da educação no município, Prado comenta:

Os números do Censo Demográfico, referentes ao município de Barras, reforçam essas preocupações: no ano de 2000 a população residente era de 40.891 pessoas, dentre as quais aquelas com idade de 10 anos ou mais, seriam 19.066 alfabetizadas, ou seja, apenas 66% entre jovens e adultos apresentavam as condições mínimas de leitura e escrita (PRADO, 2007, p.7).

Tomando como referência os índices da capital São Luís, MA, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002, apresenta os seguintes indicadores sociais para o município de Barras:

Município	UF	Indicadores			
		IDH	Intensidade de pobreza	% pessoas c/ renda per capita inferior a R\$ 37,75	Taxa de Alfabetização
Barras	PI	0,581	57,16	49,15	57,41
São Luís	MA	0,778	44,31	18,85	92,69

Esses números reforçam a preocupação do Seu Francisco Lino sobre a questão educacional em Barras. Os dados acima foram utilizados no Plano MDA/INCRA para Erradicação do Trabalho Escravo (2005, p.13) para traçar o “perfil dos municípios e das vítimas do trabalho escravo”. Tomando como referência a análise dos dez municípios de onde mais partiram trabalhadores aliciados e os dez municípios onde houve maior número de resgates pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, segundo o Plano (2005):

Os escravizados são pessoas em condição de pobreza ou miséria, que deixam municípios pobres para se aventurarem em outros, quase tão pobres quanto os de sua origem, mas que, em tese, ofereceriam mais oportunidades de trabalho (PLANO MDA/INCRA PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO, 2005 p.12).

No dizer de Lina, a visível diminuição da contratação de peões da região está associada ao alto custo do trabalhador para a empresa, especialmente se ele vier a fazer alguma denúncia, o que vem acontecendo com frequência durante as atividades laborais. Segundo ela:

Uma multa que eles [donos das empresas] pegam com uma denúncia dos trabalhadores dá para comprar uma máquina. Aí, eles calculam que a mão-de-obra do trabalhador sai muito mais cara que a máquina. E hoje, muitos trabalhadores estão preocupados. No Mato Grosso do Sul e do Norte, no ano passado tinha uma empresa que levava daqui cinco ou seis carradas por ano. Nesse ano ela levou duas. Aí os outros não viajaram? – Viajaram sim. Só que eles estão indo para a Bahia, eles estão indo para Minas Gerais. Onde eles estão descobrindo que tem trabalho, estão indo atrás. Aqui mesmo no Piauí, tem muitas empresas se espalhando (LINA, 2009).

Lina evidencia um redirecionamento dos fluxos migratórios, do Pará, Mato Grosso e Goiás para lugares múltiplos. Dessa sorte, ela aponta possibilidade destes peões tomarem um rumo mais próximo, as empresas agropecuárias instaladas o sul do Piauí.

Entendo que esse contexto desenha um novo ciclo da cana-de-açúcar no Brasil, pelo uso intensivo da máquina e os novos sentidos atribuídos à produção da cana no País. Nesse sentido, a indústria sucroalcooleira tem se apresentado como alvo de interesse do Governo. Conforme reportagem divulgada pelo site da ONG Repórter Brasil:

Atualmente, a menina dos olhos do setor sucroalcooleiro não é o açúcar, cujo mercado o Brasil lidera há quase uma década. Com o preço do barril de petróleo nas alturas, o álcool está novamente ganhando espaço como alternativa à gasolina. E os números não deixam dúvidas. Hoje, de cada dez carros novos vendidos no país, seis são do tipo flex. Essa febre por automóveis bicomustíveis reacendeu o vigor das destilarias, que devem gerar 17 bilhões de litros, em 2005. Há quase duas décadas não se produzia tanto álcool assim (REPÓRTER BRASIL, 09 dez. 2005).

É preciso dizer que a mecanização do campo vem diminuindo o caráter familiar que predominava no setor açucareiro, em um passado recente. A produção e comercialização do etanol a partir da cana de açúcar remonta à década de 70 no Brasil, com a criação do Programa Brasileiro de Álcool – Proálcool (através do decreto 76.593, de 14 de novembro de 1975).

Após um período decadente da cadeia sucroalcooleira no País, que culminou com o fechamento do Instituto do Açúcar e Álcool em 1990, no início deste século, o cenário mudou. Essa mudança é atribuída ao desenvolvimento

e maturação da tecnologia flex-fuel, que garante ao consumidor o direito de escolher entre gasolina, álcool ou qualquer mistura desses dois. Mas, dentre outros aspectos que favoreceram essa mudança, é importante considerar o agravamento das tensões no Oriente, a maior região produtora de petróleo mundial, que pressionam as cotações do óleo. Assim, o Brasil, com sua experiência na área de biocombustível, começou a atrair atenção do mercado internacional. E o setor sucroalcooleiro virou uma das prioridades da gestão atual do Governo (FLEXOR, 2007).

Em 2009 foi assinado um termo de compromisso entre usineiros, trabalhadores a cana-de-açúcar e Governo. Esse compromisso integra uma política de propaganda do Governo para diminuir críticas do mercado internacional no que diz respeito à relação entre a produção de etanol e o trabalho escravo no País. O Governo defende a eliminação da figura do “gato” e se compromete a alfabetizar e aumentar a escolaridade dos trabalhadores para eventual reinserção produtiva¹⁷. Trata-se de uma proposta de aperfeiçoamento das condições de trabalho na cana-de-açúcar.

Nesse sentido, o fim do trabalho escravo viria, então, com a mecanização do campo. Para o migrante, o problema passa a se apresentar de outra forma: a ameaça do desemprego.

No entanto, pesquisas recentes evidenciam que a modernização da agricultura brasileira, representada pelas grandes empresas nacionais e internacionais que dominam o agronegócio, é caracterizada pela reprodução de formas arcaicas de exploração e dominação dos trabalhadores. Dessa forma, é importante considerar que tais formas de exploração não existem apenas nos

¹⁷ Lula: acordo de trabalho vai reduzir críticas ao etanol. O Estado de São Paulo, Jun. 2009. Disponível em <http://www.estadao.com.br>. Acesso em 19. fev. 2010.

rincões do País, mas também em regiões onde as pesquisas, no setor científico e tecnológico, estão em maior grau de desenvolvimento, como o estado de São Paulo. Nessa lógica de acumulação do capital mundial, o moderno se estabelece sob alicerce do arcaico. Prevalece a dominação de grandes grupos econômicos e internacionais (SILVA, p.128, 2007).

As contradições evidenciadas são pautadas pela busca desenfreada dos lucros, que estabelecem um processo de redução dos corpos dos trabalhadores a simples fornecedores de energia, de força de trabalho, como animais de carga. Tal contexto (associado à narrativa de Seu Francisco Lino) me permite problematizar as alternativas de sobrevivência destes migrantes na terra natal.

As formas de trabalho que se circunscrevem na região de origem migratória se assentam na posse de terras pelos moradores para fins de reforma agrária no município, como foi discutido no primeiro capítulo, que desenharam uma economia essencialmente familiar.

Por ocasião da primeira entrevista que realizei com o migrante Francisco Filho, conheci Sônia, sua esposa. Desde o primeiro contato, Sônia manifestava ansiedade em falar sobre as viagens de seu marido. Embora, a princípio, eu não tivesse como objetivo entrevistá-la, sua fala aparece como intervenções na fala do marido. Sônia relatou questões ligadas à migração, ao ritmo de trabalho ao qual o marido se submete, seus desejos, doenças, a sobrevivência da família no lugar de origem.

A noção de tempo que aparece na fala de Sônia é o tempo de vida, organizado a partir de seu casamento, o nascimento do primeiro de seus três filhos, a primeira e a última migração de seu marido. Na ausência do marido, o

sustento da família é mantido pela roça, na qual planta arroz, feijão e milho. A pequena produção é destinada ao consumo.

Mostrou-me a pequena casa onde mora, uma construção de taipa em pau-a-pique, que possui uma sala, um quarto e uma cozinha, com um grande fogão a lenha, no qual ela fervia um azeite extraído da amêndoa do babaçu em um grande tacho para apuração. Ela me relatou que, além de manter a roça, quebra coco babaçu, extrai a amêndoa para venda e fabricação caseira do azeite para o consumo da família. Também aproveita a matéria-prima para fabricar sabão para uso doméstico e aproveita as cascas para fazer carvão: “[...] do coco eu aproveito tudo o azeite, carvão, vendo o coco no comércio lá no interior, eles compram dois litros por um real”. Sônia é uma das quebradeiras de coco da região da Mata do município, atividade comumente exercida por mulheres: “eu vivo quebrando coco, só quebrando coco”. Ela expressa tal atividade como um dos suportes essenciais para a sobrevivência de sua família, assim como de muitas famílias da região, sendo também uma atividade que atravessa seu cotidiano, toma em sua fala ares de rotina.

Sônia diz que nos últimos tempos tem dias de muita angústia, enquanto marido está fora. Teme, sobretudo, não ter como manter sua família. Enquanto o marido permanecia de cabeça baixa, ela comentou:

Eu não aguento mais ficar aqui sozinha, esperando uma notícia de alguém que venha de lá, ou correndo para o orelhão dia de domingo. É muito difícil, a gente passa muita necessidade. Quando engravidei do meu filho mais novo, de dois anos, ele [o marido] viajou para o Mato Grosso, e quando voltou o menino já tinha seis meses. Passei um sufoco sozinha. Já disse pra ele, eu não quero mais ficar sozinha. Casamos em 98, e desde esse tempo ele vive viajando (SONIA, 2007).

Segundo ela, o marido não demonstra mais condições para o ritmo de trabalho nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar no Mato Grosso, destino de grande parte dos moradores da região. Francisco Filho tem apresentado, como já foi comentado no segundo capítulo, um definhamento de sua saúde, manifestado por doenças adquiridas no eito.

A remessa de dinheiro enviada pelo esposo, ou trazida por ele após o término da empreitada, não é suficiente para o sustento da família. Sua narrativa ressalta uma frustração amarga pelas suas condições de vida e a dependência criada em relação ao trabalho fora: “Ele viaja, passa um bom tempo por lá, e quando chega é muito magro e doente. Aí, fica triste pelos cantos, doente e magro. Eles dizem que lá não é bom, mas na hora de voltar, vai todo mundo alegre”.

Segundo Menezes (2002a, p.100), a preferência dos homens por se casarem com mulheres de sua terra natal, funciona “[...] como expressão de seu comprometimento com um modelo de família e, também, com a permanência na região de origem”. Comumente, após o casamento, os homens tendem a migrar em busca de trabalho. Enquanto isso, algumas esposas costumam permanecer em casa e assumem as atividades agrícolas, além de manterem ativas as relações de parentesco e comunitárias. Em outros casos, as filhas destes trabalhadores ainda em tenra idade, onze ou doze anos, são deslocadas para a cidade, por intermédio de parentes e amigos, para o trabalho doméstico.

Voltei a entrevistar Sônia em outra circunstância, dessa vez sem a presença do marido, pois o mesmo havia migrado para trabalhar no Pará.

Assim, quando perguntei se o trabalho do marido traz compensação financeira para a família, ela evidenciou a existência de relação combinada de trabalho:

[...] ele trabalha para um lado, eu para o outro. Aí eu estou aqui, ele manda cem reais. Tudo ajuda. Aí eu faço uma feira, aí eu vou trabalhar para arrumar cinquenta reais, pra quando aquela feira que ele arrumou acabar, eu já ter aqui já, para comprar a carne e o arroz (SÔNIA, 2009).

Tomando como base sua fala, o modo como administra os gastos com alimentação, perguntei a Sônia se ela e o marido possuem vontades e sonhos em comum. Ao me responder, ela ensaiou um sorriso encabulado e traçou o perfil do marido como um homem vaidoso. Ao narrar sobre o destino de seu ganho, comentou:

Ele é uma pessoa que não gosta de andar sem as coisas dele, o perfume bom dele, a roupa, o calçado, ele não gosta não. Aí ele trabalha três meses, compra lá as coisas pra ele, aí chega, compra roupa e calçados para os filhos, e aí acabou o dinheiro (SÔNIA, 2009).

Quando iniciei as pesquisas sobre este tema, senti a necessidade de estabelecer contatos com alguns migrantes de Barras. Em uma dessas conversas, o pai de um migrante comentou: seu filho retornava ao município depois de uma viagem mal sucedida e, ao desembarcar na rodoviária de Barras, mesmo só lhe restando dez reais no bolso, preferiu pegar um táxi até a sua casa, na zona rural. Entendo que tal acontecimento, assim como o perfil de Francisco Filho, traçado por sua esposa, evidencia algumas das necessidades

de um migrante em condição de retorno à terra natal. Para além de garantir o sustento da família, querem também ter o reconhecimento da comunidade.

Em 2007, participei na Cáritas, Regional Piauí, localizada em Teresina, de uma recepção organizada para trabalhadores das comunidades, Jardim Formoso e Tabocas, localizadas na região da Mata de Barras. Nas respectivas localidades, consideradas as mais carentes do município e de onde saem o maior número de migrantes para o trabalho escravo, a Cáritas, com o apoio da FETAG - PI, SPM e DRT-PI, coordena um projeto de combate ao trabalho escravo.

Naquela circunstância, conversei e entrevistei famílias de migrantes, maridos e filhos que migram e esposas e mães que permanecem na região de origem. Estes veem nas atividades desenvolvidas pelo projeto uma perspectiva de permanência no lugar de origem, mas comentaram que ainda não é o suficiente para o sustento de suas famílias. Em outras palavras, a migração ainda aparece como garantia de um patamar mínimo de sobrevivência.

Conceição, esposa de Reginaldo, integrou uma entrevista em grupo, que se transformou em um colóquio, juntamente com seu marido, Raimundo Ramos e o Sr. Chagas. Segundo ela, são poucas as alternativas de sobrevivência em Barras. Enquanto o marido está trabalhando fora, assim como Sônia, é ela quem cuida da roça, que é propriedade da família, planta e colhe o que vai ser consumido na maior parte do ano, além quebrar o babaçu que, conforme foi comentado em linhas anteriores, destina-se principalmente à extração da amêndoa para fabricação de azeite.

A família de Conceição vivia sob condição de morada até o início dos anos 90 na localidade Jardim II e, com a desapropriação de terras da região, adquiriu uma pequena propriedade.

No projeto migratório, a produção de grãos para a subsistência é gerenciada pela mulher e combinada com o trabalho exercido pelo homem fora do lugar de origem. No entanto, conforme a narrativa de Conceição, o ganho adquirido pelo marido fora da comunidade local não é suficiente para obtenção de um bem durável, como uma moto. Reginaldo migra comumente para trabalhar em fazendas de corte de cana no Mato Grosso nos primeiros meses do ano, e costuma retornar no mês de novembro ou dezembro. A remessa de dinheiro só costuma ser suficiente para a manutenção da família enquanto aguarda uma próxima viagem.

Por ocasião de uma reunião da Caritas, FETAG, Serviço Pastoral do Migrante e DRT, em Barras, entrevistei Dona Francisca Rosa. Em um contexto de denúncia pelo desaparecimento do filho mais jovem no trabalho com o corte de cana no interior de São Paulo, ela narrou sobre seus sofrimentos, trabalho e a educação formal que pode e não pode dar ao filho. Ela pertence a uma família marcada por várias gerações de migrantes, irmãos, primos, marido e filhos. A este respeito perguntei a Dona Francisca Rosa sua opinião sobre a saída em busca de trabalho fora, ela respondeu: “Não, eu não acho isso bom. As famílias não acham isso bom, mas eles são jovens, são pessoas trabalhadoras, batalhadoras, você sabe, quem não estudou é difícil arrumar um emprego, para quem estudou é difícil, imagine para quem não estudou”.

Nesta narrativa, a educação formal seria a saída para que as famílias da região pudessem alterar o que parece ser um destino inexorável. Dona

Francisca Rosa ressalta que seu filho teve oportunidade de estudar, porque tinha escola perto de sua casa, mas não o fez pela necessidade de trabalhar desde cedo.

Nestes termos, ela realça o seu papel de mãe com o dever de educar e orientar os filhos. Ao se expressar sobre as dificuldades de educação de jovens na atualidade, comenta:

Eu vejo a juventude virada de perna pro ar. A juventude, a maioria não ouve os conselhos de mãe, pai, eles gostam da aventura. Eles não pensam que tanto sofre quem está fora, quanto a família que fica aqui. Eu não sei se o meu filho está preso ou morto, porque, em um mundo daquele, ele é sujeito a qualquer coisa. Agora recentemente apareceu o caso de um rapaz que comprou uma moto, e foi preso lá injustamente (FRANCISCA ROSA, 2007).

Dona Francisca Rosa ressalta traços de resistência e também de conformismo diante da impossibilidade de transformar o mundo, de mudar um destino que se apresenta em sua fala como uma espécie de vontade de Deus.

Enquanto muitos retornam para o lugar de origem sem terem seus sonhos realizados, os que permanecem ali continuam no dia-a-dia de trabalho domiciliar e na roça, necessários para o mínimo vital. Desta sorte, os sonhos são compartilhados pelos que saem com os que permanecem. Esposas e mães catalisam medo, frustrações e desejos face às incertezas dos caminhos de seus errantes.

3.2. A conquista dos sobreviventes

Para além dos sentimentos de saudade, os entrevistados apresentam um lamento contido por não terem realizado alguns sonhos, ficado ricos, comprado uma moto, construído uma casa de tijolos e cobertura de telhas, dentre outras possibilidades.

Interessa-me, aqui, o modo como esse passado é reiterado pelos entrevistados como uma conquista. Para essa leitura do passado, entendo que é conveniente ressaltar que a memória se faz a partir de interesses do presente, onde a narrativa é filtrada de forma sedutora de modo que venha a melhorar suas vidas, como uma fonte de inspiração.

Assim, entendo que para uma melhor compreensão do estudo dessas memórias dos lugares de destino, é importante destacar o pensamento de Bosi (1987):

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiência e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que esse não seja um processo consciente (BOSI, 1987, p.331).

Esses laços de convivência, sejam familiares, sejam profissionais, favorecem o desenvolvimento de uma memória social, que se compõe de vestígios, de fragmentos. Ressalto que a autonomia do indivíduo, no ato de recordar, considerando que o mesmo pode recordar algo significativo só para ele.

Sônia me relatou que no ano de 1996 migrou junto com o marido para o Pará, por ocasião de uma empreita que o mesmo tinha aceitado em uma das fazendas da região. Assim, enquanto o marido se encontrava na lida do campo, roçando juquirá, ela permanecia em barracões para cozinhar para os demais peões.

No dizer de Sônia:

Lá tudo era com fartura. Entrando no Pará é farto. Lá é um lugar tão bom... Duas horas da madrugada eu tinha que me levantar pra fazer o café, em duas marmitas bem grandes. Aí eu ia fazer o cuscuz era fazendo e os peões comendo. Aí quando eu tirava a água do café do fogo, já botava o feijão. Aí já ia cuidar nas outras coisas. Às vezes chegava era de vaca para eu cortar todinha. Eu sozinha, às vezes o gato ia pra rua e os peões dizia: vou embora, vou embora porque não tem carne. E eu ia sozinha no açougue pegar a carne, era dezoito quilômetro de onde nós estava e eu ia de pés. Ele (o gato) dizia para o açougueiro da fazenda matar a vaca e mandar para lá (SONIA, 2009).

A narradora não descreve somente o acontecido, ela vai além, ela interpreta o vivido conforme um conjunto de elementos circunscritos no seu cotidiano, como desejos, necessidades, dentre outros. A busca de trabalho em outras regiões do País é o projeto de vida de muitos moradores da região. Nesses termos, a compreensão de tal projeto de vida também como um projeto

familiar me possibilita evidenciar a ânsia de esposas, mães e parentes, em termos gerais, pela ida, assim como pelo retorno bem sucedido de seus migrantes. O sonho do trabalho fora é sustentado pela necessidade de produção em sua própria terra, pois com o dinheiro adquirido, com o trabalho nas terras dos outros, eles podem viabilizar o sustento de suas famílias e a continuidade do trabalho em suas terras.

Sônia e o marido haviam estabelecido uma relação de amizade com o “gato” antes da partida de Barras, de modo que este acabou por lhe contratar como cozinheira para trabalhar nos barracões onde os peões são comumente instalados. O dizer de Sônia ressalta o período de três anos que passou naqueles rincões, incluindo os retornos periódicos a Barras, como os anos mais fartos de sua vida. O medo da fome sentido por ela salta de forma quase constante em sua fala. Entendo que o dia-a-dia de Sonia é construído para não morrer de fome. Em vários trechos, ela retorna ao tema da alimentação diária, ressaltando, especialmente, carne e leite. Segundo ela:

Lá era bom, bom mesmo, nunca me esqueci de lá. Lá tudo era farto, aqui um litro de leite é três reais, e lá não, você vai só pegar no curral. Lá a gente comprava de sacos de açúcar, o povo tem confiança na gente, na gente pagar o que deve. Eu ia pegar o que faltava e o dono do comércio me dava. Às vezes o dono da fazenda ia pra rua perguntava: Sônia, você não vai querer nada, não? Ele já trazia e não queria pagamento, era por conta dele. Aí às vezes eu cozinhava para o Seu Nonato, Seu Nonato era “gato” dos peões. Aí ele dizia para trazer cinco fardos de açúcar, lá era de fardo, não era de quilo não, era de fardo, bolacha era em fardo, tudo era em farto lá (SÔNIA, 2009).

O contexto descrito por Sonia revela também parte do funcionamento do sistema de trabalho aqui em questão: a arregimentação, a alimentação que é disponibilizada aos trabalhadores e descontada no pagamento posteriormente, a rede de estratégia estabelecida pelo “gato” e demais funcionários da unidade de produção, incluindo as relações de poder, que possibilitam o bom desenvolvimento do trabalho no campo. O contexto descrito evidencia a permanência do mito da abundância simbolizado até então nas lendas do Eldorado da região da Amazônia brasileira, dado, dentre outros aspectos, as suas enormes reservas naturais.

Essa enganosa sedução da riqueza do verde da Amazônia atravessa as falas especialmente daqueles que não migram mais, é algo que remonta à coleta de plantas medicinais que abundavam na floresta pelo colono (CASTRO, 2008).

Para além das questões em torno da obra de Castro publicada em 1954, a qual se compromete com o regionalismo nordestino e com o discurso das disparidades regionais difundido na circunstância histórica em que foi escrita¹⁸, é importante refletir sobre as condições de pobreza que assolam notoriamente a grande maioria da população de Barras, em especial da sua área rural. No dizer de Castro (2008), o Sertão Nordestino, ao qual se incluem as áreas centrais do Estado do Piauí, vamos encontrar um novo tipo de fome, não mais a fome permanente, condicionada pelos hábitos de vida cotidiana, mas a que se apresenta em surtos epidêmicos, que surgem com as secas periódicas. Esta é uma área que tem como alimento básico o milho, que associado a outros

¹⁸ A este respeito ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. O nordestino: a miséria ganha corpo. In: CAVALCANTI, Helenilda e BURITY, Joanildo (org.) Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

produtos regionais permite que nos períodos das secas as populações tenham energia e vigor suficiente para sobreviver ao flagelo.

Os fragmentos da fala de Sônia me fazem refletir sobre as imagens construídas pelos errantes em torno dos lugares de destino, assim como a circulação de suas memórias na terra natal. Ao discutir as imagens criadas em torno da região da Amazônia pelos migrantes cearenses, nos anos de 1942 e 1943, Rios (2008, p.50) comenta que as descrições sobre aquelas terras evidenciavam uma infinidade de narrativas fantásticas:

O nordestino, o sertanejo, o flagelado, o peregrino, o herói, o monstro, o Judas... são todas faces de indivíduos com histórias em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além mundo (RIOS, 2008 p.52).

Os elementos descritos por Rios (2008) são comuns nas narrativas dos entrevistados para este estudo. A esse respeito, desde tenra idade o migrante Bruno ouvia os dizeres do avô, Seu Raimundo, sobre o Pará, os quais foram narrados para mim em tom didático, evidenciando o que deve e não deve ser feito para ganhar e acumular dinheiro lá fora. A fartura do lugar de destino é representada, na sua fala, pelo verde da região e pela abundância em carne e leite.

Para a compreensão da presença insistente destes elementos nas narrativas, considero importante ressaltar a afirmativa de Castro (2008, p.181),

segundo o qual “[...] o sertanejo foi sempre um comedor de carne [...]”, ao referir-se ao leite e à carne como alimentos consumidos de forma generalizada pelas populações do sertão.

No seu dia-a-dia, Sonia não dispõe de uma farta alimentação e evidencia isso como um sonho. Comumente, ela faz somente uma refeição diária. A carne, tantas vezes ressaltada em sua fala, não faz parte de seu regime alimentar diário, considerando que consome basicamente arroz, feijão e ovos. Ela diz:

Eu vivo quebrando coco, só quebrando coco. Troco dias com o meu sogro, hoje eu boto pra ele, amanhã ele me ajuda a roçar. Porque ele fica só, né?! E eu estou só, aí nós dois se junta e vamos trabalhar no mutirão, nós dois. Aí quando chega o meio dia, a gente cozinha um ovo, come, aí bebe água deixa dar uma hora e volta de novo. Aí quatro horas a gente vem, chega faz a janta... e assim eu vivo (SÔNIA, 2009).

Diferente do que é endossado na obra de Castro (2008), o consumo diário da carne é privilegio de uma minoria entre os moradores de Barras. Desse modo, entendo que a fartura que Sônia diz ter vivenciado no Pará, alimentos comprados em fardos, a matança de um boi para o consumo, o leite disponibilizado no curral, dentre outros, são trazidos à tona a partir de um presente de fome vivenciado na terra natal.

Seu Francisco Lino lembra as suas idas ao Pará como tempos muito difíceis, pois foi enganado pelo “gato” que o contratou e o levou em um caminhão de sua propriedade. O “gato”, ao qual Seu Francisco Lino se refere, trata-se de um conhecido comerciante da cidade, que atuou ali e em

municípios vizinhos, na prática de aliciamento de jovens trabalhadores rurais, por toda a década de oitenta. Segundo ele:

Ele levava a gente e quando chegava lá ele soltava a gente, feito bicho no pasto. Vendia a gente como quem vende gado, por cabeça. Levava cinqüenta, cem homens. Deixava lá no meio das cobras, no meio do mato, sofrendo. Levava duas, três carradas aqui, todo mundo no cativo. Ele chegava aqui e fazia a proposta. Mas eu fui só dessa vez com ele (FRANCISCO LINO, 2008).

Ao recordar os seus tempos de migrante, Seu Francisco Lino comenta ainda: “em 79 enfrentei uma barra pesada, tinha onça, tinha todo tipo de cobra, mas eu era novo [...]”. A narrativa dele está associada ao desconhecimento da região de destino seguindo por seu estranhamento ao se surpreender com situações que até então não havia vivenciado. Seu Francisco Lino relata sua primeira viagem ao Pará em uma sequência lógica e casual que lembra uma fábula, com ênfase no caráter aventureiro de suas vivências em uma região perigosa e desconhecida. A construção desta narrativa evidencia o empenho do relator em fazer emergir uma imagem de um homem destemido, cuja vida foi sempre dedicada ao trabalho.

Segundo ele, uma das promessas feitas pelos “gatos” aos trabalhadores famintos da região era a disponibilidade de alimento: “quando eles queriam levar a gente, eles diziam: rapaz lá é bom, lá a gente come carne, ganha dinheiro”. Assim, abandonados no meio do mato ao deus-dará, alguns não conseguiram voltar para casa. Seu Francisco Lino sobreviveu, mas não comeu carne por lá e nem tampouco ficou rico. E, no seu retorno a Barras, passou a atuar como “gato”.

As dificuldades vivenciadas por Seu Francisco Lino naqueles “rincões solitários” ¹⁹, residem tanto no que diz respeito às condições geográficas da região, quanto às condições de trabalho em si. Ao rememorar, ele ressalta destreza nos relacionamentos com os patrões, com outros trabalhadores migrantes que arregimentava no trabalho e, sobretudo, a sua chegada, como um guerreiro capaz, segundo ele, de levar uma cobra até a boca para mordê-la.

Sua narrativa mostra a presença de animais que ameaçavam o bom desenvolvimento de seu trabalho, o corte de juquirá. Ameaçado pela natureza e pelo patrão, ele sobreviveu como um herói e afirma não sentir medo de nada. Seu Francisco Lino iniciou seus filhos como errantes em busca de trabalho no mundo lá fora. E começou pelo mais velho, Francisco Filho, marido de Sônia. Com exceção deste, hoje todos os seus filhos homens estão trabalhando fora, pois o mesmo está em casa por motivo de uma doença, aqui antes comentada: “só o Francisco está aqui. Ele está adoentado, nervoso. Ele é medroso, está tomando remédio”. Em seguida, ele adverte que o filho não seguiu o exemplo do pai: “Porque eu não tenho medo de nada. Eu digo: Rapaz, deixa de ser medroso, quando eu tinha a tua idade, eu mordida uma cobra viva. A gente tem que pensar positivo. Quando eu saía daqui eu dizia: eu não tenho medo de nada, eu vou sem medo”.

A falta de medo se estende também à perspectiva de morte. O seu ideal é o trabalho a todo custo. Em certo momento da entrevista, seus dizeres sobre aqueles confins se cruzam com os dizeres de Sônia e de Seu Raimundo: nora e tio de Seu Francisco Lino. Segundo ele, “[...] lá tem muita fartura, tem muita

¹⁹ Expressão utilizada por Euclides da Cunha (1999) ao descrever a Amazônia.

carne, leite. A gente trabalhando a gente consegue. O Pará é melhor que aqui”. E faz uma ressalva, “lá tem muita coisa boa, é mais fácil para o camarada ganhar. Podendo andar bem calçado, bem vestido. A saúde é que não é muito boa”. Considero importante destacar aqui, os laços familiares que unem os retornados, para a construção de suas memórias.

A questão da saúde na fala de Seu Francisco Lino, além da incidência de epidemias comuns na região de destino migratório, diz respeito ao dispêndio de força exigida nas atividades laborais. Isolados no meio do mato, estes trabalhadores correm o risco de morrer por falta de assistência médica, associada aos maus tratos no cativeiro.

As vivências dos sujeitos desenham várias temporalidades. Aqueles que não migram mais, em especial os velhos como Seu Raimundo Batista e Seu Francisco Lino, são considerados dentro do grupo social ao qual pertencem como homens que já viveram suas vidas, pensamento este que atravessa suas narrativas. Entendo que eles sentem-se mais livres para recordar. No dizer de Bosi (1987, p.23), esse é o momento da ‘velhice social’, cuja função é lembrar, e lembrar bem:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1987, p.22).

O “lembrar bem” de Seu Raimundo Batista e Seu Francisco Lino assumem tom didático. A função deles é ensinar aos mais jovens os traquejos do trabalho e, assim, se (re) inventam dentro de suas falas. Ainda no início desta pesquisa, ao me aproximar dos moradores da área rural de Barras, no sentido de buscar informações sobre quem migrava, eles me sugeriam que eu fosse conversar as pessoas mais velhas, os que já não migravam mais, que tinham se tornado guardiões das memórias daquele grupo social. Em suas narrativas, reconheci o que Bosi (1987) define como “velhice social”: um sujeito que não vai migrar mais, tem agora o ato de lembrar como função dentro do grupo ao qual pertence.

Os trabalhadores que vivenciaram este vai-e-vém na busca de trabalho fora, apresentam-se em suas falas como sobreviventes do mundo do trabalho escravo.

Em uma das reuniões realizadas pela Cáritas no município, anteriormente mencionado, trabalhadores apresentavam um discurso de sobreviventes de um sistema de exploração no trabalho. É o que podemos evidenciar na narrativa de Seu Francisco Moreira, 53 anos, migrante durante a década de 80 para o Pará, onde trabalhou em fazendas, roçando juquira, e na Serra Pelada, na corrida pelo ouro.

Entendo que o uso da memória como fonte histórica deve considerar o valor subjetivo, no sentido de perceber, dentre outros aspectos, a natureza social da memória e o seu significado para os sujeitos. Hoje, Seu Francisco é presidente da Associação de Moradores e é muito conhecido como um contador de histórias. Sua história de vida está ligada à luta pela terra no município, e, assim, passa a entrelaçar presente e passado, referindo-se ao

passado como algo superado pelo tempo. O fato de considerar o passado como superado ressalta também a necessidade de valorização de suas vivências como trabalhador rural migrante. Em outras palavras, ele se coloca como um atuante na luta pela terra em Barras, e como um ex-trabalhador rural escravizado:

Quando eu deixei o Pará, a gente começou um trabalho de Associação, nessa época que a gente conseguiu fundar uma Associação, até então existia o cativeiro. Só que com o trabalho da gente, o Sindicato, e a CUT e FETAG, a gente conseguiu melhorar um pouco, porque nós tomamos a iniciativa de criar a associação e conseguimos distribuir água para a comunidade, conseguimos também estrada, energia, tudo a gente consegue pela Associação. (FRANCISCO MOREIRA, 2007)

Evidencio, dentre outros aspectos, a necessidade de valorização do associativismo, em um contexto de ruptura com o sistema de moradia que havia predominado na região, o qual ele apresenta na forma de “cativeiro”. Diferente do que aconteceu com os demais entrevistados, percebi que, na narrativa de Seu Francisco Moreira, suas lembranças do trabalho como migrante, da exploração e dos maus tratos vivenciados, desembocam em questões relacionadas à importância do associativismo, do Sindicato. Isso se faz diante do lugar social que este sujeito ocupa no presente, dentro da localidade onde mora, região da Mata daquele município.

Como afirma Portelli (1993, p.43), “a narrativa depende de fatores pessoais e coletivos”. Seu Francisco Moreira reivindica um papel central na luta pela terra em Barras, sobretudo nos anos 90. Observei, durante uma das reuniões da Cáritas em Barras, que ao solicitar um ponto na pauta e tecer

algumas palavras, muitos dos que o escutavam murmuravam. Seu Francisco falou sobre os problemas vivenciados pelos moradores da comunidade onde residem, ao tempo em que ressaltou sua atuação como presidente da Associação dos Moradores. Sua narrativa é marcada por sua forte tendência ao reino da fantasia e da fábula. Ele me contou uma história detalhada sobre sua infância em Barras, sua ida para o Pará a fim de trabalhar no garimpo e, posteriormente, nas fazendas da mesma região, roçando juquirá. O relato de Seu Francisco Lino possui uma sequência lógica, no qual ressalta, em particular, suas dores, sofrimentos e riscos de morte. Sobre sua experiência no garimpo, ele comenta:

Nessa época era a fofoca da Serra Pelada [anos 80]. Que todo mundo saía mais rico, muitos pegavam muito ouro, muitos enricavam, outros saíam sofrendo, muitos morriam, matavam lá dentro, um tempo muito sofrido, dias as pessoas melhoravam, dias entristeciam. Chegava a época, a pessoa entrava embaixo da terra com umas vigas de ferro, ficava cavando, tinha uma hora que você olhava para cima e tinha mais ou menos uns trinta metros de profundidade, da boca do buraco você ficava com distância de uns trinta metros de profundidade. Lá a gente levava uma lanterna na boca, você tirava aquelas mão cheia de terra para vê se tinha ouro, muitas das vezes eles batiam na boca da barreira e a barreira fechava com umas trinta pessoas lá dentro, uma tristeza maior do mundo. Quando chegava a trancar aquelas pessoas lá dentro aí a Polícia Federal chegava, aí peão ia cavar, meter trator pra arrancar aquelas pessoas de dentro. Quando eu tava trabalhando no garimpo, muitas vezes rolava uma pedra de cima, uma pedrinha pequena, mas devido à profundidade que era muita funda, uma pedrinha quando peitava em um de nós, era o mesmo que peitar numa galinha, caía lá já morto. [...] Para mim foi um dos piores tempos de escravidão (FRANCISCO MOREIRA, 2007).

No relato, Seu Francisco Moreira se faz guerreiro. Boa parte deste relato foi dedicado à sua experiência no garimpo Serra Pelada. Entendo que esse aspecto se deve a um contexto de frustrações e anseios do entrevistado. A esse respeito, ele comenta sobre a necessidade de seu retorno ao Pará para buscar sua caderneta de garimpeiro.

É importante dizer que esse quadro de necessidades se faz diante da existência de alguns projetos de leis na Câmara Federal, que reivindicam ação indenizatória do Governo e direito de aposentadoria e pensão aos garimpeiros da Serra Pelada. Este garimpo foi fechado em 1992, pelo governo Collor, e os valores oriundos da sobra de ouro, prata ou platina, foram depositados na Caixa Econômica Federal.

Seu Francisco Moreira evidencia um contexto de ruptura com o sistema de moradia, vivenciado por ele nos seus tempos de criança e juventude. Diz ele:

Naquele tempo a gente tava deitado aqui, com o meu pai, aí chegava o patrão e chamava a gente para ir trabalhar. Se o pai da gente, porque naquele tempo eu era criança, dissesse que não ia, aí ele [o patrão] mandava desatar o nó da rede e cair no mundo. Hoje as coisas mudaram graças aos Movimentos Populares, a Associações, a Igreja, ao Sindicato, CUT, FETAG. Agradeço muito a Deus e as pessoas que deram seu sangue pela terra (FRANCISCO MOREIRA, 2007).

Conforme discutido no primeiro capítulo, a migração também se apresenta para esses moradores, em particular para os migrantes da década de 80, como um meio de romper com esse sistema. Nesses termos, o ato de migrar significou uma tentativa de não se submeter ao controle dos fazendeiros

da região. A esse respeito, ressalto que todos os entrevistados afirmaram que são de famílias egressas do sistema de morada, que outrora predominava na região. Hoje, vivem em assentamentos. É notória a atenção dada por Seu Francisco Moreira aos movimentos sociais, atribuindo a estes as mudanças ocorridas na região no que diz respeito às condições de trabalho e vida.

É a partir do lugar social vivenciado que Seu Francisco descreve o seu passado. Sua fala atende às expectativas do presente em relação ao passado, configurando um passado pelo presente. A interpretação das vivências destes sujeitos deve levar em consideração que, ao narrar, o sujeito se inventa, transforma idéias e imagens, construindo diferentes passados, atendendo às necessidades do presente.

Comumente, o tempo de trabalho de um migrante é severamente curto. As doenças, físicas e emocionais, surpreendem muitos, senão a maioria deles. No dizer de Lina, presidente do STR de Barras:

E assim, a nossa preocupação hoje, é uma questão mesmo da idade deles, porque 35 anos é um homem ainda novo, e as empresas não pegam mais. E aumentou o número de doenças, aumentou o número da perda da qualidade de trabalhador rural. Ele não tem uma atividade aqui, que possa ser reconhecido como trabalhador rural, ele não tem direito de pegar um financiamento no banco, eles perdem o direito à aposentadoria, e ainda ficam doentes. Porque a maioria destes trabalhadores que viajam, com o tempo, eles vão ficar doentes, porque eles trabalham forçado, eles têm um serviço muito pesado lá. E trabalhando com cana queimada, sem se alimentar, eles têm um padrão de vida bem diferente do que teriam, se eles estivessem aqui... porque ao invés dele durar cinquenta anos, ele dura só quarenta. Olha, quando eles viajam, vão de um jeito, quando eles voltam, faz é pena, vêm tudo magros, com a pele queimada,

tudo doente, só dos maus tratos lá. Porque para eles ganhar algum dinheiro, eles forçam muito (LINA, 2009).

Desse modo, Lina destaca o desejo de migrar vinculado à ansiedade e às cobranças da família:

Mas a ganância pelo dinheiro é tão grande que tem mulher que, quando o marido não gosta de viajar, ela fica brigando porque ele não viaja. Eu tenho visto muita mulher reclamar dizer: “Ah, eu tenho tanta vontade que meu marido viaje, fulano viaja, manda dinheiro, tem as coisas, e nós não tem nada porque ele não quer viajar...” A vaidade é grande, é a vaidade mesmo... viaja para manter um padrão de vida bem diferente, comprar uma moto. A loja de moto daqui de Barras não para. No final do ano eles já começam a abastecer a loja. Quando ele [o migrante] chega, se ele tinha uma moto velha que deixou com a mulher, ele vai lá troca por uma nova, por uma maior (LINA, 2009).

Este fragmento me reporta à fala de Sônia, que expressa sentimentos de frustração por não possuir ainda uma casa feita de tijolos e coberta telhas, e associa isso à vaidade e individualismo do marido, como foi comentado acima. Francisco Filho, por consequência da doença contraída no Mato Grosso, não teve condições de continuar a empreitada. Desse modo, perguntei a Sônia se ele já tinha se curado da tal enfermidade. Ela me respondeu que o mal do marido é o medo que ele sente, que ela não entende como uma doença e sim um como um “nervoso”. Conforme mencionei no segundo capítulo, Francisco Filho dizia sofrer de uma gastrite nervosa.

Ele não está doente não. Ele tem é frescura. É nervoso, é nervoso demais. Tem medo, mas ele é mal criado, quando ele quer me dizer as coisas ele diz. Se você disser alguma coisa pra ele, ele come calado. Mas quando ele se passa pra mim ele desconta, quer tirar o que você disse e o que eu disse pra ele. É coisa brava (SÔNIA, 2009).

E assim, ela ressalta a ambiguidade no comportamento do marido dentro e fora de casa, em um tom de indignação. Entendo que o comportamento hostil de Francisco Filho em relação à esposa, diferente do que normalmente acontece, pode ser considerado aqui como uma reação às agruras, fome, humilhações, dores, dentre outras questões que atravessam o cotidiano do trabalho análogo à escravidão.

Sônia comenta que o marido toma constantemente remédios controlados e possui outros problemas de saúde, como pressão alta e, mesmo assim migrou, para trabalhar em uma fazenda no Pará. Perguntei por que ele havia mudado de destino migratório, já que o Mato Grosso tinha sido opção para o mesmo nos últimos anos. Sônia tratou de não me deixar dúvidas que seu marido não havia saído “sujo” do Mato Grosso:

O tio dele era quem levava, mas agora o tio dele perdeu as oportunidades de lá. Ele não saiu sujo, meu marido. O tio dele foi quem perdeu as oportunidades, como eu acabei de falar. Ele [o tio] leva, faz de tudo, eles vêm pegar aqui, saem da frente do Sindicato, saem de três carradas. E quando está com três meses querem vir embora todo mundo, aí se juntam tudinho vêm embora e aí as usinas não querem mais. Porque a despesa é grande para vir pegar de lá pra cá, vir buscar e vir deixar. Aí eles não estão mais querendo muito levar (SÔNIA, 2009).

Para Lina, é notório o aumento do número de denúncias sobre maus tratos e irregularidades no lócus de trabalho. Ao sentar com um grupo que se preparava para partir daquele município com destino ao Mato Grosso, no início do ano de 2008, eles me colocaram a par de algumas estratégias, caso venham a ser vítimas de algum tipo de ilegalidade. Exemplo disso é uma lista de número de telefones do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, CPTs das várias regiões do País, Sindicatos, acompanhada por um pequena cartilha sobre os direitos do trabalhador.

A condição de retornados, em razão da entressafra é, para a maioria deles uma condição tensa e, nesse sentido, expressam-se em falas e gestos como se estivessem em uma corda bamba entre o adeus e a contrapartida. O retorno é breve, dura de dois a três meses até a próxima safra. Sônia comenta que o seu marido não sossega enquanto não migra novamente.

Nesse sentido, a idéia de retorno é gerada pelo desejo de sentirem-se acolhidos, pois longe da terra o estranhamento invade a alma, provocando a saudade. O retorno se faz nesse caso em busca de algo imaginado. E, chegam cheios de notícias, do trabalho duro e da exploração, do pouco salário, das ilusões, das agruras, do engodo praticado pelos “gatos”, do que os fazem ter vontade de voltar para o seu mundo. Desta sorte, todos, familiares, vizinhos e conterrâneos, inteiram-se do que acontece nos lugares de destino, cujas impressões atravessam as gerações. Assim, desde tenra idade, essas populações são invadidas por informações sobre os lugares de destino de seus pais e parentes. De modo que o real e o irreal se misturam e se confundem nas narrativas dos que sobreviveram àqueles confins de mundo.

Muitos trabalhadores de Barras alimentam sonhos diurnos de lugares imaginários perpassados por gerações sucessivas, de modo que possam lhes proporcionar aconchego, ou o mínimo para a sobrevivência vital da família, ou até enriquecer. Vão na ilusão de mais além encontrar novas possibilidades.

A propaganda gerada em torno dos lugares de destino é fortemente empreendida pelo “gato” nas regiões de origem. A decisão de deslocarem-se para outros destinos carrega fantasias de bate-papos contados à soleira das portas, nas roças, quitandas, dentre outros, mas também carregam advertências sobre os perigos do mundo lá fora. E, nesse emaranhado de sentimentos, os trabalhadores partem vestidos em suas melhores roupas como em um dia de festa, imbuídos pelo desejo de materializar sonhos, maravilhados por um mundo cujos perigos lhes impõem desafios.

3.3 Um “gato” como parente.

Alguns trabalhadores retornados passam a atuar como “gatos”, valendo-se das relações de parentela, na medida em que procuram negar o conflito, que se mesclam com práticas coercitivas, constituindo estratégias para arregimentação de homens que sonham com riqueza através do trabalho.

Ao perguntar à Lina sobre a origem dos “gatos” que atuam no município, ela me respondeu:

E agora, os gatos não estão vindo mais. Entre os próprios trabalhadores, tem aquele mais esperto que leva. Aí quando ele passa a ser “gato”, ele sai da condição de trabalhador cortador de cana, ele passa a ser coordenador de turma, ele vai coordenar a turma que ele está levando, aí ele vai ganhar dinheiro à custa dos outros. Hoje a situação é essa, antes eles mandavam os “gatos” para cá, mas não tem muita diferença. Se disser: Ah, acabaram os “gatos”? – não, não acabaram. A diferença é que eles não são mais da empresa, é dos próprios trabalhadores, parentes, vizinhos, que descobre que essa condição é muito melhor, porque, chegando lá, ele vai ganhar dinheiro sem trabalhar, ele vai se tornar conhecido, respeitado, tem uma patente maior do que o cara que tá lá na roça cortando cana (LINA, 2009).

Entendo a diminuição dos “gatos” de fora atuando no município, como sendo uma estratégia utilizada pela empresa para diminuir seus custos, tanto com relação à contratação do “gato”, quanto com traslado dos trabalhadores

até a unidade de produção, assim como um meio de burlar o controle e fiscalização, em particular, do STR, DRT.

É interessante ressaltar na fala de Lina o reconhecimento do poder do “gato”, antigo companheiro de viagem, parente e vizinho, diante de sua comunidade. E, no sentido de descrever o impacto e o significado da presença de um “gato” entre os peões, Lina faz uso do termo “patente”, bastante utilizado em corporações, sendo um título oficial de concessão.

Ao prosseguir seu comentário sobre o “gato”, Lina diz: “Ele vai passar a ser visto de outro jeito, quando ele chega aqui os caras dizem: Ah, fulano de tal está levando carradas de gente e tal. O trabalhador acha que, por isso, ele tenha certo poder e, afinal de contas, as empresas dão essa condição para ele”. Nesses termos, os trabalhadores são contabilizados, pelo “gato”, “por cabeça”, expressão que os associam a animais, cada cabeça representa um homem.

Outro aspecto ressaltado por Lina é que, além de aliciador, o “gato” exerce funções relativas ao controle e a dominação sob os trabalhadores na unidade de produção. É importante perceber que o “gato” possui autonomia em relação ao dono da fazenda. Comumente ele é contratado por fazendeiros das regiões de destino migratórios e seu trabalho se constitui em arregimentar os trabalhadores e mantê-los sob sua coordenação e vigilância, sendo o responsável pela atuação e bom desempenho destes. O “gato” serve de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Antonio José, 57 anos, começou a migrar para o estado do Pará, no final da década de 80, e continua até os dias de hoje. A princípio, na condição

de trabalhador e, posteriormente como “gato”, atuando na região de origem. Durante a entrevista, ele rememorou circunstâncias em que esteve em condição de cativo em fazendas daquela região, trabalhando sem receber nada em troca:

[...] eu já caí num golpe do “gato”. Lá ele negocia um preço com o dono da fazenda e quando chega aqui ele passa pra gente um preço menor. Por isso eu não saio com o “gato”. Eu saio daqui num grupo de dez pessoas, mas tem que ser de cinco em cinco pessoas para o acampamento, senão o Ministério pede pra ver as carteiras, e se as carteiras não tiverem assinadas a gente fica preso. Na ida às vezes acontece da gente negociar com o pessoal da fazenda pra trabalhar sem carteira. Mas só sendo com pessoas conhecidas [...]. Hoje tem fiscalização. Eu tenho mais de seis anos no Pará, em 88 eu trabalhei de graça na Vermelha, no Pará. Cheguei sem nada, nada. Fiquei mesmo em cativo (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

Segundo ele, o trabalho sem carteira assinada é *irregular*, porém não é trabalho escravo. No entanto, este trabalhador se mostra conhecedor de que, na condição de trabalho sem a carteira assinada, ele não pode cobrar dos patrões certos direitos obrigatórios a um trabalhador formal.

A sua narrativa está intrinsecamente relacionada ao contexto que vivencia na circunstância da entrevista, em outras palavras, ao lugar social ocupado por ele atualmente, como “gato” ou “subgato”. Para tal compreensão, é preciso reconhecer que as memórias estão carregadas de valores e necessidades sociais, que dão sentido ao passado. Aqui, o poder da fala está no lugar social ocupado pelo narrador. A esse respeito, conforme Jelin (2002,

p.18), “el pasado que se rememora y se olvida es activado em um present y em función de expectativas futuras.

A memória de trabalho do Antônio José é impregnada de sacrifícios e exploração. A sua narrativa foi bastante alongada ao falar da sua infância, na falta de educação formal, que se apresenta como determinante para ter se tornado um migrante e, por conseguinte, um trabalhador escravizado. Observo que ele evidencia pelo menos dois momentos que diferenciam sua trajetória migratória: o passado em que esteve impedido do direito de ir e vir, quando segundo ele “ainda existia cativo”, e o contexto vivido no presente em que ele costuma formar turmas para trabalhar em fazendas no interior do Pará. Embora atuando na condição de “gato” da região, Antônio José diz ser um simples trabalhador em busca de sobrevivência.

No relato de Antônio José, ele apresenta uma memória de passado de orgulho enquanto sujeito *bom* trabalhador, cujo sofrimento o fez subir na vida, como um exemplo a ser seguido por outros trabalhadores. Entendo que a difusão de tal pensamento se faz no sentido de justificar o lugar social exercido por ele no contexto presente, e para tanto caracteriza o tipo de migração que conduz como clandestina ou irregular, ao afirmar que não se trata de trabalho escravo.

Entendo que a noção de tempo evidenciada na narrativa de Antônio José é o de tempo de vida, o qual está dividido em três circunstâncias: o trabalho na roça, na fazenda em que vivia com sua família sob condição de moradia; a condição de migrante trabalhador rural escravizado em fazendas no Pará; e a atuação como empreiteiro, ou “gato”.

No sentido de elucidar a estratégia de aliciamento e deslocamento identificada na fala de Antônio José, ressalto aqui o comentário de Lina sobre os meios utilizados pelos peões para burlar a fiscalização.

Tem alguns que não saem com contrato, eles se dividem em dois, três ônibus normal, como passageiro mesmo. Só que quando eles chegam lá, no Maranhão ou em outro lugar, já tem um carro lá esperando eles. Então tem muita gente aí que viaja por conta própria, que é a maioria (LINA, 2009).

Segundo Antônio José, atualmente existem muitas formas de controle e fiscalização para combater a escravidão. Ele afirma que nos tempos em que esteve em cativeiro não existiam nenhuma. Em vários momentos ele diz que o *cativeiro acabou* e se refere ao hoje como um tempo em que tudo está mais fácil, porque existe Lei.

Antônio José descreve com precisão o sistema de trabalho compulsório, suas práticas de arregimentação e as formas de controle do trabalhador na unidade de produção. Este cenário é ressaltado, em particular, quando ele narra as estratégias que costuma utilizar para levar o grupo de trabalhadores, como no fragmento de fala acima. Para tanto, ele parte da difusão da propaganda de bons salários, boa acomodação no local de trabalho. Agindo de forma sedutora, ele seleciona pessoas conhecidas com as quais possa estabelecer elos de confiança, traça um roteiro de viagem no sentido de burlar as fiscalizações das instituições de combate ao trabalho compulsório.

Outra estratégia ressaltada diz respeito à preferência de alguns trabalhadores pela contratação sem carteira assinada. No caso aqui

evidenciado, esta é uma preferência induzida pelo “gato”, Antônio José. Dessa sorte, estes migrantes tendem a trabalhar de forma mais intensiva, sem obedecer a metas de horário e salarial. Isso se dá em meio à difusão da ideia de quanto maior o tempo de trabalho, maior a possibilidade de ganhar mais dinheiro.

Antônio José comenta que, só após ter sido enganado várias vezes pelo “gato”, decidiu migrar para o Pará, levando consigo alguns conterrâneos, no sentido de negociar ele próprio a mão-de-obra. E, para tanto, estabeleceu-se em uma rede de relações de amizade e poder com antigos patrões, pequenos fazendeiros e alguns moradores dos locais de destino migratório. Para ele, o *bom* trabalhador é aquele que não arruma confusão com o patrão e não gosta de fofocas, que ele define como sendo uma pessoa que não costuma sujar. E assim, para evitar problemas, só costuma levar consigo pessoas já conhecidas, que ficam sob sua responsabilidade durante o contrato de trabalho acertado com o dono da fazenda. Essas pessoas conhecidas são, comumente, parentes e vizinhos. Neste caso, o empreiteiro utiliza as relações de parentesco e compadrio como mecanismo de controle:

Sempre eu vou com um rapaz aqui do Angical [Loc. Angical, zona rural, Barras-PI]. A gente leva dois ou três, e entrou lá na fazenda deles aí é responsabilidade de nós, qualquer coisa que ele aprontar o responsável são nós. Bem, chega lá nós leva dois que não conhece, né, vai eu e um amigo meu, que já somos conhecido lá, aí leva dois que eles não conhecem, aí quando a gente chega lá, aí já conhece o grupo de lá, aí se esses dois eles não conhecem, eu digo: não, esse aqui é meu sobrinho, é irmão de minha mulher, isso aqui é pessoa minha... pode confiar que nós viemos foi pra trabalhar, não foi pra

sujar. Mas se for gente que eles nunca viram chegando lá pedindo serviço, aí eles dizem que não tem [...] (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

Consciente do que pode ser considerado como crime, ou violação das leis trabalhistas nos dias atuais, ele confirma a regularidade do que faz como uma opção de trabalho, que não causa prejuízo aos trabalhadores. Os tempos de escravidão dele fazem parte de um passado de dor e sofrimento já superados, considerando que hoje ele já se inscreve em outro espaço social, intermediando a contratação de trabalhadores com fazendeiros da região do Pará. Em vários fragmentos de sua narrativa, ele apresenta atitudes, como fugir da morte que, dentre outros aspectos, possibilitaram-lhe também construir uma boa imagem diante do patrão e assim poder ascender à condição de “gato”.

É importante dizer que sendo fiscalizados por um conterrâneo, um “amigo fiscal”, estes migrantes tendem a cair mais facilmente na rede da escravidão.

Quando fui ao encontro de Antônio José para realizar a segunda entrevista, encontrei-o fazendo uma suposta contratação de um jovem trabalhador rural do município. Naquela circunstância, tive que esperá-lo durante alguns minutos enquanto terminava aquela conversa e observei a propaganda feita por ele em relação ao lugar de destino, uma fazenda no interior do Pará. Antônio José falava àquele rapaz sobre as atividades diárias dentro da fazenda, o patrão, como um homem generoso e o dia da viagem em um ônibus de linha interestadual. Até então, eu pensava ter ido ao encontro de

mais um trabalhador rural migrante, assim como este havia se apresentado anteriormente.

Ao perceber que se tratava de um aliciador, pedi para que ele me falasse sobre suas viagens, com quem costuma ir, como é sua relação com os patrões, dentre outras questões que pudessem tornar claras as suas estratégias para o deslocamento de grupos de trabalhadores. Antônio José mostrou traquejo na fala e, em ordem cronológica, narrou suas experiências em Barras e no Pará, local para onde migra desde o final da década de 80. Ao longo da entrevista se desenhava como uma pessoa determinada e muito paciente. Percebi que ele teve muito cuidado ao falar do que faz hoje, colocou-se sempre como um guerreiro e desbravador dos confins de mundo a que se destina e deu notoriedade aos medos sentidos por ele enquanto esteve em cativeiro.

Uma das estratégias evidenciadas por Antônio José diz respeito à formação de pequenas turmas para não chamar atenção dos órgãos de fiscalização:

A gente monta um grupinho de quatro ou cinco aí nós viajamos daqui. Aquele grupo ali é como se fosse tudo da mesma família. É um grupo de quatro, então são quatro irmãos, aí é pra lhe ajudar na hora do serviço, na hora da doença, na hora da fome. Quatro é um grupo, né?!... É um grupinho, como se fosse quatro irmãos (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

A turma de trabalho, conforme o fragmento acima, também funciona como um apoio, um meio de manter a segurança do grupo em relação ao

outro, ao de fora. Para além das estratégias de aliciamento que o “gato” monta, o relato evidencia uma cadeia de solidariedade e reciprocidade, embora configurada de forma assimétrica. Para os trabalhadores, o aliciador assume um duplo papel, o de amigo do lugar de origem e chefe. Assim, entendo que nas relações entre Antônio José e estes trabalhadores se entrelaçam lealdade e poder.

Ao recordar o tempo em que esteve em cativeiro, com um de seus irmãos, Antônio José relata que se sentia isolado do resto do mundo, sem qualquer contato com membros da sua família, parentes ou conterrâneos. Por várias vezes, teve oportunidade de fugir, como fez parte de sua turma. No entanto, sua estratégia foi continuar trabalhando e tentar uma negociação como o “gato”, e assim *sair limpo*, como comenta:

E eu estava devendo sem condição nem de ir embora, não tinha comunicação com nada, não tinha comunicação com os meus pais, não tinha nem como mandar pedir o da passagem pra eu vir embora, são 2800 quilômetros daqui até lá. Aí como é que eu vinha sem dinheiro, sem nada, eu sei que nessa época sempre foi embora um bocado, foi embora um bocado, e eu fiquei com meu irmão. Aí eu disse: Irmão, nós vamos fazer o seguinte, a gente pode passar um ano aqui, mas nós só sai daqui quando sair liberado. Eu não vou sair pra ir me buscar pra mim voltar, porque se me buscarem e me pegarem, e eu voltar, eu vou me sentir mal (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

Desse modo, a fim de chegar à sua condição atual, Antonio José manteve um roçado no seu local de origem aos cuidados de membros de sua família, que permaneceram naquele espaço, como garantia da subsistência

familiar e continuou prestando serviços para o dono da fazenda, seu antigo patrão. Tais práticas são entendidas aqui, como necessárias para a manutenção de *boas relações* na terra natal. Segundo ele:

Eu devo muito favor a ele, aí não posso deixar ele na mão [se refere ao antigo patrão]. Quando eu saio, eu deixo de trabalhar pra ele, mas, quando eu chego, eu vou trabalhar lá, na fazenda dele. Ele sempre me ajuda nas horas precisas, então não posso largar ele (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

Nesse caso, entendo que a não-ruptura existe com as antigas relações de trabalho em sua terra natal, constituídas enquanto sua família vivia sob condição de morada em uma fazenda. De modo que passa a coexistir um sistema de trocas de favores e não uma sujeição total ao antigo patrão. Essas relações são articuladas nos lugares de destino, possibilitando estratégias para o recrutamento dos trabalhadores nas suas regiões de origem, a partir das redes sociais de parentesco e amizade. Então, na condição de “gato” da região, Antônio José migra juntamente com os sujeitos que contrata. Chegando na unidade de produção, ele passa a exercer vigilância e controle sobre os mesmos, sendo o responsável pelo bom desempenho no trabalho e pela disciplina dos trabalhadores.

Antônio José comenta que adquiriu a confiança dos fazendeiros da região de destino migratório e, por ter boas referências, tornou-se uma pessoa bastante conhecida naqueles confins, especialmente porque não gosta de *confusão*. É importante perceber que ele atribui sua *boa* personalidade e espírito trabalhador a um dom divino. Diz ele:

[...] eu sou um sujeito que graças meu bom Deus eu me concentro em todo lugar que eu chego, todo lugar que eu chego tenho uma amizade, tanto faz tá aqui como no Pará, no Maranhão, não gosto de discussão. Se vier com discussão comigo, não respondo, e eles gostam de mim, gostam dos meus amigos [...] (ANTÔNIO JOSÉ, 2007).

Antônio José ressalta a discrição como uma importante estratégia, utilizada por ele, tanto para conseguir trabalho na região da Amazônia, quanto para obter a confiança dos patrões. Em vários momentos de sua fala, ele afirma ser católico. No fragmento acima a religião aparece como responsável pelo seu equilíbrio e sucesso nas relações estabelecidas no trabalho e nas empreitas, tanto em relação aos supostos patrões, já que nesse caso o “gato” possui certa autonomia em relação ao dono da fazenda, embora tente a todo tempo alimentar um vínculo, quanto em relação aos peões que arregimenta. Nesse último caso, entendo que o objetivo do “gato” é forjar um ambiente propício para negociação e controle da empreita. É interessante dizer que o fato do “gato” carregar no bolso orações, ser católico, devoto de um santo, ser evangélico, dentre outras religiões de culto, não torna suas relações com os trabalhadores isenta os conflitos e tensões.

Aqui pode ser evidenciado “o homem cordial” de Holanda (2005), que, por ser cordial ou um *gato amigo*, estabelece estratégias fraternais de convívio social. Ele se vale de valores individuais para obtenção de algo que deseja e assim resiste ao grupo. Esse modo de ser se expressa nas relações de parentela que viabilizam o trabalho escravo. Segundo Holanda:

A Ilhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido no caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

Holanda (1995) aborda essas características como sendo consequência do nosso passado colonial.

Assim como Antônio José, muitos ex-migrantes, vivem ou viveram na condição de “gato”, como no caso do Seu Francisco Lino, citado em páginas anteriores. Segundo ele:

Nas outras vezes eu fui só, já sabia o caminho [refere-se à primeira vez em que migrou para o Pará, sendo aliciado e escravizado]. Fui com alguns amigos. Ia até duas vezes no ano. Às vezes eu passava dois três meses, e voltava. Era trabalhando como cativo. Cativo, no barracão compra o arroz, o feijão, a carne, o sabão, tudo no comércio do dono da fazenda. Você quando trabalha para um pessoal, ele não lhe dá nem água. Eles descontam tudo. Cativo é quando o dono não dá nada. Eu trabalhei muito. Levava o pessoal aqui, e era como feitor. A primeira vez que eu fui, não sabia de nada, fui enganado. Mas depois... ah, eu era dono de uma turminha, de dez ou de cinco. Eu ficava responsável por aqueles homens, era como um feitor. Na sexta vez eu levei o Francisco, meu filho. Eu disse: Rapaz, agora tu vai, já está no ponto (FRANCISCO LINO, 2008).

O Seu Francisco Lino evidencia sua condição de “gato” ao se descrever como um feitor, que comanda e fica responsável pelo trabalho de uma turma. As condições de trabalho às quais eram submetidos os peões de sua turma de trabalho são definidas por ele como trabalho cativo. No sistema descrito, evidencio um sistema de endividamento progressivo do empreitado, que inclui as despesas com a viagem, algum dinheiro que o “gato” costuma adiantar à família do peão antes da partida, instrumentos de trabalho, despesas com alimentação, moradia, dentre outros. Dessa sorte, os trabalhadores ficam sempre devendo ao “gato”, responsável pela empreitada, que os impede de abandonar o trabalho, tornando-os cativos.

Perguntei-lhe como ele costumava lidar com sua turma de trabalho e ele me respondeu: “Dando conselhos. A gente diz: Rapaz, não é desse jeito”.

Ao lhe perguntar sobre como ele selecionava os peões para formar sua turma de trabalho ele me respondeu que evitava levar “gente maquiada”. Perguntei-lhe que essa expressão significava e ele comentou:

Não tinha problema com a gente, porque a gente não era maquiada. Maquiado é aquele malandro, o trabalhador ruim. Sempre vai um ruim, aquele que bota banca para trabalhar, e fica só reclamando. Por isso, eu escolhia gente conhecida, só gente que pudesse me obedecer. Gente maquiada eu não levava (FRANCISCO LINO, 2008).

As memórias de Sr. Francisco Lino revelam sua destreza, ao saltar da condição de trabalhador migrante escravizado à condição de “gato”. O tom de fala utilizado por ele durante a entrevista o ressalta ainda como um líder ou um mestre, o “Mestre Cula”, como é conhecido na região onde mora. Por vários

momentos de sua fala, coloca-se como um mestre amigo, ou melhor, um “gato” amigo das pessoas que contratava.

A amizade forjada evidenciada na narrativa do Sr. Francisco Lino, também ressaltada em linhas anteriores, é bastante comum nessas relações entre “gatos” e trabalhadores. Nesse caso, o “gato” combina autoridade com relações de parentela construídas ainda no lugar de origem. É notório que os vínculos criados entre trabalhadores e aliciadores são fundamentais para a fabricação e sustentação dessa nova forma de escravidão no País.

As relações construídas por Antônio José e o Sr. Francisco Lino, assim como tantos outros “gatos” que residem e atuam em Barras, despertem o desejo de parte dos trabalhadores rurais da região onde moram, que também desejam ascender à condição de “gato”. Por outro lado, tal atitude provoca a reprovação dos que veem sua ação em favor do grupo dominante, como ruptura com valores e regras sociais da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as condições específicas de Barras não sejam consideradas exclusivas da região Nordeste, entendo que é importante ressaltar a permanência de grandes latifúndios no Piauí e de conflitos agrários do município como um dos fatores de forte influência para as migrações temporárias de trabalhadores. Tais conflitos se processaram, em particular na década de 90, dentro de um contexto de forte debate sobre a reforma agrária no País.

Parte considerável desta população de migrantes pertence a famílias de assentados. Esse aspecto me permite entender o retorno à terra natal como um dos sentidos dos deslocamentos. O projeto de migração envolve o ato de migrar e o retorno ao lugar de origem, que está relacionado com a lida na terra, garantindo sua manutenção e patrimônio. Sendo uma migração tipicamente masculina, enquanto os homens permanecem fora, as mulheres dão continuidade ao trabalho da roça, quebram coco babaçu para extração da amêndoa, além de exercerem atividades domésticas. Estas atividades combinadas com o possível ganho obtido fora, em geral pelos maridos e filhos, são necessárias para aquisição do mínimo indispensável à vida dessas famílias.

Nas narrativas destes homens pobres, assim como de seus familiares, foram privilegiados relatos sobre relações de trabalho, formas sutis de resistências (Scott, 2002), conformismo, medo, sobrevivência e o retorno. A

esse quadro se inserem as relações de parentela constituídas no lugar de destino, que aqui são evidenciadas como sustentáculo do processo de arregimentação, espoliação da força de trabalho, dentre outras características. Tais relações se deixam perceber sobretudo a partir do fato de que o “gato” comumente tem a mesma origem dos trabalhadores aliciados e ali estabelece formas fraternais de convívio social, configurando-se como um “gato” como parente.

As mudanças ocorridas na vida destes homens pobres na condição de retornados, só se tornaram conhecidas a partir do contato com as fontes.

Após o período de trabalho exercido fora, que costuma se estender até os trinta e cinco anos de vida, os sujeitos, estes costumam retornar aos lugares de destinos onde irão exercer algumas atividades no roçado da família, atividade combinada com algumas diárias exercidas em fazendas da região. Outros ascendem à condição de “gato” e passam a aliciar parentes e vizinhos.

Uma constatação que surgiu no decorrer desta pesquisa, diz respeito aos migrantes temporários diante do novo ciclo da cana no País, tendo em vista a recente reafirmação do setor sucroalcooleiro. A mecanização nas áreas de colheita de cana, a exigência de mão-de-obra qualificada, dentre outros fatores, redundaram em desemprego para estes migrantes.

Em linhas gerais, procurei estabelecer um estudo sobre as memórias dos sujeitos aliciados no lugar de origem e, por conseguinte, submetidos a formas de trabalho análogo à escravidão e, por isso, dei especial atenção aos relatos sobre as vivências destes trabalhadores, suas relações de vida e trabalho.

É importante dizer o trabalhador escravizado é aqui percebido como sujeito de sua própria história. Os deslocamentos destes trabalhadores são motivados por sua experiência histórica como migrantes, em grande parte movimentados pelo medo e esperança.

A presente dissertação trata-se, portanto, de uma abordagem histórica sobre as memórias de migrantes escravizados com a ajuda de “parentes” e “amigos”, em uma complexa rede de poder que se faz nas experiências cotidianas de sujeitos socialmente constituídos, envolvendo acordos e disputas, tradição e contradição.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENTREVISTAS:

ANTÔNIO JOSÉ dos Santos. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 12.02.2007, na cidade de Barras.

_____. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 09.09.2007, na cidade de Barras.

BRUNO de Oliveira. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

FRANCISCO DAS CHAGAS Sousa. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

_____. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 20.07.2008, no município de Barras.

FRANCISCO Lino do Nascimento Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, na cidade de Barras.

_____. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 06.07.2008, no município de Barras.

FRANCISCO Lino do Nascimento Silva Filho. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

_____. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 06.07.2008, na cidade de Barras.

FRANCISCO Rodrigues de Sousa. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 20.07.2008, no município de Barras.

FRANCISCO ARCANJO de Sousa Filho. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 20.07.2008, no município de Barras.

FRANCISCO MOREIRA da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 02.10.2007, na cidade de Barras.

LINA Gonçalves da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 06.04.2009, na cidade de Barras.

RAIMUNDO Pereira Ramos. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 24.09.2007, na cidade de Teresina.

RAIMUNDO Batista. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

REGINALDO Pereira Rodrigues. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 24.09.2007, na cidade de Teresina.

REGINA LURDES. **Regina fala sobre os mais de R\$ 18 milhões investidos em assentamentos rurais do Piauí.** Teresina. 19 abr. 2007. Disponível em <http://www.interpi.pi.gov.br>. Acesso em 22. out. 2009.

SÔNIA Maria de Sousa Santos. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 07.07.2009, na cidade de Barras.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

Conflitos agrários crescem 20% nos municípios piauienses. **Meio Norte**, Teresina-PI, 21 dez. 2007. Caderno B, p,8.

OUTRAS FONTES:

BRASIL, Para a Erradicação do Trabalho Escravo (Plano MDA/INCRA). **Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA**. Brasília-DF, maio de 2005.

Conflitos no campo Brasil. Goiânia: CPT Nacional Brasil.

Conflitos Agrários crescem 20% nos Municípios Piauienses. **Jornal Meio Norte**, Teresina, 21 dez. 2007

CEPETE, Diagnóstico do Trabalho Escravo do Piauí, 2003 e 2004. **Comissão Estadual de Prevenção ao Trabalho Escravo Piauí- Brasil – CEPETE**. Teresina, 2005.

CÓDIGO PENAL, 1940. Disponível em: <http://www.amperj.org.br> . Acesso em 11. Dez. 2009.

PIAUI, Plano Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção ao Trabalho Escravo do Piauí. **Fórum de Combate ao Trabalho Escravo do Piauí**. Teresina-PI: Gráfica do Povo, s/d.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO PARNAÍBA, PLANAP: Síntese Executiva: Território dos Cocais/ Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Brasília, DF: TDA Desenho e Arte Ltda., 2006.

OIT, Trabalho escravo no Brasil do século XXI. **Organização Internacional do Trabalho- OIT**. Brasil, 2005.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJT. Ed. Massangana, São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. IN: _____. **História: a arte de narrar e inventar a história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a de Nikolai Leskov. IN: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico**. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto, 1997.

_____. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. **O Poder e a Seca no Piauí: (1877-1879)**, Teresina: FUFPI, 1991.

ABREU E LIMA. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária**. 6 ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

_____. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ARIÈS, Philippe. **Sobre História da Morte no Ocidente: desde a Idade Média**. Lisboa, Teorema, 1989.

_____. **O Homem Diante da Morte II**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BACELLAR, Olavo Ivanhoé. Crescimento Populacional e Dimensão Migratória Piauiense: 1960-1980. **Carta Cepro**. Teresina, v.12, n.1, jan/jul., 1987.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Estratégias para uma nova ruralidade: o engodo do novo mundo rural. IN: SALES, Celecina de Maria Veras, AMARAL, Célia Chaves Gurgel do, ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite e BARQUETE, Paulo Roberto Fontes (org). **Terra, Sujeitos e Condição Agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

BANDEIRA, William Jorge. A Nova Dinâmica do Setor Rural Piauiense. **Carta Cepro**: Teresina, v. 15, n. 21, p. 46-55.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BONFIM, Washington. Um olhar sobre a periferia: o Piauí no início do novo século. IN: **Scientia et spes**, ano 2. n.3. Teresina, ICF, 2003.

BORGES, Jorge Luís. Funes o memorioso. IN: _____. **Ficções**.

BUAINAIN, Antonio Márcio (coord) et al. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e Ressentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CATROGA, Fernando. **Ainda será a História a Mestra da Vida?** IN: RIOS, Kênia de Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). Em Tempo: História, Memória, Educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da Terra**: morte e impunidade nos rincões do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar. IN: **Cultura e Identidade**: perspectivas interdisciplinares - Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____ e BURITY, Joanildo (org.). **Polifonia da Miséria**: uma construção de novos olhares. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. Tendências recentes do campesinato brasileiro. IN: **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEL RIO, José M. Valcuende e CARDIA, Laís M. (org.). **Territorialização, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil e na Espanha**. Rio Branco, Ac: EDUFAC, 2006.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Estruturas Agrárias e Relações de Poder. **Revista Brasileira de Historia 22**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, março/ agosto 91.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação da terra é a página virada da história?** IN: Conflitos no Campo – Brasil 2001. Goiânia: CPT Nacional, 2002.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FLEXOR, Georges. A conturbada trajetória do álcool combustível no Brasil e seus desafios atuais. **Artigos Mensais OPPA**, nº 2, Jun, 2007. Disponível em <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br>. Acesso em 19. Fev. 2010.

FREITAS, Raimundo Marlon Reis de. **Sinopse sobre Terras Devolutas**. INTERPI, Teresina. 09 mai. 2006. Disponível em <http://www.interpi.pi.gov.br> . Acesso em 22. out. 2009.

FUNES, Eurípedes A. Eldorado no Inferno Verde – “ Quem vive no inferno se acostuma com os cães”. IN: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (org.). **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/ NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. IN: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Trabalho análogo ao de escravo**: construindo um problema. XXIV Simpósio Nacional da ANPUH, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e Migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização e sua dimensão histórica. **Trabalhos para discussão**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: n. 111, ago. 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira Mundo, Vira Mundo: trajetórias nômades. As cidades da Amazônia. IN: **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo): Nomadismo, Memórias e Fronteiras.nº 27. São Paulo: EDUC, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. O presente como história. IN: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Mundos do trabalho**. São Paulo: paz e Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Trabalho escravo no Brasil atual: **Revista de História**. São Paulo-SP: USP, n.120, p.109-119, jan/jul.1989.e Espanha Editores, 2002.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de La Memória**. Madrid: Siglo XXI .

JOANONI NETO, Vitale. **Migração, Trabalho e Memória**: a reconstrução da vida privada no Mato Grosso no período pós 1970. 3º Encontro Cultura e Memória, História: cultura e sentimento. UFPE: Recife, 2007.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação social. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 22, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social/ “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. IN: **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: CONTRAPONTO/PUC-Rio, 2006.

LESTIENNE, Bernard, MILESI, Rosita e GUERTECHIN, Thierry Linard (orgs.). **População e Pobreza**. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**/Tradução Bernardo Leitão... [et.al.]. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE BRETON, Binka. **Vidas roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo: Loyola, 2002.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida**: uma história agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCENA,Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar**: (re) lembranças de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MACAMBIRA, Dalton Melo. Piauí: uma visão sumária da economia e as sociedade. IN: **Carta Cepro**. V.18. nº 1. Janeiro/Junho, 200.

Migrar é preciso. Pastoral dos Migrantes de Caetité- BA, jul.1987.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. IN: **Revista de Sociologia da USP:** Tempo Social. V. 8. nº 1. maio de 1996.

_____. **A Sociedade vista do Abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Argenor de Sousa...[et. al.] **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais. IN: Santana, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas.** Teresina, Halley, 1995.

_____. **Movimentos Sociais e Participação Política.** Teresina: CEPAC, 1996.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo da famílias de camponeses-migrantes. Relume Dumará Editora, 2002a.

_____. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Revista Raízes.** Vol. 21, nº 01, jan.- jun./2002b.

_____. Experiência de Namoro e Casamento em famílias de camponeses-migrantes. **História Oral.** V.9, n.2, jul – dez, 2006.

MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma Agrária Quando?** Brasília: Senado Federal, 2006.

MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não Queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. IN: **Politeia: História e Sociedade**/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. v.6, n.1 (2006). – Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo-SP: 1981.

NOVAES, José Roberto. Uma iniciativa louvável: o encontro dos trabalhadores migrantes do Piauí. **Vai Vem**. São Paulo: n.96, p.4-5, jul/set. 2004.

NAJMANOVICH, Denise, **O sujeito encarnado**: questões para pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&a, 2001.

NETO, Manuel Domingos & BORGES, Geraldo de Azevedo. **Seca Seculorum**, flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed., Teresina: CEPRO, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos - narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, IN: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, vol.1, n.2, 1996, p.59-72.

_____. História oral como gênero. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 22, 2001.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 14, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 14, 1997.

_____. Sonhos Ucrônicos Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 10, 1993.

_____. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº15, 1997.

_____. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. IN: **História Oral**: desafios para o século XXI. s/d.

_____. A Lógica das Narrativas e a Aprendizagem da Diferença na Pesquisa de Campo. IN: **Oralidade Subjetividade**: os meandros infinitos da memória. s/d.

PRADO, Adonia Antunes e FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Violência, medo e resistência**: depoimento de três brasileiras. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdalasru2006>>. Acesso em 20.Mar .2007.

_____. **Terra e trabalho escravo**: violência e impunidade. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Aplicadas- UFF, s/d.

RIOS, Kênia Sousa. A seca nos atalhos da oralidade: **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo-SP, 2001.

_____. A Batalha de João nas Terras do Sem Fim. IN: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (org.). **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/ NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Jonas. A Pequena Produção Rural no Estado do Piauí. **Carta Cepro**. Teresina. v.13. n.1. jan/jun, 1988.

SAMPAIO, Yony (org.). **Nordeste Rural**: a transição para o capitalismo. Recife: Ed. Universitária, 1987.

SANTANA, Charles de Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980.-São Paulo: Annablume,1998.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. IN: **Raízes**. V.21. nº01, jan- jun. 2002.

SEZYSHTA, Arivaldo José. Migrações Nordestina: a contínua saga de um povo. **CADERNOS DO C.E.A.S** – Centro de Estudo e Ação Social – 214. Salvador, novembro/dezembro de 2004.

SILVA, Luis Sergio Duarte da (org). **Relações cidade-campo**: fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Mortes dos “severinos” nos canaviais paulistas. IN: **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2004.

_____. Da luta no eito à luta pelos direitos. IN: **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007.

_____. **A terra no imaginário dos migrantes temporários**. IN: www.nead.org.br.

_____ e MENEZES, Maria Aparecida. **Migrações Rurais no Brasil**: velhas e novas questões. Disponível em <http://www.nead.org.br>

STARLING, Heloisa Maria Murgel, RODRIGUES, Henrique Estrada e TELLES, Marcela (org). **Utopias Agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil 2**: o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TERRITORIO E CIDADANIA: da luta pela terra ao direito a vida. Col. Terra Livre. V.6. São Paulo: Editora Marco Zero.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros/Tradução de Maltensir Dutra.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos da migração. IN: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.22, nº 44, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Trasmazônica. Coleção Agricultura e Sociedade. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.